

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Tese de Doutorado

Discursos pró-direita nos anos 1960 no Brasil

Anna Cláudia Campos e Santos Siqueira

Pelotas, 2022.

Anna Cláudia Campos e Santos Siqueira

Discursos pró-direita nos anos 1960 no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, na Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política no.

Orientador: Daniel de Mendonça

Pelotas, 2022.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S621d Siqueira, Anna Cláudia Campos e Santos

Discursos pró-direita nos anos 1960 no Brasil / Anna Cláudia Campos e Santos Siqueira ; Daniel de Mendonça, orientador. – Pelotas, 2022.

151 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Pró-direita. 2. Regime militar. 3. Guerra fria. 4. Teoria do discurso. I. Mendonça, Daniel de, orient. II. Título.

CDD : 320

Anna Cláudia Campos e Santos Siqueira

Discursos pró-direita nos anos 1960 no Brasil

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em
Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de
Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

01 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça (orientador)
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Bianca de Freitas Linhares
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Felipe Corral de Freitas
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra
Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais

*Para meu esposo e meu filho,
símbolos do meu amor maior.*

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, apenas com Ele seria capaz de chegar até aqui. Foi uma jornada custosa, mas muito gratificante. Durante estes cinco anos conheci pessoas que me fizeram amadurecer academicamente e me ajudaram a construir esta tese. Assim, agradeço ao meu marido Bruno por estar ao meu lado, me acalmar e se fazer tão prestativo. A todos os meus amigos, que de forma direta ou indireta souberam dar cor aos momentos dolorosos da vida acadêmica, em especial, agradeço ao Acrísio, meu companheiro e amigo de pós-graduação. Ao meu querido orientador, professor Daniel, que topou encarar este desafio e soube ser sempre compreensivo diante das dificuldades que encontrei pelo caminho. Aos professores Rennan, Léo e Felipe, que muito contribuíram para minha formação humana e profissional. Por fim, agradeço à Capes pelo financiamento desta pesquisa.

Resumo

SIQUEIRA, Anna Cláudia Campos e Santos. **Discursos pró-direita nos anos 1960 no Brasil**. 2022. 151f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

Em meio a uma grave crise política, econômica e social, a década de 1960 no Brasil representou um marco na história brasileira. Neste sentido, este estudo busca evidenciar tal marco a partir da perspectiva dos movimentos civis pró-direita que adquiriram enorme espaço no cenário, levando à tomada do poder pelos militares no início de 1964 e, conseqüentemente, aos 21 anos de regime militar. Assim sendo, o objetivo principal foi identificar como se deram as construções discursivas pró-direita entre os anos de 1960-1967 no Brasil. A partir de uma escolha teórico-metodológica alicerçada em bases pós-estruturalista e pós-fundacionalista, utilizou-se a teoria do discurso de Laclau e Mouffe como elemento central para a construção dos capítulos de análise, por meio das categorias como elementos, momentos, articulação, ponto nodal, significante vazio, antagonismo, campo de discursividade, hegemonia, lógica da equivalência e condições de emergência. A análise qualitativa se deu com a coleta de documentos nos acervos digitais do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e do Accessus – Base de dados do acervo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como resultado final, a tese aqui desenvolvida é a de que a construção discursiva estabelecida pela pró-direita se deu baseada em dois grandes significantes, sendo eles identificados pelas noções de democracia e desenvolvimento, a partir de um grande corte antagônico: o comunismo. Neste sentido, a constituição discursiva pró-direita que se tornou hegemônica durante os anos aqui analisados, esteve alicerçada em um discurso que buscou pautar a construção de uma sociedade baseada em características de uma política da Verdade, do Homem, do Direito Natural, da Igualdade, da Amizade Cívica, do Bem Comum, da Justiça Social e do Sistema Representativo.

Palavras-chave: Pró-direita. Regime militar. Guerra fria. Teoria do discurso.

Abstract

SIQUEIRA, Anna Cláudia Campos e Santos. **Pro right-wing discourses in the 1960s in Brazil**. 2022. 151f. PhD thesis (Doctorate em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

In the middle a serious political, economic, and social crisis, the 1960s in Brazil represented a milestone in Brazilian history. In this sense, this study seeks to highlight this milestone from the perspective of the pro right-wing civil movements that acquired enormous space in the Brazilian scenario, leading to the military takeover in early 1964 and, consequently, to 21 years of military regime. Therefore, the main objective was to identify the pro right-wing discursive creations between the years 1960-1967 in Brazil. From a theoretical-methodological choice based on post-structuralist and post-foundationalist bases, Laclau and Mouffe's discourse theory was used as a central element for the construction of the analysis chapters, through categories such as elements, moments, articulation, nodal point, empty signifier, antagonism, field of discursiveness, hegemony, logic of equivalence, and conditions of emergence. The qualitative analysis was done by collecting documents in the digital collections of the Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) and Accessus - Fundação Getúlio Vargas (FGV). As a final result, the thesis developed here is that the discursive construction established by the pro right-wing was based on two great signifiers, which were identified by the notions of democracy and development, from a great antagonistic cut: communism. In this sense, the pro right-wing discursive constitution that became hegemonic during the years analyzed here was based on a discourse that sought to guide the construction of a society based on characteristics of a politics of Truth, Man, Natural Law, Equality, Civic Friendship, Common Good, Social Justice and Representative System.

Keywords: Pro right-wing. Military regime. Cold War. Discourse theory.

Lista de abreviaturas e siglas

Arena	Aliança Renovadora Nacional
AI	Ato Institucional
CAMDE	Campanha das Mulheres pela Democracia
CDE	Comitê para o Desenvolvimento Econômico dos Estados Unidos
CONCLAP	Conselho Superior das Classes Produtoras
CONSPLAN	Conselho Consultivo de Planejamento
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAP	Grupo de Assessoria Parlamentar
LIMDE	Liga da Mulher pela Democracia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPESUL	Instituto de Pesquisa e Estudos Social do Rio Grande do Sul
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PSD	Partido Social Democrático
SNI	Sistema Nacional de Informações
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UCF	União Cívica Feminina
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Figuras

Figura 1	Construção discursiva dos aspectos econômicos e sociais	86
Figura 2	Construção discursiva dos aspectos políticos e morais	119

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Base documental dos capítulos analíticos	25
---	----

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
Notas importantes para construção da tese	3
1 ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	10
1.1 Introdução.....	10
1.2 A teoria do discurso como referencial teórico e metodológico.....	11
1.2.1. As bases e categorias da teoria do discurso	13
1.3 Escolhas metodológicas: recorte temporal e corpus empírico.....	20
1.4 Considerações parciais.....	27
2 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA	28
2.1 Introdução.....	28
2.2 O Brasil no contexto de Guerra Fria: os governos de Jânio Quadros e João Goulart	32
2.3 O governo de Goulart durante o período presidencialista e o governo de Castello Branco	37
2.4 As bases do Estado de Segurança Nacional: o SNI e o PAEG	47
2.5 Considerações parciais.....	53
3 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	55
3.1 Introdução.....	55
3.2 Desenvolvimento como significante vazio	57
3.3 A reforma educacional: o papel da educação liberal e da educação para os negócios.....	62
3.4 Reforma agrária: foco em melhorias no campo	67
3.5 A questão habitacional no Brasil.....	70
3.6 A livre iniciativa como a verdadeira liberdade: o papel da empresa privada e da democratização do capital	73
3.7 As reformas bancária e administrativa: governo bom é governo descentralizado.....	79
3.8 Considerações parciais: um panorama sobre os aspectos econômicos e sociais nos discursos pró-direita a partir da teoria do discurso.....	81
4 ASPECTOS POLÍTICOS E MORAIS.....	87
4.1 Introdução.....	87
4.2 A democracia como significante vazio: aspectos gerais	90

4.3 O comunismo como corte antagônico.....	91
4.4 Lógica de equivalência entre democracia e contrarrevolução	94
4.4.1. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a “Revolta dos Marinheiros”	95
4.5 As aspirações do povo brasileiro	98
4.6 A democracia como modo de vida: destrinchando o significante vazio ..	100
4.6.1. O indivíduo, seu papel societário e o bem comum	102
4.6.2. O direito de propriedade privada e a valorização da família	104
4.7 O nacionalismo e a construção de uma soberania nacional.....	108
4.8 A cidadania e sua moralidade.....	111
4.9 Considerações parciais: um panorama sobre os aspectos políticos e morais nos discursos pró-direita a partir da teoria do discurso.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A construção de uma tese demanda escolhas. Escolhas sobre o tema, o objeto de estudo, o recorte temporal, a base teórica, a base empírica. Como em uma longa caminhada, cada um desses detalhes são, em determinado tempo, escolhidos e delimitados, permitindo a construção dos capítulos e do resultado final: a tese. Escolher estudar a pró-direita dos anos de 1960 no Brasil não estava nos planos no início do doutorado. O tema de pesquisa definido ia em direção oposta e a intenção era compreender o modo como a cidadania nos governos Lula e Dilma havia sido construída discursivamente. Mas a eleição de Jair Bolsonaro e o próprio amadurecimento fazendo as disciplinas teóricas levaram a tese para uma outra direção, por isso, num primeiro momento, foi decidido que o foco estaria em investigar as semelhanças entre o discurso de Jair Bolsonaro e os militares na tomada de poder em 1964.

Os estudos sobre a direita durante o regime militar no Brasil apontam para vários caminhos. Seja a direita pré-1964 ou pós-1964, houve a dedicação por parte da academia em aprofundar o tema aqui proposto. Alguns trabalhos se tornaram clássicos, referências no assunto, e foram responsáveis por aguçar ainda mais o estudo em torno do tema. Se tornaram leitura indispensável, seja para compreender o momento ou para escrever sobre ele. Trouxeram contribuições quantitativas em termos de dados, e outras vezes, teóricas, oferecendo bases analíticas diversas para aprofundarmos nossos questionamentos enquanto pesquisadores (MENDONÇA, 2017; DREIFUSS, 2008; SKIDMORE, 2007; 1988; ALVES, 2005; SANTOS, 2003; 1973; MOTA, 2000; SOARES et al., 1995; D' ARAÚJO et al., 1994; FIGUEIREDO, 1993; DREIFUSS E DULCI, 1983; STEPAN, 1975).

Há aqueles estudos que nos ajudam a mapear até onde a academia foi sobre o tema, seus objetos, aporte teórico escolhido, qual a metodologia escolhida. Nos acolhem, pois nos apresentam seus temas, nos alfinetam, pois apontam lacunas que podemos buscar suprir com nosso esforço de análise. Exemplos são os estudos que discutiram aspectos políticos, dando ênfase no papel dos partidos políticos (SILVA NETA, 2014; DUARTE, 2014; MANFFRÉ, 2014; FLACH, 2003; OLIVEIRA, 2013; FRANÇA, 2009) ou relações entre executivo e legislativo (RIBEIRO, 2013).

Outros estudos buscaram uma abordagem focada em enfatizar a influência dos movimentos civis, tais como os movimentos estudantis de direita (LIMA, 2017; 2013; SILVA, 2016;) e os atores acadêmicos envolvidos (CERUTTI, 2010), ou ainda, movimentos anticomunistas (BRASIL, 2010), movimentos femininos (SOUSA, 2016; VELEZ, 2015; CORDEIRO, 2008) e movimentos empresariais (MORAES, 2016; 2012; BORTONE, 2019; 2017; 2013; CAMPOS, 2012; GONÇALVES, 2010; DEUSDARÁ, 2008; RAMÍREZ, 2005). Há, ainda, aqueles estudos que deram atenção para a influência da mídia no período (DJUROVIC, 2021; VIEIRA, 2016; NASCIMENTO, 2015; GUARNIERI, 2013).

De modo geral, pode-se dizer que a contribuição desses estudos se dá em dois sentidos: (1) eles ampliam a fonte em torno do debate do que seria a direita. Ao abordarem objetos diversos, nos apresentam a quantidade de movimentos civis surgidos nos anos de 1960 no país; (2) ampliam também a lente teórica que pode ser utilizada para melhor compreender seus objetos, a partir dos mais diversos caminhos percorridos.

Porém, ao fazerem tal movimento, estes estudos elucidam elementos da direita a partir de dois aspectos principais: (1) o uso de movimentos específicos como objetos de pesquisa, focando em aspectos relacionados seja de recorte geográfico (como os estudos em torno do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo); seja de elementos específicos como questões políticas (como o Arena e a CAMDE), ou econômicas (como o IPES); e (2) o uso de aportes teóricos que não se solidificam na ideia de que a história construída na década de 1960 foi fruto de determinados elementos construídos discursivamente, se estabelecendo distantes de bases pós estruturalistas e pós fundacionalistas, o que dificulta o enriquecimento das escolhas teóricas e metodológicas.

Neste sentido, após inúmeras orientações, concluiu-se que seria preciso focar. Assim, além da necessidade de se definir melhor o recorte da pesquisa. Havia o fato de a direita ser tida, comumente, como um bloco condensado, o que trazia certo incômodo. Muitas das vezes, seja na academia, seja ao que é vinculado nas redes sociais/mídias, ocorre uma simplificação do debate em torno do tema. O período em si é inúmeras vezes delimitado entre militares *versus* guerrilheiros.

Quem se detém com um pouco mais de atenção ao tema, constata que a década de 1960 reflete o fortalecimento de elementos contra a esquerda extremamente complexos, diversos e heterogêneos. Foi neste momento que tomou-

se a decisão de focar em um objeto e não fazer uma pesquisa comparativa. Assim, o foco foi estabelecido no discurso da direita em uma das décadas mais conturbadas da história do país, os anos de 1960.

Notas importantes para construção da tese

Ao tomarmos a pró-direita como nosso objeto de estudo, identificou-se o desejo de contribuir para o debate em torno do tema a partir de quatro elementos básicos.

O primeiro deles é tomar a direita como sendo uma espécie de pró-direita. Com isso, partimos da ideia de que havia uma complexidade e heterogeneidade tão grande que só seriam melhor captadas a partir da nomenclatura *pró-direita*, buscando abarcar movimentos e sujeitos diversos, que se encontravam num espectro *contra a esquerda*. Assim, também vale para o campo oposto. Trabalharemos, portanto, com as denominações pró-direita e pró-esquerda.

O segundo elemento básico que norteou esta tese é o uso da teoria do discurso como aporte não só teórico, mas também metodológico. Com isso, tomamos a construção da história brasileira no período dos anos 1960 como uma construção discursiva baseada em uma luta entre dois grandes discursos: pró-direita *versus* pró-esquerda, a partir do foco em aspectos econômicos, sociais, políticos e morais. Sem a necessidade de abordar apenas um deles.

O terceiro elemento básico que norteou esta tese é a escolha por não delimitar a base empírica em um movimento específico pró-direita ou por regiões geográficas, fazendo recortes de movimentos de determinadas localidades do país. Com isso, conseguimos identificar elementos que se repetiam nos diversos documentos e movimentos analisados e puderam ser colocados no espectro da *pró-direita*.

Evidenciar essa heterogeneidade da pró-direita nos levou a outra escolha: identificar o discurso pró-direita pelas lentes da própria pró-direita. Nosso quarto elemento básico: evidenciar os elementos que se destacaram entre os sujeitos e movimentos que se colocavam contra a esquerda e a favor da queda de Goulart, e

não a partir de elementos que fizeram parte da construção discursiva de quem os estava combatendo.¹

A partir desses quatro elementos básicos, esta tese busca contribuir em dois sentidos principais. O primeiro deles diz respeito à ampliação sobre a direita como objeto de estudo durante o regime militar, propiciando um debate mais rico, tanto sobre nosso objeto, quanto aos diversos temas que se relacionam a ele, como os períodos Goulart e o governo Castello Branco, os movimentos civis que foram explorados na análise documental, bem como a esfera do Legislativo, que foi analisada também durante em alguns momentos. Ao escrever uma tese com o olhar da pró-direita sobre si mesma, algo não feito até então, pretendemos trazer novos elementos que permaneciam desconhecidos e possam contribuir para o entendimento sobre esse período conturbado da nossa história.

Tais contribuições só se tornam viáveis, segundo nosso ponto de vista, a partir do uso da teoria do discurso. O que leva ao segundo ponto acerca das contribuições desta tese. Utilizar a teoria do discurso para descortinar um período que, muitas vezes, encontra-se naturalizado no sentido de ser simplificado, e em tantas outras, é visto como de extrema importância para compreendermos o que tem acontecido nos dias atuais em nosso país em termos políticos, econômicos e sociais.

A potencialidade da teoria do discurso enquanto referencial teórico e metodológico nos leva a crer que esta tese contribuirá para entendermos as articulações discursivas que vêm se formando no Brasil desde 2013, culminando com enorme crescimento de ideias conservadoras nas áreas políticas e sociais. Em termos globais, os números mostram que há um movimento global de fortalecimento de discursos pró-direita². Em termos brasileiros, a eleição de Jair Bolsonaro não

¹ Esta explicação se torna importante por nos ter sido questionado durante a defesa de projeto a ausência de uma definição do que seria a direita. Não o fizemos por dois motivos: (1) não é nosso objetivo partir de uma definição do que seria a direita e depois corroborar ou não com ela. (2) Buscamos contribuir justamente com a elucidação de quais elementos discursivos compõem o discurso pró-direita pelas suas próprias lentes, perspectivas, ideias e visões.

² A título de exemplo, para os cargos presidenciais: em 2012, na Grécia, o partido ultranacionalista e racista, o Aurora Dourada, conquistou cerca de 7% dos votos em 2016, foi eleito nos Estados Unidos Donald Trump; em 2017, Marine Le Pen (Frente Nacional) na França, se fortaleceu ficando em segundo lugar; na Alemanha, grupos e partidos radicais têm se unido e ganhado força, como os Lobos Brancos e da Alternativa para Alemanha (AfD), obtendo 13% dos votos nas eleições nacionais de 2017; na Holanda, a direita radical ficou em segundo lugar nas eleições em 2017. (DIBAI, 2018)

deixa dúvidas (SANTOS E TANSCHKEIT, 2019; DIBAI, 2018)³.

Assim, os estudos têm apontado que, no panorama brasileiro, discursos pró-direita têm se fortalecido a partir de movimentos estabelecidos nas redes sociais (MELO, 2019; ROCHA, 2018; BARON, 2018; CODATO et al., 2015), na busca de fortalecimento de uma agenda que redesenha aspectos econômicos, morais e políticos. Essa agenda aborda questões como o fim da corrupção, “[...] a favor da redução da maioria penal, contra o estatuto do desarmamento, contra os direitos das minorias sociais, às questões de gênero, contra as políticas de ação afirmativa e de renda mínima do governo federal” (ABREU e ALLEGRETTI, 2016, p. 91). No caso da extrema-direita brasileira, a agenda que se coloca, sobretudo, é na área dos costumes, por um ódio aos direitos humanos (RIBEIRO, 2015). Vimos que, a partir do ano de 2015, tais discursos enfatizaram o desejo pelo fim do mandato de Dilma Rousseff e do petismo, levando ao impeachment da presidente em 2016.

Assim, as bases pós-estruturalistas e pós-funcionalistas da teoria do discurso nos permitem apostar, por isso mesmo, no entendimento da história como processos sempre relacionais e nunca plenamente saturados, permitindo que o passado traga dimensões discursivas que auxiliem na compreensão de (re)articulações com elementos, ainda que anos tenham se passado.

Neste sentido, a pergunta-problema que esta tese pretende responder é a seguinte: *como se deu(ram) a(s) construção(ões) discursiva(s) pró-direita durante os anos de 1960-1967 no Brasil?*

Nossa hipótese é de que a identificação de uma construção discursiva pró-direita nos anos de 1960 no Brasil, mais especificamente durante os anos de 1960-1967, se deu a partir da heterogeneidade existente em torno de sentidos pró-direita. Tal heterogeneidade poderá ser mais bem compreendida por meio de aspectos econômicos, sociais, político e morais. Por isso, a hipótese se reforça na ideia de que estes aspectos se encontram articulados entre si, pela relação que os diversos movimentos civis pró-direita estabeleceram, criando significantes vazios em torno de

³ Os autores destacam que Jair Bolsonaro possui uma postura que pode ser identificada com da “direita radical”, na medida em que busca atacar dois grupos assim divididos (DIBAI, 2018, p. 146): o primeiro, formado por um “(...) nítido incômodo de classe, de maneira que os segmentos desconstruídos são também os oprimidos sociais [constituído por]: LGBTs, bandidos, presidiários, menores infratores, negros, mulheres, beneficiários de programas sociais, pobres, nordestinos, índios, quilombolas, etc.”, e o segundo grupo “(...) em uma forte divergência político-ideológica, amparada no anticomunismo e na defesa da ditadura militar.” Nesse segundo grupo, o ataque é voltado contra esquerdistas, petistas e comunistas.

um discurso pró-direita homogêneo, articulado, sobretudo, por demandas heterogêneas.

Neste sentido, o estabelecimento de um discurso econômico e social junto a movimentos femininos de forte cunho moralista e o fortalecimento de um discurso político a partir da influência da Escola Superior de Guerra, nos permite falar destes quatro aspectos como um conjunto de identificação discursiva que possibilita a criação de uma complexa lógica de equivalências que dá as bases necessárias para a criação de um discurso que engloba questões de cunho militar, econômico, político e psicossocial e resulta, por exemplo, na criação do Estado de Segurança Nacional, em 1964. Permite-nos falar também, em (re)articulações que possibilitam o Executivo, o Legislativo e o Judiciário serem influenciados e comandados por discursos pró-direita, e que incorporados à burocracia estatal (e, conseqüentemente, participando ativamente na criação de políticas e programas), influenciaram os mais diversos aspectos da sociedade.

Assim, definiu-se como o objetivo geral desta tese: identificar como se deu o discurso pró-direita no Brasil nos anos de 1960. Para tal, foram elencados três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico foi identificar as condições de emergência nas quais os discursos pró-direita foram criados. Neste sentido, utilizamos fontes importantes para descrever historicamente os anos antecedentes à tomada de poder pelos militares, bem como, uma visão geral do que foi o período após a tomada de poder em 1964, descrevendo elementos históricos que compuseram o mandato de Castello Branco.

O segundo objetivo específico foi identificar como se deu a construção discursiva pró-direita em torno dos aspectos econômicos e sociais. Assim, a análise documental se baseou nos elementos em torno destes aspectos buscando evidenciar a construção discursiva entre os anos de 1960 a 1967, a partir da exploração de diversos materiais que foram selecionados e outros tantos que surgiram ao longo da análise. Portanto, a análise neste capítulo está focada em identificar elementos que possam ter proximidade com temas como saúde, economia, educação, habitação, agricultura, investimentos, infraestrutura, saneamento básico, qualidade de vida.

O terceiro objetivo específico foi identificar como se deu a construção discursiva pró-direita em torno de aspectos políticos e morais. Portanto, a análise documental se deteve em buscar os elementos pertencentes às questões referentes

sobre política e moralidade que envolviam a construção discursiva delimitando o recorte temporal aos anos de 1960 a 1967. Nesta visada, foram abordadas questões que possuíam alguma relação com o papel estatal em questões políticas (funções do executivo, esfera administrativa, distribuição de responsabilidades federais) e morais, enfatizando o indivíduo e seu desenvolvimento moral na esfera micro (como sua família) e macro (como cidadão), e temas como nacionalismo, propriedade privada, liberdade individual, autonomia, família, cultura, democracia.

É importante salientar que investigar a pró-direita é se dar conta, sobretudo, da compreensão de como o Estado é visto. Neste sentido, a força/fraqueza estatal na construção de uma sociedade com desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e justiça social é um elemento abordado em ambos os capítulos, pois, para a pró-direita, a função do Estado – ora incentivando, ora recuando – baliza as questões econômicas, sociais, políticas e morais da sociedade. O olhar para compreender a construção discursiva pró-direita durante os anos de 1960, passa, por isso, pela obrigatoriedade em dar espaço a esta grande questão: o Estado e suas funções.

Quando nos posicionamos a partir desta grande questão, os demais elementos discursivos que compõem a articulação pró-direita aparecem mais nítidos e conseguem ser mais bem visualizados. Não seria possível avançar na compreensão sobre o tema se tomarmos a pró-direita como aquela que deseja “um Estado mínimo” *stricto sensu*, uma vez que tal argumento empobrece o debate e dificulta a compreensão de toda a cadeia discursiva identificada ao longo da tese.

A título de exemplo, é interessante notar o discurso pró-direita em torno de elementos como o papel do Estado em incentivar o crescimento da empresa privada pela democratização de capital e promoção do bem comum. Tal raciocínio dificilmente seria identificado se tomássemos a máxima “a direita e a defesa do Estado mínimo”. A construção discursiva de tal ideia passa por esmiuçar os elementos nela contidos.

Para a pró-direita, havia a ideia de que o desenvolvimento econômico e a valorização das riquezas nacionais só seriam possíveis a partir da tomada de consciência por parte do Estado de sua ineficiência em determinadas questões administrativas e sua obrigatoriedade por incentivar a vinda de capital estrangeiro e facilitadores de aplicação de capital nacional. A função social do Estado estaria no incentivo à circulação de capital, ao passo que a função social da empresa estaria

em seu papel de geração de bem comum, responsável por gerar riquezas e maior produtividade para o país. Em consequência, a geração de empregos e de riquezas e capital de giro aumentariam a qualidade de vida tanto dos que consomem, como dos que produzem, gerando mais desenvolvimento e justiça social.

Tal cadeia discursiva, que se inicia pelas condições de emergência e finaliza com os significantes vazios, compõe o cenário e corrobora com um dos argumentos aqui colocados, baseados em nosso referencial teórico e metodológico: o campo social está em constante mudança, preenchido por processos, nunca fechados, jamais saturados, evidenciando a complexidade e a quantidade de questões envolvidas nas articulações discursivas que compreendem os discursos que lutam por hegemonia discursiva.

Assim, os capítulos foram subdivididos e são mais bem visualizados em sua riqueza de detalhes quando partimos da perspectiva que a pró-direita enxergava. Durante os anos de 1960, havia muito medo e uma busca constante por lidar com ele, a partir de medidas que trouxessem resultados efetivos, focando sempre em melhorar as condições nas quais o país se encontrava.

O medo que rondava o Brasil na década de 1960 se concentrava basicamente na ameaça de enfraquecimento da democracia. Internamente, para a pró-direita, as instituições brasileiras eram tidas como inadequadas à realidade geográfica do país, gerando, conseqüentemente, uma desconexão entre as diversas regiões do Brasil e o poder central. Para a pró-direita, o processo eleitoral não imprimia seu aspecto de voto livre, tendo a federação se tornado, por isso mesmo, uma espécie de “abstração política”, completamente descolada da realidade brasileira.

Em simultâneo e externamente, havia a ameaça de “comunização”. Para a pró-direita, os países socialistas possuíam, em essência, os mesmos erros e características: em sua base, realizavam uma luta ativa contra o imperialismo e pela vitória dos grandes ideais do socialismo e do comunismo em todo o mundo, pela libertação nacional dos povos, por todos os meios econômicos e políticos, por meio de armas, a partir da construção de uma doutrinação ideológica e guerra psicológica, tendo como base a infiltração dos seus e movimentos de massa e guerra revolucionária.

O detalhamento destes elementos foi assim subdivididos em três capítulos, seguindo a estrutura da tese o seguinte caminho.

O capítulo 1 aborda as escolhas teóricas e metodológicas feitas para a escrita deste trabalho. Nosso objetivo foi situar o leitor sobre a importância da teoria do discurso para a construção desta tese. Ao desenvolver a teoria e suas categorias, bem como os passos da metodologia, buscamos evidenciar como a escrita se deu de modo conjunto nestes dois aspectos. A teoria buscou auxiliar na construção da análise do corpus empírico, bem como, o uso da teoria do discurso como aporte metodológico nos possibilitou compreender e didatizar o referencial teórico descrito no primeiro capítulo.

O capítulo 2 é resultado de detalhamento do primeiro objetivo específico. Neste sentido, destacamos a primeira categoria utilizada da teoria do discurso, denominada *condições de emergência*. Assim, identificamos as condições de emergência nas quais a construção discursiva pró-direita estabeleceu suas bases. Estabelecendo dois “grandes recortes temporais”: pré-1964 e pós-1964, o capítulo é composto por vasto conteúdo histórico, a partir de inúmeras referências bibliográficas, partindo, em sua maioria, de um olhar da pró-direita para os processos sociais ocorridos. É o capítulo de maior uso de dados históricos, buscando evidenciar características históricas importantes que levaram à narrativa hegemônica iniciada, sobretudo, em meados de 1962/1963, atingindo seu auge em 1964 e se reconfigurando pós-1964, com o estabelecimento do regime militar.

Os capítulos 3 e 4 concentram a maior riqueza de detalhes pela dedicação ao corpus empírico delineado no capítulo 2, na subseção das escolhas metodológicas. Buscamos evidenciar, no capítulo 3, os aspectos econômicos e sociais da construção discursiva pró-direita, ao passo que, no capítulo 4, os aspectos políticos e morais adquirem destaque e contribuem para complexificarmos a construção discursiva pró-direita.

Em ambos os capítulos, há uma subseção final trazendo detalhadamente o modo como se deu tal construção, a partir das categorias *campo de discursividade*, *elementos*, *momentos*, *práticas articulatórias*, *lógicas de equivalência*, *corte antagônico*, *significantes vazios* e *ponto nodal*, além de uma figura demonstrativa. Nosso objetivo é que o leitor consiga visualizar melhor o uso da teoria e das categorias escolhidas a partir da análise documental realizada.

1 ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

1.1 Introdução

Para identificarmos como se deu a construção discursiva pró-direita durante a década de 1960 no Brasil elencamos um referencial que se colocou, ao mesmo tempo, como teórico e metodológico. Isto se deu a partir da escolha pela teoria do discurso em que foi possível elencar nossas bases conceituais para melhor explorar o objeto de pesquisa, e em simultâneo, a seleção e tratamento do corpus empírico.

A teoria de Laclau e Mouffe (2015) foi desenvolvida a partir da ideia de que a sociedade pode ser mais bem compreendida por meio da disputa discursiva entre diversos elementos que se colocam. A partir de seus aspectos ontológicos, a teoria se expande, pois nos permite entender por que a sociedade é resultado de uma composição complexa, sendo, por isso mesmo, uma teoria explorada não só na ciência política, como também na pedagogia, na literatura e outras áreas.

Significa dizer, portanto, que para nós, a realidade social existente na década de 1960 foi construída a partir de discursos. E a análise empírica está baseada também na busca por identificar como se deu tal construção discursiva, a partir da análise dos documentos e tendo como guia as categorias desenvolvidas por esta teoria. Partimos então do pressuposto de que esta luta discursiva se estabeleceu por meio de um contexto histórico, baseado em condições de emergência específicas identificadas a partir de 1961, que levaram ao fortalecimento e articulação de determinadas ideias pró-direita, resultando na ruptura datada em março de 1964 com o início do regime militar brasileiro.

Assim, a ruptura localizada a partir dos anos de 1964 no país não é vista por nós como isolada, e sim, resultado da luta entre dois polos que buscavam se manter discursivamente hegemônicos. Para destrinchar tal argumento, buscaremos, na primeira seção, explicar do que se trata a teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para isso, explicaremos suas principais categorias: elementos, momentos, articulação, ponto nodal, significante vazio, antagonismo, campo de discursividade, hegemonia, lógicas da equivalência e condições de emergência.

Na segunda seção, dedicaremos explicações em torno das escolhas metodológicas feitas para a construção desta tese, como foi feita a seleção e quais documentos foram analisados, além do recorte temporal e demais detalhes acerca do processo de organização e manutenção da pesquisa e análise documental e construção da escrita, retomando as categorias utilizadas durante a construção teórica detalhada na primeira seção.

1.2 A teoria do discurso como referencial teórico e metodológico

A compreensão da teoria do discurso se dá pelo conceito central de discurso. Ou seja, para seus autores, o que está em voga na sociedade faz parte de um processo que possibilita – em dado momento histórico e por meio de dadas condições de emergência – que alguns discursos (ideias, conceitos, crenças, costumes) se sobressaiam em relação a outros. O discurso é o que possibilita dar sentido à realidade, logo, é o que constitui e organiza as relações sociais, formando o espaço social. O status que tais discursos adquirem é o que pode ser denominado enquanto hegemonia discursiva, ou seja, o processo de estabelecimento (ainda que temporário) de um discurso enquanto “verdadeiro”.

Segundo Laclau e Mouffe (2015), são duas as condições para a construção hegemônica: (1) a presença de forças antagônicas e (2) a instabilidade da fronteira entre estas mesmas forças. Isso significa dizer que é necessário haver diversos sentidos “flutuando” no campo de discursividade e uma possível articulação destes elementos a campos que sejam opostos. Partindo disto, tem-se o início de processo de hegemonia que ocorre por meio de um deslocamento.

No caso desta tese, o contexto no qual se coloca a disputa discursiva se deu pelo embate pró-direita versus pró-esquerda, ambos disputando os sentidos em torno de questões que “flutuavam” nos dois lados. Havia uma grande questão que rondava o Brasil nesta época: como gerar melhorias no crescimento, qualidade de vida, desenvolvimento social? Em outras palavras, todos estavam em busca de respostas para prover melhorias para que o Brasil pudesse se desenvolver e sair da crise (sobretudo, mas não apenas) econômica que se encontrava, por isso, de ambos os lados, questões como progresso econômico, justiça social, educação, bem-estar, qualidade de vida, habitação, saúde, crescimento econômico estavam

sendo disputadas discursivamente.

Essa luta discursiva pode ser mais bem compreendida, quando visualizamos a base na qual parte a teoria de Laclau e Mouffe: a noção de impossibilidade da construção de estruturas finais, fechadas, imutáveis, sendo sempre possível, a existência de processos que levem a reformulações e adaptações destas mesmas estruturas. No caso do Brasil dos anos de 1960, vemos que, a partir de, sobretudo 1962, esses processos são evidenciados pelo fortalecimento de elementos pró-direita no cenário político e econômico, influenciando a dinâmica dos fenômenos e processos políticos e sociais ocorridos no governo Goulart (que poderá ser mais bem compreendido no capítulo seguinte, quando mapeamos as condições de emergência que possibilitaram tais processos).

Por isso, não é nosso objetivo aqui questionar o fortalecimento discursivo da pró-direita durante os anos de 1960 no Brasil. O que buscaremos fazer é identificar como se deu a construção discursiva, o processo de sedimentação destes discursos que levaram à instauração do regime militar. Por isso, dedicamos um capítulo específico às condições de emergência dos discursos pró-direita. Pois, tal como afirmam Laclau e Mouffe, a estrutura busca sedimentar sentidos (ou seja, esquecer seu processo de construção, naturalizando-o), mas isso ocorre por meio de uma historicidade e condições de emergências específicas. Destarte, o contexto brasileiro, a partir de 1962, sofreu tal deslocamento, por meio de novas visões e antagonismos, que adquiriu outros sentidos, sempre influenciados por construções discursivas contingentes, abertas e precárias, que possibilitaram uma construção hegemônica discursiva a partir de 1964.

Assim, essa construção discursiva pode ser compreendida a partir da noção de sobredeterminação desenvolvida por Laclau e Mouffe. Tal noção surge e delimita um lugar diferenciado à teoria construída pelos autores: opõe-se, de certa forma, à base das teorias marxistas. Por isso, em contrapartida à sobredeterminação econômica dada pelo marxismo aos diversos processos sociais existentes, a teoria do discurso enxerga a complexidade existente em torno das práticas articulatórias para além de estruturas estritamente econômicas. Ou seja, o antagonismo capital versus trabalho não seria, para estes autores, suficiente para explicar as relações sociais. Existiria uma espécie de “complexo espectro social” formado por inúmeros sujeitos sem identidade que estaria além do antagonismo de classe (LACLAU e MOUFFE, 2015).

Partindo desse proposto, buscamos nesta tese, dar ênfase na identificação de uma construção discursiva pró-direita pautada em aspectos que sobressaíam a elementos econômicos, dando ênfase também aos aspectos sociais, políticos e morais. Compreendemos, tal como colocado pela teoria do discurso, que a realidade social construída se complexifica de tal forma, que não possível identificá-la satisfatoriamente apenas a partir de recortes meramente classistas/econômicos.

O que propomos então é uma análise dividida a partir de aspectos econômicos, sociais, morais e políticos, subdivididos em dois capítulos de análise. Tal necessidade se deu, pois a análise documental demonstrou uma construção discursiva pró-direita pautada nos mais diversos elementos, dando ênfase à formação do indivíduo enquanto ser político – que deve votar da maneira mais racional possível, enquanto ser econômico e social – dedicando seus esforços ao trabalho digno que propicie crescimento ao país, e enquanto ser moral – fortalecendo as bases para se tornar um homem digno que defenda sua pátria e sua família.

Assim, a dimensão em torno da teoria do discurso se dá exatamente por essa expansão no olhar perante o objeto de estudo, pois permite ao pesquisador expandir sua análise para as mais diversas dimensões que desejar incluir em seu estudo, e oferece, ao mesmo tempo, as categorias necessárias para guiá-lo na análise documental. Ao propiciar tal movimento, a teoria adquire caráter ainda mais complexo, pedindo por isso, uma explicação de suas bases pós-fundacionais e pós-estruturalistas. É o que trataremos na próxima seção.

1.2.1. As bases e categorias da teoria do discurso

As bases da teoria do discurso se encontram alicerçadas em aspectos ontológicos ancorados em pensamentos denominados *pós-fundacionista* e *pós-estruturalista*, por meio de autores como Jacques Lacan, Martin Heidegger e Jacques Derrida.⁴ A partir destas duas correntes de pensamento, a estrutura e a linguagem são vistas de formas complexas, sinalizando para a impossibilidade da

⁴ Para mais detalhes ver Lacan (1998), Heidegger (1999; 2002) e Derrida (2002). E, ainda que de modo indireto, é preciso também compreender as contribuições de Ferdinand de Saussure (2006) na linguística e Lévi-Strauss (2012) na construção do movimento denominado como *estruturalismo*, autores nos quais receberam alguns apontamentos dos estudiosos acima citados.

constituição de um sistema totalmente fechado e de um sujeito inteiramente autônomo, como também, para uma nova relação entre significante e significado, dando proeminência ao primeiro, a partir de um “deslizamento permanente” do significado sob o significante (LACAN, 1998).

Mas, o que isso significa? Para Lacan (1998), o significante adquire proeminência e sempre se remete a outros significantes na construção de significados, a partir de uma *cadeia de significantes* que se constroem e se relacionam, se remetendo a outros significantes sem um fim de sentido estabelecido. Por meio desta estrutura denominada *cadeia de significantes*, a língua é vista como uma possibilidade de servir ao sujeito para que ele possa expressar o que deseja de forma completamente diferente do que a língua diz, demonstrando com isso que a relação de significação não é estável (LACAN, 1998).⁵

Assim, para a teoria do discurso, autores como Heidegger (2002; 1999) e Derrida (2002) não devem ser vistos como estudiosos que buscam pensar “além” ou “após” o fundamento ou a estrutura, mas sim, a partir de suas contribuições para a construção de teorias políticas que buscam descentrar a pretensão científica colocada por grande parte da ciência política. Neste sentido, para Derrida (2002), o que dá significado às coisas é uma corrente infinita de significantes que constroem sentidos sempre temporários, contextuais e contingentes. Por isso, tal como Heidegger (2002; 1999), realiza uma crítica à metafísica da presença, pois esta cadeia interminável de significantes é vista como independente de qualquer suposta presença, em outras palavras, de qualquer fundamento final.

A contribuição desses autores para a teoria do discurso se dá no aspecto em que a realidade social é pensada e construída, a partir da linguagem e, sobretudo, por meio da contingência, da precariedade, da historicidade, aspectos característicos dos processos e fenômenos das sociedades contemporâneas. Neste sentido, a teoria do discurso trabalha com a noção de que o político (e conseqüentemente o social) está relacionado ao *antagonismo*, à *precariedade* e à *contingência*.⁶

⁵ Na teoria do discurso, estes aspectos de Lacan serão melhor detalhados adiante, mas de princípio pode-se dizer que tais elementos contribuem na construção de uma ideia de que a ocorrência de um discurso se dá por meio da existência de um campo de significações possíveis. (LACLAN, 1993)

⁶ A construção da sociedade e da identidade, por exemplo, seriam fenômenos que se encontram impossíveis de objetividade enquanto sentido completo, acabado e totalmente transparente. Assim, tais fenômenos são vistos enquanto flexíveis e passíveis de mudanças, não podendo ter seus sentidos completamente fixados.

Por isso, pode-se afirmar que a teoria construída por Laclau e Mouffe está baseada na grande categoria do *discurso*, em que esta adquire um caráter que ultrapassa a distinção feita entre o linguístico e o extralinguístico. Tal categoria é tida como uma totalidade significativa, ou seja, aquela que possibilita a construção de tudo que temos à nossa volta (LACLAU, 1993). Vejamos, por exemplo, um objeto. Inicialmente ele não possui qualquer sentido, tal fato só ocorre apenas se se construir um discurso sobre ele: enquanto isento de discursos, ele é apenas um objeto em sua existência.

O sentido de qualquer objeto se constrói, então, a partir da articulação de diversos significantes que possibilitam um campo de significados para que adquira alguma utilidade, ou seja, adquira sentido para quem quer que o utilize. Assim também o é com a realidade social. Esta é construída por meio de discursos e é por estes discursos que os sujeitos se constituem enquanto sujeitos. O discurso, portanto, é tido como constituidor das relações sociais, e o sujeito se constrói por meio de processos de identificação com construções discursivas socialmente disponíveis, uma vez que existe uma falta de identidade originária e intransponível.⁷

Destarte, na teoria do discurso, a questão da construção de sentidos discursivos por meio de identidades sociais é vista como processos de identificações, que se dão a partir desta falta originária e intransponível existente nos sujeitos. Conseqüentemente, salienta-se o caráter de incompletude presente em tais processos. Ou melhor dizendo, salienta-se a impossibilidade de uma identificação alcançar uma identidade completa, visto que traz consigo a representação da própria falta em si, a falta que outrora, tenta suprir. Por isso, tais processos de identificação sociais são colocados como incompletos e sempre recriados por meio de novos atos, demonstrando a presença de aspectos objetivos e racionais (ao tentarem amenizar a falta), e simultaneamente, a interrupção e subversão (pelo caráter incompleto imanente). (LACLAU E ZAC, 1994)

Estes elementos ontológicos se tornaram a base para a construção da teoria do discurso, sendo ampliados com o objetivo de se compreender a formação da realidade social a partir da construção de estruturas sempre precárias e

⁷ Por isso dizer da influência de Lacan em Laclau e Mouffe. A construção da teoria de Lacan (1998) é pensada a fim de localizar o sujeito e a construção de sua identidade, que para o autor, se dá a partir da linguagem. Assim, para Lacan (1998), se apenas o inconsciente conhece os elementos dos significantes, ele se estrutura pela linguagem, logo, o sujeito é visto como construído também a partir da linguagem. Assim construção do sujeito pela sua identidade ocorre por um mecanismo de identificação, a fim de suprir esta falta impossível de ser erradicada (STAVRAKAKIS, 1999).

contingentes, estabelecidas a partir de determinados contextos, a partir de um recorte histórico específico. Estas estruturas se formam, se mantêm e se modificam a partir de resultados articulatórios discursivos.

Tais processos se compõem, para Laclau e Mouffe, a partir das suas categorias. Ou seja, a identificação da criação de um discurso hegemônico se dá a partir de elementos que se articulam e possibilitam a criação de um discurso tido temporariamente como “verdadeiro”. Assim, para Laclau e Mouffe (2015), o status privilegiado deste discurso pode ser mais bem compreendido a partir do mapeamento das condições que o permitem assegurar e definir sua existência momentaneamente por um contexto histórico específico. Tais autores denominam como *campo de discursividade* a categoria que nos possibilita enxergar o terreno das disputas discursivas composto pelos elementos em torno de um discurso que começa a se articular, e definem como *condições de emergência* aspectos que permitem a sua existência.

No caso da pró-direita nesta tese, sua articulação discursiva foi pautada por condições de emergência que possibilitaram o estabelecimento de uma luta discursiva alicerçada em dois momentos históricos: o início dos anos de 1960 no país, a partir de 1961, com o governo Goulart, e, após 1964, com o governo de Castelo Branco. O campo de discursividade composto por elementos econômicos/sociais como: economia, capitalismo, liberdade econômica, papel do Estado, propriedade privada, mercado de capitais, entre outros, também há os elementos políticos/morais identificados: terrorismo, consciência cívica e cristã, bem comum, verdade, fé, bom governo, hierarquia, autoridade, entre outros.

Destarte, a construção de um discurso pró-direita não deve ser vista como uma totalidade discursiva suturada, visto que sua condição hegemônica se deu exatamente pela existência de discursos contrários que permaneceram na luta pelo domínio discursivo. Tal como nos propõe a teoria o discurso, podemos enxergar que a criação e fortalecimento de um discurso pró-direita se deu, exatamente, a partir de sua colocação como oposta a um discurso contrário, que neste caso, seria um discurso antagônico.

Para a pró-direita, o discurso que se encontrava antagônico ao seu se colocava no espectro da *pró-esquerda*, que, para a pró-direita, era vinculada a elementos como impedimento da iniciativa privada, ineficiência administrativa, falta de aproveitamento de recursos naturais, alienação suprema do homem, caos,

desordem, estado totalitário, revolução, desprezo pelo espírito, entre outros.

Segundo a teoria do discurso, tanto o discurso hegemônico, quanto o antagônico, não podem ser vistos como estáticos e fechados. Muito pelo contrário, a formação e modificação de ambos acontecem na medida em que um deles vai se modificando, se fortalecendo ou enfraquecendo, a depender do contexto no qual está inserido. Esta é uma das questões mais importantes desenvolvidas pela teoria o discurso: o caráter contingente, precário, contextual e aberto dos discursos. É exatamente por assim se formar que, num determinado momento, certas ideias se colocam em destaque, assumindo elementos de um discurso hegemônico, e em outros momentos, elementos de um discurso antagônico.

No caso dos discursos construídos pela pró-direita, por exemplo, sua base se encontra na ameaça visualizada a partir do “comunismo” ou “agentes vermelhos”. Ao mesmo tempo, a pró-esquerda ameaçada por estes discursos e constantemente acusada de querer o comunismo no país ou interferir na ordem estabelecida, tentava sobreviver se colocando contrária à derrubada de Goulart. Assim, tantos os discursos pró-direita, quanto os pró-esquerda foram construídos e demarcados exatamente pela existência um do outro. Na verdade, a existência de um só foi possível pela existência e necessidade de combater o outro. No caso do tema aqui abordado, a defesa da democracia pela pró-direita, se deu, baseada na argumentação da ameaça de existência do comunismo.

Nesta visada, a construção hegemônica discursiva pró-direita se deu pela constatação da existência de um inimigo, ou seja, de um corte antagônico, que tentava anulá-lo: a pró-esquerda, um movimento oposto, que era visto, sobretudo, como ameaça à estabilidade política do país. Por isso, Laclau e Mouffe (2015) apontam o caráter antagônico como sendo a possibilidade de existência de um discurso hegemônico e, em simultâneo, a incapacidade de preenchimento total de seu sentido.⁸

A construção de discursos pró-direita se dá, sobretudo, a partir do que a teoria do discurso coloca como sendo as *práticas articulatórias* que levam ao fortalecimento dos elementos discursivos presentes nas questões políticas,

⁸ Neste sentido, pode-se dizer que o antagonismo é o que define a construção do campo social nas sociedades contemporâneas, evidenciando a construção de relações entre forças inimigas, enfatizando também, e por isso, o caráter precário, contingente e histórico, não só do social, mas das estruturas que estabelecem esse social.

econômicas, sociais e morais. São as práticas articulatórias que levam à formação de *pontos nodais*. Os pontos nodais são elementos articulados que adquirem potencialidade discursiva de ultrapassar seus aspectos não-materiais (LACLAU e MOUFFE, 2015).

Os pontos nodais são, assim, pontos discursivos privilegiados que adquirem um caráter de abertura a sentidos múltiplos e se fixam temporariamente. O ponto nodal se torna, então, o centro de um dos momentos que estão na cadeia discursiva e também ele faz a interligação com os demais momentos que constituem o discurso hegemônico (LACLAU e MOUFFE, 2015).

No caso da pró-direita, as práticas articulatórias em torno dos aspectos econômicos/sociais, por exemplo, foram identificadas a partir de questões como a reinstauração da ordem, o fim do comunismo “desenfreado”, a estabilização da moeda, ou ainda, o controle da hiperinflação e o “abismo” dos déficits orçamentários. Os pontos nodais gerados em torno destas articulações foram diversos, tais como a descentralização estatal e fortalecimento da iniciativa privada.

Na teoria do discurso, os pontos nodais são identificados também como significantes vazios, portanto, são termos considerados sinônimos. O significante vazio é colocado, então, como vazio (mas não no sentido de esvaziar-se de sentido totalmente, e sim) pela sua capacidade de abundância em aglutinar uma polissemia de sentidos articulados em torno dele. Ele se esvazia de um sentido específico e passa a representar diversas particularidades em torno de si.

Assim, a articulação estabelece uma nova relação entre eles, modificando a identidade dos mesmos, e definindo um discurso a partir do estabelecimento de significantes vazios. Portanto, os significantes vazios são significantes que se esvaziam de um sentido único diferencial e passam a exercer uma capacidade de unificar, em uma espécie de “colapso equivalencial” a determinados discursos, encarnando uma completude inalcançável (LACLAU, 2013; 2011), mas compondo o “discurso mestre” se torna temporariamente hegemônico, adquirindo um status de representação suficiente para dar sentido e formação à sociedade (LACLAU e MOUFFE, 2015; LACLAU, 1993).

No caso da pró-direita, no que diz respeito aos aspectos morais/políticos, estabeleceu-se enquanto significante vazio a noção de democracia, dada sua capacidade de aglutinar os mais diversos sentidos a partir dos pontos nodais identificados como valorização do indivíduo, nacionalismo, cidadania, família, entre

outros. A noção de democracia foi articulada de tal forma, que para a pró-direita, ela significava a garantia de uma democracia representativa, o fortalecimento das instituições democráticas, a ordem, a paz social, a possibilidade de estabelecimento de prestígio, unidade e integridade nacionais e prestígio internacional.

A complexidade desta formação discursiva acima descrita se compõe a partir de pontos nodais que evidenciam a criação do que Laclau e Mouffe (2015) denominam como lógicas de equivalência, ou seja, quando determinados termos têm seu caráter diferencial momentaneamente subvertidos. A formação desta lógica de equivalência se dá posteriormente à lógica da diferença que já existe.

Assim, na teoria do discurso, as lógicas da diferença e equivalência se encontram relacionadas, pois é a partir da primeira que a segunda pode se formar. Nesta visada, num momento anterior, o discurso, ainda não articulado, se encontra dentro de uma lógica da diferença, posto que suas diferenças se realçam e levam a uma complexificação do espaço político. A partir da identificação de uma falta, determinados elementos/momentos se identificam e constroem um inimigo em comum. Posteriormente, num segundo momento, por meio dos pontos nodais, estabelece-se uma equivalência entre seus sentidos e o discurso hegemônico, levando, conseqüentemente, a uma simplificação do espaço político e à construção de uma lógica de equivalência. São estas lógicas de equivalência que possibilitam uma construção discursiva, pois são o resultado de pontos nodais articulados entre elementos que se destacam e adquirem sentidos equivalentes.

No caso do discurso pró-direita, no que diz respeito a aspectos econômicos/sociais, por exemplo, os pontos nodais articulados junto ao significante vazio criaram uma lógica de equivalência entre desenvolvimento, progresso econômico e justiça social. Assim, estas três noções devem ser vistas de modo relacional. Isoladas elas não fazem sentido aqui. Para a pró-direita, são três noções vinculadas, interdependentes e relacionais. Neste sentido, a construção discursiva se estabelece a partir da ideia de que o alcance do desenvolvimento geraria progresso econômico e também justiça social, ao mesmo tempo que os dois últimos gerariam maior capacidade para o desenvolvimento.

O significante vazio é, pois, a grande categoria que nos permite “sintetizar” como se realiza a construção hegemônica discursiva, ou seja, como se forma um discurso que se coloca como “verdadeiro”. No caso da pró-direita, os aspectos econômicos/sociais, se estabeleceram a partir de uma grande noção, estabelecida

pelo significativo vazio desenvolvimento. Com isso, entendemos que a identificação do discurso pró-direita que em torno das demandas econômicas e sociais durante os anos de 1960 passa por sinalizar a importância da noção de desenvolvimento, e que tal noção deve, necessariamente, estar vinculada a elementos como progresso econômico e justiça social, pois se estabeleceu discursivamente uma lógica equivalencial entre estas três noções.

A partir do que foi colocado até agora, é possível dizer que as categorias do discurso adquiriram maior sentido a partir de seu uso com o corpus empírico estabelecido. Por isso a descrição das categorias veio acompanhada de exemplos identificados ao longo da análise documental. Neste sentido, nota-se que a análise documental foi guiada por meio das categorias que acabamos de explicar e alcançou seu melhor resultado a partir do encadeamento de seu uso, pois como vemos, a teoria do discurso vê a realidade social por uma construção, e uma construção discursiva. Os discursos se estabelecem por elementos ainda dispersos no campo de discursividade, e, ao iniciarem um processo articulatório, demonstram sua força discursiva.

Esta força discursiva analisada em detalhes nos capítulos subsequentes e isso se dá a partir do desmembramento das ideias articuladas pela pró-direita, subdividas em aspectos específicos e as categorias de Laclau e Mouffe. Na próxima sessão, apresentaremos em detalhes como foi feita a exploração dos documentos selecionados.

1.3 Escolhas metodológicas: recorte temporal e corpus empírico

Tal como a escolha do referencial teórico se baseou na premissa de que a realidade social é mais bem visualizada a partir do olhar para a construção social enquanto um processo discursivo, a escolha metodológica se deu no mesmo caminho. Para o avanço da pesquisa, nos baseamos também na teoria do discurso, desenvolvida por Laclau e Mouffe. A base empírica desta tese foi analisada a partir da ideia de que os documentos que seriam analisados são reflexos da construção discursiva que se estabeleceu em torno da pró-direita nos anos de 1960 no Brasil.

Por isso, para responder a principal questão desta pesquisa, a abordagem metodológica foi de cunho qualitativo, propiciando um olhar mais abrangente e complexo para com o tratamento dos documentos selecionados, evidenciando a

pesquisa documental como a técnica mais adequada. Assim, o procedimento por meio da pesquisa documental se iniciou com a exploração das fontes documentais, que aqui se elencaram como sendo os documentos oficiais dos principais movimentos pró-direita, a partir de 1960.

O recorte temporal da pesquisa compreende a década de 1960 no Brasil. Assim, os mecanismos de busca foram utilizados respeitando os anos de 1960 até 1970. Mais especificamente, houve uma ênfase em documentos até 1967, quando se encerra o primeiro mandato do regime militar. Tal recorte se deu por dois motivos. O primeiro deles é que as inúmeras mudanças que ocorreram no Brasil a partir da segunda metade do século XX não podem ficar delimitadas ao início de 1962, como comumente ocorre nos estudos que buscam entender o regime militar. A maioria dos estudos focam no ano de 1962 para compreender o governo Goulart e a tomada de poder pelos militares.

O segundo motivo se dá pelo fato de acreditarmos ser possível e satisfatório a densidade discursiva identificada ao longo do período escolhido. Nosso desejo inicial era abordar os 21 anos de regime militar, mas isso se tornou inviável. A própria caracterização do regime é extremamente complexa, posto que os mandatos possuem características diversas. Neste sentido, fez parte do processo de amadurecimento e aperfeiçoamento da pesquisa a compreensão de que um novo recorte empírico precisaria ser feito.

Por isso, a opção por estabelecer o ano de 1967 como limite na busca se deu pela própria viabilidade e tempo para dedicação aos documentos. A quantidade de detalhes encontrados até o governo de Castello Branco demandou bastante dedicação à análise, assim acreditamos que a riqueza de detalhes encontrados possibilita uma densa e satisfatória construção analítica, além do fato de não fazer sentido estender o recorte temporal, se seria inviável tratar os documentos da forma como deveria ser.

A seleção destes movimentos partiu, inicialmente, da leitura do clássico livro de Renné Dreifuss (2008), onde foi possível ter uma ideia dos sujeitos e movimentos que se encontravam em destaque durante os anos de 1960. Após este passo, utilizamos duas plataformas principais: o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e o Accessus – Base de dados do acervo da Fundação Getúlio

Vargas (FGV)⁹. As leituras realizadas sobre o tema e a busca em ambas as plataformas nos possibilitaram identificar movimentos pró-direita, como também, diversos sujeitos que exerceram influência no cenário político, como por exemplo, o poder Legislativo, por isso, realizamos uma busca no site da Câmara dos Deputados em que foram coletados pronunciamentos de deputados federais considerados de partidos opositores ao governo de Goulart.

A organização dos documentos a serem analisados ocorreu por meio de uma divisão entre aspectos econômicos, sociais, políticos e morais, formando assim a base empírica da pesquisa. Tal divisão foi possível pois realizamos, num primeiro momento, uma pesquisa exploratória dos documentos encontrados, possibilitando sua separação em pastas: *Pasta ESG* (Escola Superior de Guerra); *Pasta Movimentos femininos* (CAMDE, LIMDE, UFC); *Pasta IPES* (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais); *Pasta Pré-Arena* (notas taquigráficas de deputados de partidos políticos considerados oposição à Goulart); *Pasta TFP* (Sociedade em Defesa da Tradição, Família e Propriedade); *Pasta Avulsos* (contendo documentos avulsos que poderiam auxiliar na composição da análise).

O trato dos documentos se deu a partir dois momentos iniciais.

No primeiro momento, foi feita uma busca geral nas pastas, uma leitura superficial dos documentos, em uma espécie de “reconhecimento do território”. A quantidade de informações era imensa, por isso, foi preciso primeiro ver as possibilidades para depois aprofundar nos temas a serem explorados. Ao realizar esta leitura superficial, ampliou-se a base empírica, pois novos elementos foram aparecendo a partir de sua citação em outros documentos. Assim, alguns documentos analisados não compunham, inicialmente, o corpus empírico, mas foram inseridos ao longo da análise. Por exemplo, ao ler sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, automaticamente apareceram referências a deputados federais e a movimentos femininos.

Neste primeiro momento, identificou-se o que a teoria do discurso coloca como sendo o campo de discursividade. E isto foi possível, pois os documentos mostraram determinados elementos com certa frequência e em variedade nos textos, compondo os principais argumentos, algumas vezes títulos, subtítulos, descrição de legendas. Ao aparecerem nestas situações e repetidamente,

⁹ A escolha destas duas plataformas se deu pela identificação nos estudos sobre o tema de que são as mais utilizadas e mais completas fontes documentais.

demonstraram a obrigatoriedade em se falar sobre eles.

No segundo momento, com o campo de discursividade pré-estabelecido, foi possível identificar “grandes blocos temáticos”, que foram subdivididos nos capítulos 3 e 4: aspectos econômicos/sociais e aspectos políticos/morais. Foram assim denominados e divididos pelo uso da categoria chamada “momentos” descrita pela teoria do discurso, como sendo a articulação inicial dos elementos dentro da cadeia articulatória, evidenciando a proximidade entre os temas abordados.

Por exemplo, identificou-se como momentos a necessidade de modificação dos padrões de vida rural, o controle dos déficits orçamentários, a valorização da iniciativa privada, a eliminação do analfabetismo, o aproveitamento de recursos naturais, entre outros. Estas questões podem ser identificadas dentro de um espectro de características econômicas e sociais. Assim, o capítulo 3 compreende os aspectos econômicos/sociais, abordando temas como elementos macroeconômicos, ações, políticas e noções relacionadas às questões de cunho econômico e social como desenvolvimento, economia, crescimento, educação, saúde, habitação, qualidade de vida, bem-estar social, estrutura agrária etc.

No que diz respeito capítulo 4, identificou-se como momentos a garantia da democracia representativa, o fortalecimento das instituições democráticas, o reestabelecimento da ordem e da paz social, entre outros. Assim, este capítulo compreende os aspectos políticos/morais discursivos abordando temas como cultura cívica, representação política, o indivíduo e seu papel social, a moralidade individual e sua construção em sociedade, bem comum, liberdade individual etc. Em todos esses aspectos, há o ponto central em torno da atuação estatal.

A partir da identificação do campo de discursividade, dos elementos e momentos foi possível visualizar o “pano de fundo” em que todas estas categorias se desenvolveram. Havia um contexto histórico específico que propiciou um fortalecimento à pró-direita e possibilitou suas articulações discursivas que levaram ao regime militar em 1964. Este contexto específico é denominado pela teoria do discurso como sendo as chamadas “condições de emergência”, identificadas no capítulo 2, sendo delimitado pela descrição do contexto histórico a partir de proposições da pró-direita.

O aprofundamento da análise documental se deu pela identificação da necessidade de aprofundar em torno das categorias já identificadas, como os elementos e os momentos. Ainda que já tivéssemos identificado a base da

articulação discursiva pró-direita, não tínhamos identificado *como* ela tinha sido *construída*, seus *detalhes*, qual era o grande elemento *aglutinador* do seu discurso. Isto só foi possível através da mobilização das categorias de práticas articulatórias, pontos nodais, lógicas de equivalência e significante vazio.

Assim, a análise documental se pautou, a partir deste momento, em entender o que eram os momentos dentro do discurso pró-direita. Os momentos eram as demandas colocadas e que precisavam ser solucionadas. Entender o que eram essas demandas, nos permitiria encontrar os pontos nodais, ou seja, os solucionadores. Assim, ao identificarmos o conteúdo de tais demandas, em consequência, identificamos o que deveria ser feito para saná-las. Para a pró-direita, era preciso, por exemplo, descentralizar o Estado, promover uma educação liberal, potencializar a livre iniciativa e a democratização do capital. Estes eram, pois, os chamados pontos nodais.

Quando identificamos estas concepções que articulam os elementos e os momentos entre si, colocadas pela pró-direita, conseguimos identificar um objetivo aglutinador: a busca pelo desenvolvimento. Isto só foi possível pelo uso da categoria de significante vazio, pois é ela que nos possibilita enxergar o grande significante em torno de toda uma cadeia discursiva.

Quando se estabelece uma (re)articulação entre os pontos nodais e o significante vazio, é possível identificar o estabelecimento de uma lógica de equivalência que reforça ainda mais os próprios pontos nodais e o significante vazio, pois criam uma lógica equivalencial, eliminando diferenças de sentido entre determinadas noções, como aconteceu com desenvolvimento, progresso econômico e justiça social, que no discurso pró-direita adquiriram sentidos equivalentes.

A construção dos capítulos de análise se pautou então em um caminho de dois sentidos: enxergar os documentos como uma construção, não algo óbvio, já dado, e utilizar a teoria do discurso para destrinchar esta construção discursiva. Abaixo, nomeamos os documentos que se tornaram a base documental para a análise dos aspectos econômicos, sociais, políticos e morais, sintetizados na tabela 1.

Tabela 1 – Base documental dos capítulos analíticos.

Aspectos	Documentos analisados
<p>Econômicos, sociais, políticos e morais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A formação do professor e a educação para a cidadania. 1966. - A mulher na plenitude da cidadania. 1966. - A nação que se salvou a si mesma. 1964. - Anteprojeto de lei da Reforma Agrária produzido pelo IPES. - Ato Institucional número I (9 de abril de 1964). - Ato Institucional número II (27 de outubro de 1965). - Ato Institucional número III (5 de fevereiro de 1966). - Ato Institucional número IV (7 de dezembro de 1966). - Boletim Mensal IPES referente ao ano de 1963: Manifestação à nação; A inflação – Suas causas e consequências; A democracia e a igreja; Considerações sobre o desenvolvimento econômico; Preservando o conceito de livre empresa; Função da Empresa Privada; O problema da casa popular; O que é e o que não é reforma agrária; Pela casa própria: pontos fundamentais de um Planejamento; A democratização da empresa no Brasil. - Boletim Mensal IPES referente ao ano de 1964: O progresso econômico e o progresso social; Brasil-EUA: encontro de empresários; Delineamento geral de um plano de educação para a democracia no Brasil; Reforma Bancária; Reforma da Política Habitacional; Declaração de Princípios do Comércio Lojista do Brasil; A Democracia e os Regimes Totalitários; A empresa privada como comunidade de trabalho: seu papel no desenvolvimento econômico e na distribuição de renda. - Boletim Mensal IPES referente ao ano de 1965: Aspirações do Povo Brasileiro; Como os vermelhos preparam uma arruaça; A questão habitacional; O mate como fonte de divisa; O investimento público brasileiro: análise e plano; A Educação dos homens de empresa: A escola e a comunidade de negócios. - Boletim Mensal IPES referente ao ano de 1966: Reforma Administrativa Federal; Situação atual do comunismo e sua infiltração particularmente na América Latina e no Brasil; Acordos e desacordos da linha soviética e da linha chinesa no Brasil; Novas tecnologias da construção civil. - CAMDE. Mensaje a la mujer brasileira. 1964. - CAMDE. A mulher e a revolução. 1965. - Carta Pastoral Sobre a Seita Comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente. 1962. - Carta Encíclica Mater et Magistra (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã). 1961.

- Catecismo Anticomunista. 1963.
- Cursos de Atualidades Brasileiras. 1963.
- Documentos contendo as seguintes conferências produzidas pelo IPES: Desenvolvimento e a Política Externa; Leis Trabalhistas e Empresas; A Realidade Brasileira.
- Geopolítica e poder. 1981.
- Histórico da Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia. 1967.
- I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia. 1967.
- LIMDE. Declaração de Princípios. s/d.
- **Nossos males e seus remédios. 1963.**
- Notas taquigráficas dos deputados estaduais: Geraldo Freire (UDN/MG); Padre Vidigal (PSD/MG); Antonio Carlos Magalhães (UDN/BA); Laerte Vieira (UDN/SC); Mauricio Goulart (PTN/SP); Cunha Bueno (PSD/SP); Herbert Levy (UDN/SP); Benedito Vaz (PSD/GO); Amaral Netto (UDN/GB); Costa Cavalcanti (UDN/PE); Arruda Câmara (PDC/PE); Joao Mendes (UDN/BA).
- Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966.
- Reforma Agrária e o sagrado direito de propriedade. Carta ao Senhor Presidente da República. 1962.
- Reforma Agrária: Questão de consciência, 1960.
- Relatório da Conferência sobre Educação e Desenvolvimento. Washington. 1961.
- Regimento Seminário sobre Formação para a Cidadania. 1966.
- Seminário sobre Formação para a Cidadania. 1966.
- The Alliance of the progress: its programm and goals. s/d.
- Um homem, uma obra, uma gesta: Homenagem das TFPs a Plinio Corrêa de Oliveira. 1989.

Fonte: Construído pela autora.

1.4 Considerações parciais

A teoria do discurso se tornou facilitadora e potencializadora na construção desta tese. Nosso objetivo com este capítulo foi evidenciar sua capacidade explicativa e relacional. A escolha pela teoria do discurso, evidenciou, assim, o fato de uma tese ser composta por detalhes, que muitas vezes, não caminharão em momentos diferentes. Aqui, a construção do referencial teórico e metodológico se delineou de modo conjunto.

O referencial metodológico estava muito mais claro no momento da análise, pois havia demandado um amadurecimento das categorias quando foi preciso entendê-las para escrever sobre a base teórica. Detalhar as categorias e explicá-las da forma mais didática possível, demandou visualizá-las dentro da metodologia – por isso escolheu-se utilizar diversos exemplos no corpo do texto.

Neste capítulo, buscamos trazer este desenho: falar da teoria sem trazer o objeto de estudo e, conseqüentemente, a metodologia – ainda que de forma superficial, não faria o menor sentido.

Nosso intuito era trazer a base teórica exemplificada com elementos da análise e explicar como se deu a análise retomando a base teórica. Momentos diferentes, mas que para nós, encontram-se correlacionados. Esta correlação demonstrou que estamos apostando de forma enriquecedora na busca por contribuir e ampliar o debate sobre o tema, uma vez que a explicação sobre a construção dos capítulos possibilitou o retorno às categorias, enfatizando seu papel de facilitadoras para melhor exploração do corpus empírico que tínhamos em mãos.

2 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA

2.1 Introdução

Os discursos pró-direita que se estabeleceram no Brasil na década de 1960 constituíram-se inseridos em um contexto específico. Para a teoria do discurso, esse “contexto específico” é denominado como condições de emergência. Assim, seriam estas condições que possibilitariam a determinados elementos discursivos adquirirem força e sobressaírem em relação a outros. Neste sentido, não é possível identificar uma construção discursiva apoiando-se apenas no período em que ela se coloca. É preciso analisar um período que antecede sua evidência, já que sua formação deve ser sempre vista de forma complexa, construída dentro de um contexto que contribui para sua formação e hegemonia.

Portanto, estudar os discursos pró-direita no Brasil durante a década de 1960, implica compreender em que contexto tais discursos se deram, identificando os elementos iniciais que resultaram em uma articulação discursiva hegemônica que levou ao fortalecimento de discursos pró-direita e instauração de um regime militar no país. Assim, a primeira questão que surge é o contexto *global* no qual o Brasil estava inserido. Havia, neste período, um movimento mundial, delineado dentro de uma disputa marcada pela Guerra Fria. Tal contexto pode ser resumido como, entre os anos de 1945 e 1989, iniciado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, uma disputa discursiva focalizada em dois países: a União Soviética (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA).

Tal disputa se deu marcada por elementos como a recuperação da Europa Ocidental e do Japão, a descolonização da África (que, quando independente se tornaria um mercado alternativo de produtos industriais), a consolidação do campo socialista, em especial a emergência da URSS como potência mundial. Havia ainda a questão do surgimento dos países não-alinhados, decorrente da emergência do Terceiro Mundo no cenário Mundial; a diminuição da presença imperial de antigas potências europeias do pré Segunda Guerra Mundial – em particular França e Inglaterra, levando, por isso, à formação de novos Estados na África e na Ásia; além da “ausência de estruturas estatais sócio-políticas consolidadas na parte dos novos países [e] [...] o caráter multiétnico próprio a diversos territórios nacionais herdados de demarcações coloniais obedientes à uma lógica de dominação exterior”

(CURADO, 2014, p. 80).

A disputa discursiva no período da Guerra Fria se estabelece, então, a partir de um antagonismo criado entre os EUA e a URSS. Cada qual, em campos opostos, se articulando pela disputa hegemônica mundial. Tal disputa será aqui focalizada nas políticas externas de desenvolvimento de ambos os países, uma vez que estas trazem elementos importantes para, posteriormente, identificarmos as condições de emergência existentes no contexto brasileiro.

É possível identificar, dentro do contexto mundial, a configuração do mundo de modo bipolar, por meio de uma visão antagônica, em que os EUA estavam pautados por discursos com elementos baseados em uma ideologia, modelos de produção e distribuição de riqueza delimitados por dois elementos: democracia e capitalismo. Já na URSS, o discurso se estabeleceu a partir de elementos como comunismo e economia planificada (CURADO, 2014).

De modo mais específico, no caso dos EUA, as políticas de cooperação ao desenvolvimento se deram por meio da dinâmica do jogo da Guerra Fria. Assim, os Estados que recebiam auxílio ficavam “hierarquizados em termos de importância a partir de sua significância geopolítica e geoeconômica dentro do tabuleiro global” (CURADO, 2014, p. 93). A partir da década de 1960, os elementos discursivos dos EUA articularam-se estabelecendo uma equivalência entre o que seria um processo de desenvolvimento da periferia e quais seriam os objetivos da segurança americanos. Destarte, o desenvolvimento do capitalismo e da democracia se daria, sobretudo, pelo combate ao comunismo e pela importância de se projetar no mundo os valores sociais e liberais norte-americanos, enxergando o processo de modernização pela via da superpotência americana como imprescindível.

Já na União Soviética, os elementos discursivos presentes na política externa estabeleceram uma relação antagônica entre comunismo progressista e capitalismo imperialista. A partir da ideia de *comunismo progressista*, estabeleceu-se elementos como a luta de classes, forças proletárias e a ideia de revolução. Assim, esses são vistos enquanto agentes importantes para transformação societal, e a revolução, como o meio adequado para a transformação e alcance do socialismo. A noção de socialismo foi utilizada anos mais tarde, a partir da morte de Stalin e ascensão de Nikita Khrushchev. Nesta rearticulação, alguns elementos foram incorporados, como a ideia de que a URSS buscaria validar seu modelo de desenvolvimento como o melhor existente. (CURADO, 2014)

Neste sentido, os elementos discursivos articulados em torno do socialismo, se dão por uma equivalência criada em torno da URSS visto como possibilidade de se eliminar o 'atraso' a partir da transformação das relações de produção. Assim, tais relações eram ultrapassadas, devendo ser afeiçoadas por meio de uma sociedade moderna e industrial, o que levaria, por consequência, "o desenvolvimento gradual, consistente e pacífico rumo ao socialismo" (CURADO, 2014, p. 95-96).

Tal resultado coloca também uma equivalência discursiva entre a promoção do socialismo e políticas de desenvolvimento (por meio de financiamentos, acordos comerciais, armas, assistência técnica para industrialização e mudança da estrutura produtiva), e também, da complexificação da relação em torno de proletários e burguesia, sendo inserida a ideia de que a elite burguesa seria a condição de vetor principal para a mudança da sociedade, e não apenas eventual aliada do proletariado e campesinato (como se defendia anteriormente).

As duas superpotências, cada qual a seu modo, buscavam auxiliar no desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos/periféricos. A consequência principal foi o fortalecimento do Terceiro Mundo como campo do conflito entre socialismo e capitalismo. O Brasil, portanto, estava inserido nesta disputa, dando os primeiros indícios a partir do governo de Jânio Quadros.

Antes, é preciso dizer ainda que, em aspectos mundiais, o desenvolvimento foi visto como uma prioridade da maioria dos governos emergentes da periferia mundial, devendo ser realizado/propiciado pelas e nas instituições, nas formas de intervenção estatal e políticas intervencionistas. Assim, a busca pelo desenvolvimento se tornou objeto de rivalidade entre as superpotências na forma de se pensar a "modernização" de determinados países. Tanto os EUA, quanto a URSS, criaram uma ideia predominante em suas políticas externas de que o modelo de desenvolvimento foi criado para a "modernização" de determinados países. Neste sentido, utilizava-se, nos planos de desenvolvimento as noções de "ajuda externa" e "cooperação para o desenvolvimento".

Com a morte de Stalin, as políticas da URSS adquiriram um novo caráter, acirrando ainda mais o conflito entre os países. Outro fator que contribuiu bastante para os olhares atentos para a América Latina foi a vitória de Fidel Castro na Revolução Cubana. Para os EUA, por exemplo, o líder cubano foi associado diretamente a uma ameaça comunista. Por isso, houve, conseqüentemente, um acirramento da disputa global em torno da América Latina, afetando diretamente o

contexto brasileiro (MOTA, 2000).

Neste sentido, após esta contextualização, podemos nos aprofundar nos objetivos deste capítulo: identificar as condições de emergência dos discursos pró-direita durante os anos de 1960 no Brasil. Em outras palavras, evidenciaremos o “pano de fundo” no qual a pró-direita se colocou e articulou elementos em torno de uma construção discursiva. Tal construção se deu pelo ponto central de que era preciso consertar “os males brasileiros” e mostrar “os remédios” necessários para que a situação melhorasse, seja na esfera econômica, social, política, cultural e/ou moral.

Por isso, o caminho a ser construído nos tópicos seguintes se dará pelo recorte temporal de dois grandes períodos: pré-1964, ou seja, o período que compreende a Era Jânio Quadros e Era Goulart (1961-1964), e pós-1964, o período do primeiro mandato no regime militar, do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). Ao identificarmos as condições de emergência, conseguiremos traçar um panorama geral sobre os principais aspectos destes governos que nos ajudam a compreender como se deu a formação discursiva pró-direita na década de 1960 no Brasil, detalhada nos capítulos de análise subsequentes.

Portanto, na primeira parte, trataremos aspectos gerais que compreendem do início de 1961 até meados de 1964, elencando algumas características do período de Jânio e de Goulart. Neste instante, será possível já identificar alguns elementos que a pró-direita articulou posteriormente, evidenciando a base articulatória dos aspectos econômicos e sociais detalhada no capítulo 3. Assim, elementos como capital, capital estrangeiro, salário, produtividade, reformas de base e finanças públicas são evidenciados. A base articulatória dos aspectos políticos e morais também é evidenciada, chamando atenção para elementos como política, democracia, comunismo, nacionalismo, cidadania e moralidade. Estes são detalhados e articulados no capítulo 4 desta tese.

Na segunda parte, trataremos aspectos gerais que compreendem o primeiro período do regime militar brasileiro, a saber, o governo de Castello Branco. Assim, elementos basilares que marcaram a construção de dois grandes registros da época: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o Estado de Segurança Nacional instaurados no período são evidenciados de modo a elucidar o contexto no qual os discursos pró-direita foram articulados até meados de 1967. Estes dois grandes programas nos oferecerem também a base de alguns elementos em torno

das discussões sobre soberania nacional, segurança interna, desenvolvimento e valorização das riquezas brasileiras, estabelecendo a base para compreensão dos aspectos econômicos, sociais, morais e políticos, evidenciados nos capítulos 3 e 4 da análise.

2.2 O Brasil no contexto de Guerra Fria: os governos de Jânio Quadros e João Goulart

Jânio Quadros possuía um perfil diferente do que o país tinha visto até então: era peculiar, apesar de possuir grande capacidade de comunicação e criatividade, sendo um dos motivos pelos quais conseguiu se eleger com grande margem de votos. Seu jingle, por exemplo, é o mais famoso da história e foi criado por ele mesmo (“varre, varre, vassourinha, varre varre a bandalheira”), junto ao símbolo da vassoura que trazia a ideia de acabar com a corrupção do país (QUELER, 2008).

Os sete meses de governo de Jânio demonstram o início de um movimento que levou, posteriormente, ao fortalecimento e manutenção de discursos pró-direita. Para além do fato de que o presidente não possuía grande capacidade de articulação e negociação institucional (não estando vinculado a nenhum compromisso partidário específico) suas bases estavam relacionadas ao seu prestígio pessoal, governando do modo que lhe parecesse melhor. Isso lhe resultou ausência de uma maioria no Congresso e de apoio militar profundo (QUELER, 2008; SKIDMORE, 2007).

Na prática, suas medidas internas possuíam um caráter mais conservador. Já sua política externa foi vista como renovadora e até revolucionária, buscando a não intervenção, o anticolonialismo e a liberdade de ação frente ao mundo socialista. Assim, para Jânio, o Brasil devia tomar consciência e encarar de frente o colonialismo a que o país estava sujeito (SKIDMORE, 2007).

No contexto da relação executivo-legislativo, seu projeto de lei antitruste gerou enorme repercussão negativa dentro do Congresso (e, ao que tudo indica, fora dele também), sendo revisado inúmeras vezes por diversos deputados – sendo aprovado posteriormente à sua renúncia. Em simultâneo, houve um afrouxamento das medidas tomadas no âmbito da economia – as justificativas são diversas e abordam aspectos de ordem ideológica, da natureza do sistema político da época,

dos erros de cálculo dos técnicos (LOUREIRO, 2012).

Na esfera política, o fato de Jânio não ter vocação para negociar institucionalmente, piorou sua situação. A União Democrática Nacional (UDN) – partido com maior número de cadeiras – começou a isolá-lo no Congresso e Carlos Lacerda se declarou abertamente um de seus opositores mais ferrenhos. O Partido Social Democrático (PSD) rompeu com o presidente. A imprensa, que estava ao seu lado no início do seu mandato, começou a criticá-lo cada vez mais.

Os estudos sobre o presidente relevam que seu nos últimos meses antes de abandonar o cargo era de cobrança por parte do Congresso e sem liberdades para governar. A renúncia de Jânio se deu por um erro de cálculo do presidente. O que ocorreu foi que Jânio tinha a expectativa de que o povo clamasse por sua volta e assim fosse reconduzido ao poder, por meio de plenos poderes para voltar, mas isso não aconteceu, sua renúncia foi aceita de modo geral pela população brasileira e pelo Congresso Nacional.

Analisando suas atitudes e em aspectos específicos, Jânio adotou medidas, sobretudo sobre a Política de Externa Independente, que o colocaram como sinônimo de apoio e fortalecimento ao comunismo. O governador Carlos Lacerda retrata a Política Externa Independente (PEI) brasileira como “(...) um estímulo para a supressão da liberdade e a disseminação da violência nos países do Leste Europeu e da África, em consonância com o que seriam os propósitos do comunismo internacional” (QUELER, 2008, p. 313).

Em aspectos gerais, a situação do país se encontrava delicada, o desenvolvimento da economia brasileira já dava sinais das consequências oriundas de atitudes tomadas muito antes do governo de Jânio, como uma dívida externa crescente e um déficit orçamentário de 113 bilhões de cruzeiros ao ano (QUELER, 2008). De qualquer forma, a política cambial adotada pelo presidente trouxe inúmeras consequências, e o Brasil se encontrava com elevação dos preços, e conseqüentemente, no custo de vida, com desequilíbrio financeiro das contas públicas, e por fim, com o agravamento da deterioração dos termos de troca do comércio exterior (VIANA, 1980).

Sendo assim, sua renúncia em nada se assemelhou ao que esperava. Jânio abandonou seu cargo e as pretensões em torno de um golpe visando se tornar autoridade máxima ecoou fortemente pelo país, bem como, a ameaça de fortalecimento do comunismo. O estilo que o destacou, foi, em simultâneo, o que

causou mais ameaça: sua independência por querer governar sem grandes aliados, podendo assim, instaurar um governo autoritário.

As condições de emergência apresentadas até aqui evidenciam o terreno no qual os discursos pró-direita foram, aos poucos, delimitando os elementos que seriam articulados em seus discursos nos próximos anos. Tais condições se tornam ainda mais evidentes quando compreendemos a inserção de Goulart na cena política, de modo mais categórico, a partir da sua posse em 1961.

Como o leitor poderá notar, é, sobretudo a partir de 1961, que os elementos discursivos para a construção de um discurso hegemônico pró-golpe em 1964 ficam mais evidentes, iniciando-se com a tentativa de proibição de sua posse¹⁰.

Em 1961, quando Jango assume a presidência pelo abandono de Quadros, já existia um clima de tensão no ar e um pouco de confusão também. Ninguém sabia se Jânio voltaria à presidência¹¹, nestas situações, se sabia que caberia ao vice-presidente da República assumir o cargo. Tal clima foi reforçado pela demora em assumir, pois Jango se encontrava na China na situação de chefe da Missão Econômica Brasileira e havia uma tentativa de impedimento de sua posse (SKIDMORE, 2007).

Os primeiros elementos discursivos que se mantiveram em torno do desejo de impedimento de posse de Jango estavam relacionados à ideia de que o país poderia ser levado à uma guerra civil. Tal elemento discursivo foi reforçado por pessoas importantes da época, como o Almirante Sílvio Heck, o Brigadeiro Grun Moss, o próprio Ministro da Guerra e ainda os generais Floriano Peixoto Keller e Orlando Geisel. Tal elemento apareceu também nos discursos do Congresso, que acabou por legalizar a situação, e com autorização do Ministro da Guerra, foi empossado presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Pascoal Ranieri Mazzili (SKIDMORE, 2007; MOTA, 2000; FIGUEIREDO, 1998; LABAKI, 1986).

Este elemento que simbolizava Jango como sinônimo de instauração de uma guerra civil deu início no dia 25 de agosto de 1961, no primeiro instante em que foi confirmada a desistência de Quadros. Mas sua articulação discursiva se deu, de fato, alguns dias depois, mais necessariamente com os pronunciamentos nos dias

¹⁰ Estudos reforçam tal ideia a partir do argumento de que o golpe de 1964 teria começado, na verdade, em 1961, quando da posse de Goulart. Para mais detalhes acerca desta tese ver, por exemplo, Mendonça (2017).

¹¹ Alguns movimentos de esquerda simbolizaram, a partir de greves e mobilizações, o desejo de que Jânio voltasse, mas tais acontecimentos se deram de forma isolada.

27 e 29. Assim, o primeiro manifesto, datado de 27 de agosto de 1961, trazia elementos discursivos que ensaiavam um favoritismo ao impedimento de posse de Jango, sendo organizado por Carlos Lacerda e assinado por inúmeros políticos e altos dignitários da Igreja Católica (DANIEL, 2017; LABAKI, 1986).

Nele afirmava-se que se chegou num consenso, entre as Forças Armadas e o Congresso Nacional, de que a melhor solução para o momento seria a eleição indireta de Juraci Magalhães para a presidência da república. Já o segundo manifesto, datado de 29 de agosto de 1961, sendo o Manifesto Militar assinado pelo General Odylio Denis, o Almirante Silvio Heck e o Brigadeiro Grun Moss, trazia elementos discursivos de uma vinculação entre o nome de Jango como perigo para a nação brasileira (SKIDMORE, 2007; FIGUEIREDO, 1998; LABAKI, 1986).

Porém, havia outro elemento antagônico sendo disputado discursivamente em torno da posse de Jango: a questão da legalidade e o cumprimento da Constituição. E tal argumento encontrava-se presente também nas Forças Armadas (que se encontravam divididas neste momento). Henrique Lott era um defensor da corrente constitucional, portanto, não havia se convencido da necessidade de impedimento. Lott então redigiu um manifesto que foi lido na Câmara Federal, expondo seu ponto de vista e argumentando ser contra à decisão dada pelo Ministro da Guerra de impedir que Goulart assumisse as funções que lhe cabiam. Dando continuidade, conclamou as diversas forças sociais (intelectuais, estudantes, operários, etc.) para assumirem uma posição condizente com o cumprimento da Constituição, visando a preservação do regime democrático (SKIDMORE, 2007; FIGUEIREDO, 1998; LABAKI, 1986).

Ainda que punido pelo manifesto, tendo sido preso, as palavras de Lott reverberaram e influenciaram uma parte do Exército que se mostrou contra a proibição da posse de Jango. Em simultâneo, a ideia da legalidade constitucional tomou ainda mais força nas esferas do Congresso Nacional, sendo denunciadas supostas tramas de alguns políticos, como o governador Carlos Lacerda e de alguns militares. Foi, neste clima, que o Congresso Nacional declarou apoio em massa à posse de Goulart, bem como o partido PSD, que publicou uma nota declarando seu apoio indiscutível à posse legítima de Jango¹² (SKIDMORE, 2007; FIGUEIREDO,

¹² O elemento da defesa da legalidade constitucional ganhou maior vigor – posto que ele existia em grande número, mas de forma bastante desarticulada – a partir do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o comandante General Machado Lopes do III Exército, que prontamente se

1998; LABAKI, 1986).

Porém, a tensão estava alta demais. A pressão militar estava no seu ponto máximo e no dia 2 de setembro de 1961, a Comissão Mista do Congresso tomou sua decisão baseada numa medida que levou em consideração estes principais elementos colocados. O resultado foi a criação de um discurso de rejeição do impedimento de posse de Goulart, autorizando sua posse e, em simultâneo, realizando a mudança de sistema de governo. Assim, ambos os elementos da legalidade e o receio em torno de Jango foram rearticulados, sendo o parlamentarismo, o elemento resultante. Portanto, Jango assumiu, no dia 7 de setembro de 1961, num sistema parlamentarista, em meio a um cenário de inflação crescente e estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) (MOREIRA, 2011; VIANA, 1980).

O período parlamentarista teve como primeiro-ministro Tancredo Neves, porém, não durou muito tempo. Os principais elementos discursivos que contribuíram para a queda do parlamentarismo podem ser identificados na inconstância do sistema escolhido no contexto brasileiro. A postura de Jango, sobretudo em sua posse, salientando elementos que foram, posteriormente, considerados problemáticos pela pró-direita, intensificou ainda mais a tensão.

Ao enfatizar a necessidade de união nacional, “(...) com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento”, Jango dava impressão de possuir uma personalidade forte, que incentivaria a ameaça à ordem (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 484-486).

Discorrendo sobre a importância de se colocar o futuro da nação nas mãos do povo brasileiro, a favor da emancipação econômica, dos mais sagrados interesses da sociedade e contra o pauperismo e subdesenvolvimento, colocava o papel do presidente junto ao povo de forma que as condições econômicas e políticas, se já instáveis, pareciam ainda mais sem solução ou planejamento de sua parte (BONAVIDES e AMARAL, 2002).

Assim, o retorno ao regime presidencialista se deu, também, pela pressão que o Gabinete Tancredo Neves vinha sofrendo por diversos atores da sociedade: governo, movimento operário, Exército... Além do fato de haver inúmeros ministros

colocaram a favor e defesa de posse de Jango. Em consequência de tal movimento, outros Estados também demonstraram seu apoio.

que desejavam se candidatar a postos executivos e legislativos para a eleição que se aproximava (FIGUEIREDO, 1998). No próximo tópico, identificaremos as condições de emergência estabelecidas dentro do governo de Jango no regime presidencialista.

2.3 O governo de Goulart durante o período presidencialista e o governo de Castello Branco

O contexto brasileiro das décadas de 1950 e 1960 sinalizou para um crescimento urbano enorme. Anteriormente, os brasileiros se alimentavam baseados em uma agricultura de subsistência, mas isso foi se modificando com o crescimento populacional e crescimento urbano, levando à aparição de inúmeras demandas referentes a bens, serviços e pagamentos da população urbana e rural ao sistema político. Conseqüentemente, aumentou-se o número de reivindicações. Demandas por infraestrutura, melhorias no transporte, habitação, produção de alimentos foram demandas gerais da população brasileira (STEPAN, 1975).

Assim, os ânimos naturalmente estavam exaltados. Ainda que Goulart tivesse adquirido maior abertura para governar – já que, no novo regime, teria maiores possibilidades para barganhar, o clima era extremamente complicado. Os opositores de Goulart, que aos poucos foram se articulando em torno de uma pró-direita, davam sinais claros de suas inúmeras insatisfações. Isso se intensificou ainda mais com o Plano Trienal e as Reformas de Base que Goulart tentou implementar.

A situação ficou ainda pior pelo fato de o presidente não possuir um apoio bem delimitado dos partidos políticos e sindicatos. Goulart obteve apoio fragmentado durante todo o seu governo, e não foi diferente quando precisou de apoio para dar continuidade aos programas de estabilização, em que buscava amenizar a inflação e a redução do comércio exterior. Coube a Goulart então se adequar ao que pedia cada situação que enfrentava, ora acatava reivindicações setoriais, ora ouvia determinados grupos de interesse (FIGUEIREDO, 1998; STEPAN, 1975). Sempre na corda bamba, ficou à mercê de (inúmeras) situações conflituosas.

Tanto o Plano Trienal como as reformas que estavam inseridas nele se vinculavam à ideia de que as responsabilidades do Estado deveriam ser ampliadas, uma vez que o processo de industrialização demandava, conseqüentemente, maior

número de serviços e obras públicas (abastecimento de água, esgoto, transportes coletivos, limpeza pública, comunicações, moradias, escolas, centros de atendimento médico e repartições públicas), posto que os custos sociais caminhavam na mesma perspectiva crescente da economia que vinha se desenvolvendo (MOREIRA, 2011; MOTTA, 2000; FIGUEIREDO, 1998).

Porém, para os opositores de Goulart, ampliar as funções do Estado seria um grande erro. Primeiro porque havia a necessidade de se repensar o modo de produtividade, sendo preciso incentivar um aumento da produção nacional para, a partir disso, gerar aumento dos salários e de seu poder aquisitivo, como também, de riquezas e capital. Os aspectos econômicos deveriam estar relacionados com um novo pensamento acerca do crescimento e da produtividade que levariam à melhoria de vida dos brasileiros e, conseqüentemente, ao desenvolvimento.

Junto a uma visão de que seria o capital aquele que propiciaria tudo isso, pois ele quem tudo geraria e tudo manteria: bens e mercadorias, qualidade de vida (como alimentação, transporte, vestuário e serviços) e desenvolvimento. Assim, seria por meio do capital que a enorme riqueza brasileira seria aproveitada. E, aproveitada de modo adequado, geraria ainda mais riquezas e diminuição das desigualdades sociais (GAMA, 1963).

Segundo que, para os opositores de Goulart, era preciso *poupar*. Tanto na esfera individual, quanto no Estado. Os indivíduos deveriam poupar e o Estado deveria poupar, era preciso poupar o Estado de inúmeros gastos, responsabilidades e demandas. Tal poupança possibilitaria geração de novos empregos e maior investimento estatal nas áreas que realmente necessitavam, como escolas e estradas. Em simultâneo, havia uma visão também do capital estrangeiro enquanto aquele capaz de disponibilizar recursos para que investimentos fossem feitos, quando o próprio país não dispusesse de meios para tal, amenizando assim as responsabilidades estatais (GAMA, 1963).

Por isso, pensar em soluções em que a esfera estatal se ampliaria era considerado algo extremamente problemático. As reformas propostas por Goulart apostavam no papel do Estado e sua função cada vez mais ampla nos processos, a partir da criação de políticas nacionais. Vejamos alguns exemplos.

Goulart pretendia criar uma lei para repressão ao abuso do poder econômico, uma vez que o processo de industrialização com forte participação de capital estrangeiro levaria ao monopólio, eliminando concorrências e limitando o comércio.

Assim, acreditava ser necessário também a criação de um órgão administrativo para a defesa econômica do país. Seria como disciplinar o capital estrangeiro, de modo a submetê-lo aos objetivos nacionais. Por isso, havia o intuito da criação de uma lei que normalizasse a aplicação do capital estrangeiro e as condições de ingresso no País, bem como, o reinvestimento dos lucros e das remessas para o exterior (VIANA, 1980).

Havia o desejo por parte de Goulart de obter o controle estatal sobre a importação do petróleo, óleos lubrificantes, de gasolina para avião e querosene para jatos. Isto fortaleceria a posição da Petrobrás no mercado internacional, levando-a a um maior poder de negociação, posto que se destacaria enquanto compradora de óleo e fretadora de navios petroleiros. Por isso, o governo solicitava delegação legislativa para a criação de uma Política Nacional de Energia Nuclear. Junto à criação desta política, que ficaria sob a atribuição do poder Executivo, instituir-se-ia o monopólio estatal da pesquisa, lavra, produção, industrialização e comércio dos minerais e materiais atômicos, como forma de garantir o emprego dessa riqueza em benefício da Nação (VIANA, 1980).

Assim, para a pró-direita, o controle estatal levaria naturalmente à ditadura, ao possibilitar que o Estado participasse de forma extensiva nos processos de contratação para serviços públicos, autarquias e institutos. Se aumentaria, por isso, a quantidade de dinheiro gasto, pois era evidente a grande quantidade de funcionários que prestavam serviços precários. Destarte, tal como na sua política exterior, a administração pública brasileira era resultado de funcionários protegidos e pelegos, dando ao Estado o poder de empregador e dono das principais fontes de produção de riqueza (GAMA, 1963).

Para a pró-direita, o Estado se colocava acima de tudo e de todos ao deter o monopólio e, por esta mesma razão, determinar as regras para procura e manutenção de empregos, os limites e valores subjacentes à liberdade e à justiça – já que caberia a ele o poder de determiná-las a partir de suas vontades. Levaria também ao desaparecimento da religião, pois se transformaria na religião propriamente dita (GAMA, 1963).

No que diz respeito às medidas acerca dos recursos minerais e de energia hidráulica, o governo solicitava delegação legislativa para a revisão das leis até então vigentes, buscando, com base no “interesse público e na defesa da economia nacional”, autorização para interferir no sentido de suspender, intensificar, limitar,

quando necessário, as formas de exploração, importação, exportação e comércio destes recursos. Por isso, apostava na criação de meios legais para estabelecer os limites e condições para a pesquisa, a lavra e o comércio, reduzindo as concessões e autorizações apenas a brasileiros ou a sociedades brasileiras organizadas no país. O mesmo ocorria em relação ao comércio de pedras preciosas, semipreciosas e carbonados, em que pretendia-se instituir à União o monopólio do comércio, inclusive da exportação, através do Banco do Brasil ou de órgãos estatais ou semiestatais (VIANA, 1980).

A ideia de integração nacional foi disseminada por Goulart pela necessidade de se construir uma Política Nacional de Telecomunicações, reforçando ainda mais o papel federal. Para Goulart, uma política de telecomunicação possibilitaria o pleno exercício da autoridade federal, e no plano social, demonstraria a obrigação do poder público perante as regiões mais afastadas do centro do país.

Neste sentido, o governo solicitava delegação legislativa para a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações, bem como do Fundo Nacional de Telecomunicações. Caberia à União autorizar, permitir e fiscalizar os serviços de comunicação por ela permitidos e manter e explorar diretamente os serviços dos subsistemas que integravam o Sistema Nacional de telecomunicações, como também dos serviços públicos de telégrafos, comunicações telefônicas e de radiocomunicações (VIANA, 1980).

Na visão dos opositores de Goulart, o comunismo seria exatamente o que as propostas do presidente se prontificavam a realizar: o resultado da ação máxima do Estado sobre tudo e todos, sendo, portanto, uma espécie contrária ao capitalismo, que se colocava como um sistema que não compreendia a importância do lucro como aquele que geraria riquezas e diminuiria desigualdades. O comunismo era visto como um sistema que buscava concentrar tudo, absolutamente tudo, até os lucros. Essa concentração ocorreria pelas mãos do Estado, impedindo, pela incapacidade administrativa estatal, de compreender como, quando e onde investir os lucros obtidos. Assim, comunismo e prosperidade seriam contrários¹³ (GAMA,

¹³ O Estado era visto como um péssimo gerente, sobretudo pela inflação que crescia desproporcionalmente. A inflação era entendida como produção de papel, de dinheiro falso. Como resultado, geraria aumento em tudo na sociedade. Assim, inicialmente e de modo ilusório, o que ocorria no país era a criação de uma ideia de que a inflação seria necessária, pois, ao injetar maiores salários e dinheiro em circulação, geraria maior poder de compra. Mas, na verdade, impedia o crescimento, pois exigia mais dinheiro para compra de uma mesma coisa, dinheiro inserido a partir do aumento de salários, sem aumento de produtividade (GAMA, 1963).

1963).

Para os opositores de Goulart, seu governo era a representação do que de pior poderia acontecer, pois acreditavam que o mundo se dividia em duas grandes filosofias de vida: democracia e comunismo. Assim, só a partir de uma escolha de uma delas, seria possível modificar as causas da pobreza brasileira, relacionadas à falta de capital, baixa produtividade e inflação (MOTTA, 2000; GAMA, 1963).

No caso brasileiro, a ameaça comunista estaria em vias de se tornar algo real. E pela modalidade do disfarce: não havia comunistas abertamente declarados no país, e sim, homens “disfarçados de nacionalistas”, inseridos, sobretudo, no aparato estatal e organizações sociais. Por isso, o nacionalismo aparece como uma questão central, no sentido de ser utilizado de forma positiva ou negativa.

Para a pró-direita, o que Goulart e a pró-esquerda estariam fazendo seria o uso de um nacionalismo baseado no *ódio, ódio por tudo que não é brasileiro*. Ao passo que o nacionalismo que deveria ser cultivado seria aquele em que o patriotismo é a base de uma terra livre e independente, baseada na democracia e permissão a estrangeiros para exploração das riquezas naturais e dos serviços públicos. O nacionalismo propagado pelos comunistas seria, segundo os opositores de Goulart, baseado no monopólio estatal. O monopólio do Estado levaria, conseqüentemente, à ditadura, pois permitiria ao Estado deter ainda mais poder (MOTTA, 2000; GAMA, 1963).

Para os opositores de Goulart, as reformas de base buscavam objetivos problemáticos. No caso da reforma agrária, havia, na verdade, uma dificuldade em lidar com as soluções reais existentes: “se o Estado possuía inúmeras terras de sobra, por que ele não distribuía tais terras?”. Questionava a pró-direita. E, ainda que o discurso de Goulart fosse em direção oposta, se vinculando ao raciocínio de que a produção agrícola se tornou insuficiente, dado os fenômenos de aceleração dos processos de industrialização e urbanização, junto à estrutura agrária que delineava uma distribuição da propriedade e do nível tecnológico de forma bastante problemática no contexto brasileiro, a pró-direita acreditava que o governo desejava, no fundo, era “tomar terras” de quem as possuía sem arcar financeiramente com isso (FIGUEIREDO, 1998; VIANA, 1980).

A reforma agrária estava, para os opositores de Goulart, vinculada à ideia de baderna ou confusão, uma espécie de “processo inicial” da revolução rumo ao comunismo, posto que as medidas “tão óbvias” não eram tomadas, além do intuito

claro do governo de solicitar intervenção Estatal no domínio econômico, de modo a estabelecer políticas nacionais de preços e a criação de órgãos autônomos com flexibilidade de atuação, para estabelecimento de preços mínimos.

Para os opositores de Goulart, havia um consenso em torno da necessidade de uma “reforma dos homens”. Era preciso uma mudança no comportamento do brasileiro para que o país pudesse se desenvolver e conseguir alcançar níveis adequados de crescimento, qualidade de vida, cultura e moralidade. Tal mudança deveria estar baseada em uma consciência política e ativa, na busca constante dos brasileiros pelo interesse em compreender os problemas e encontrar soluções, fazendo parte dessas soluções (GAMA, 1963).

Caberia ao brasileiro compreender a importância do ato de votar. Evitar desperdiçar seu voto, “cair em armadilhas” de sindicatos e oratórias de propagandas políticas, compreender, de fato, o que candidatos comunistas buscavam com suas falas. Era necessário também romper com falácias do comunismo que buscavam sempre vincular suas ideias a termos como monopólio estatal, socialismo, reivindicações populares, voto para analfabetos, monopólios estrangeiros, capital colonizador, nacionalismo, proletariado, camponeses, ligas camponesas. Ideias essas que, ainda que quisessem trazer bons resultados, escondiam o intuito verdadeiro de tomada de poder e ameaça das instituições democráticas brasileiras.

Nesta visada, estas eram as condições de emergência nas quais os militares assumiriam o poder em março de 1964: a economia em crise, altas taxas de inflação, problemas de déficit público, além de desequilíbrios na balança de pagamento, queda no PIB e descrédito perante os organismos financeiros internacionais. Havia também um clima de medo extremo, e coube, ao poder militar, tomar frente e tentar “solucionar o medo do comunismo”.

A sociedade como um todo, empresários, produtores agrícolas, representantes da sociedade civil, banqueiros nacionais e internacionais, partidos políticos, movimentos sociais esperavam respostas após a derrubada de Goulart. Por isso, ao assumir o poder, Humberto de Alencar Castello Branco estabeleceu a criação de um Estado de Segurança Nacional que mudou o cenário, modificando as condições de emergência nas quais os discursos pró-direita continuaram se articulando.

Os discursos pró-direita, após o início do regime militar, se (re)articularam em condições de emergência diferentes de até então. Quando falamos nos governos

militares do Brasil é possível identificar aspectos comuns entre eles¹⁴: sua caracterização por uma dimensão doutrinária, com forte apoio institucional e confiança em suas tentativas de modificar, controlar e dirigir as mazelas econômicas, sociais, políticas e morais da sociedade (STEPAN, 1975).

Além disso, a liderança militar acreditava que a normalização democrática seria alcançada a partir de determinadas condições desejáveis. Assim, a popularização da chamada Revolução de 64 foi de extrema importância, uma vez que eliminou o perigo de contestações eleitorais. O estabelecimento de um ambiente internacional favorável era imprescindível, focado, sobretudo, na imediata área de segurança da América Latina (SIMONSEN e CAMPOS, 1979).

Junto destes elementos, a liderança militar acreditava ser preciso renovar a classe política, direcionando as atenções ao Congresso e ao Executivo dos Estados, seja por meio de cassação de políticos subversivos e corruptos, seja por incentivo de tecnocratas em cargos estatais. E, por último, realizar o controle de surtos terroristas e eliminar focos de guerrilhas (SIMONSEN e CAMPOS, 1979).

Neste sentido, ao assumirem o poder em 1964, os militares brasileiros tinham em mente a ideia de que possuíam um papel na (re)construção da sociedade brasileira, que se encontrava com excessiva inflação, desordem social e grave desequilíbrio externo, cabendo, por isso, uma centralização do Executivo para conter o populismo distributivista, o regionalismo dispersivo e o personalismo político. A partir deste momento, estabeleceu-se uma espécie de “missão” no que dizia respeito à ação cívica em prol do desenvolvimento nacional e da construção de uma “nação” (SIMONSEN e CAMPOS, 1979; STEPAN, 1975).

O primeiro governo militar se deu pela posse de marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que era chefe do Estado-Maior do Exército quando assumiu o poder em março de 1964. Sua eleição se deu a partir do primeiro Ato Institucional (AI) elaborado por três Ministros militares nomeados por Mazzilli, que compunham o Supremo Comando Revolucionário (SKIDMORE, 2007).

O AI-1 foi resultado de uma das impressões marcadamente fixadas durante o início dos anos de 1960 no Brasil: a crise de autoridade política do Executivo, que levou ao caos, ameaça da ordem e de subversão. Assim, estabeleceu a ampliação

¹⁴ Para compreender melhor sobre as políticas econômicas criadas pelos governos militares ver Oliveira (2007). A autora traz a política geral do regime militar durante seus 21 anos, analisando os programas e políticas.

do poder do presidente, possibilitando, por sua parte, a proposição de emendas constitucionais e exclusividade para propor projetos ao Congresso, dependendo apenas de maioria simples para aprovação; deu também a prerrogativa ao presidente para declarar estado de sítio. Além da definição de uma eleição que levou Castello Branco ao poder (ALVES, 2005; STEPAN, 1975; BRASIL, 1964f).

Castello Branco era da linha dos militares que acreditava ser a intervenção militar na política “temporária e certa”, ou seja, sua ação na política deveria ser focada em objetivos precisos e por tempo limitado. Esta perspectiva realizou dois movimentos. O primeiro deles foi a ampliação da função, do papel dos militares na política brasileira, em que caberia corrigir a indisciplina social, estancar a inflação, minorar os desequilíbrios sociais, lançar as bases para a retomada do desenvolvimento a partir de um equilíbrio entre as instituições democráticas e o fortalecimento da segurança interna imposto por ideologias ameaçadoras/contestatórias e a guerrilha subversiva (SIMONSEN e CAMPOS, 1979). O que levou ao segundo movimento.

O segundo movimento foi o estabelecimento de uma base ideológica alicerçada na construção do conceito de *segurança*, voltado à preocupação em abranger aspectos da vida social e da vida política. Este conceito de segurança se valeu do temor existente do comunismo, da guerra revolucionária, sendo necessário, por isso, o estabelecimento de uma base que possibilitasse lidar com mudanças no cenário mundial e brasileiro que ameaçassem a estabilidade e levassem à revolução (STEPAN, 1975).

Assim, a posição de Castello Branco como presidente deve ser compreendida a partir de uma meta final deste militar: o fortalecimento do Poder Nacional. Para o presidente, seria a partir de seu fortalecimento que a prosperidade poderia ser alcançada. Este poder seria constituído de quatro poderes: o político, o econômico, o militar e o psicossocial; todos estes deveriam estar interligados, coesos e interpenetrados. Estabeleceu-se, assim, como objetivos nacionais aspectos como desenvolvimento, nacionalismo, política externa responsável, estabilidade, segurança nacional, reformas agrária, habitacional e bancária. Tais objetivos estabeleciam uma relação diretamente proporcional entre aumento de poder nacional e aumento de bem estar na sociedade, a partir da valorização das riquezas do país (VIANA FILHO, 1975).

Dando ênfase aos poderes militar, político e psicossocial, e como filho da

Escola Superior de Guerra (ESG), Castello Branco teve influência direta desta instituição em seu governo¹⁵. Por isso, a doutrina desenvolvida pela ESG influenciou na criação da Doutrina de Segurança Nacional¹⁶. Estas bases foram o alicerce para a formação do Estado de Segurança Nacional criado pelo presidente em 1964, partindo, portanto, de dois grandes elementos norteadores: desenvolvimento e segurança nacionais (PEIXOTO, 2000; VIANA FILHO, 1975).

A noção de segurança do país foi construída em torno da criação de uma concepção sobre o nacionalismo, focado, sobretudo, em processos que buscassem maximização racional do produto da economia e minimização de toda e qualquer fonte que levasse à cisão ou desunião dentro do país. Tais características nos permitem enxergar os governos militares brasileiros baseados em uma preocupação singular: estabelecer uma forma concreta de poder que seria agora exercida via Executivo, a partir do foco em planejamento e organização para colocar suas metas em prática (TIBOLA, 2007; ALVES, 2005).

A política externa de Castello Branco se desenvolveu dentro destes moldes e buscou fortalecer o papel do Brasil perante os demais países, sobretudo num contexto de possível fragmentação da América Latina no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Era preciso, acima de tudo, recuperar a plenitude da autodeterminação brasileira.

Para Castello Branco, a OEA se encontrava desequilibrada em poder e influência. Ou seja, era preciso modificar alguns elementos para manter o *status quo* territorial e não o fortalecimento de aspirações argentinas e levar à formação de blocos regionais. Era também necessário frear a política cubana, equilibrar o peso dos Estados Unidos dentro da Organização e inserir o Brasil em outro patamar perante à América do Sul (PEIXOTO, 2000).

Com os Estados Unidos, a relação se estabeleceu pautada na “digna política e de uma amizade recíproca” e, sobretudo, com apoio direto a partir da Aliança para o Progresso¹⁷. Alguns aspectos unificaram as forças de ambos os países pois se encontravam preocupados com questões relacionadas aos anseios de paz no

¹⁵ Segundo Peixoto (2000) componentes do colegiado, colegas ou alunos de Castello Branco na ESG exerceram alguma influência na política externa de seu governo, seja em funções executivas, seja em questões de avaliação.

¹⁶ Para mais detalhes acerca da Doutrina de Segurança Nacional, ver (TIBOLA, 2007; ALVES, 2005). Além da obra de Golbery do Couto e Silva (1981), utilizada no capítulo 4 enquanto corpus empírico.

¹⁷ Tal projeto poderá ser melhor compreendido no capítulo de análise dos aspectos econômicos e sociais desta tese.

Continente, perpassando por elementos como os fundamentos de segurança coletiva – base do Estado de Segurança Nacional brasileiro.

O fortalecimento do Brasil em termos mundiais significava o fortalecimento da América Latina e da América do Sul. As relações com os demais países, sobretudo na esfera mais próxima, geograficamente falando, se pautou pelo fortalecimento em termos econômicos e geográficos, visando à integração. Por isso, uma das estratégias da política sul-americana foi a de encurtar as relações com países como Bolívia, Uruguai e Paraguai, apostando, tal como sempre colocou a ESG, em uma “integração física baseada numa integração econômica”. Tal movimento se deu pela integração das comunicações dos três países com a rede de transportes brasileiros¹⁸. Era objetivo também diminuir a dependência destes países perante outros no cenário mundial, por isso havia o planejamento de corredores viários para diminuir a dependência do Paraguai e da Bolívia perante a Bacia Platina e do porto de Buenos Aires¹⁹ (PEIXOTO, 2000).

Além do mais, a Doutrina de Segurança Nacional construída pela ESG evidenciava um caráter da guerra fria enquanto contínua, como se o mundo vivesse em um estado de “guerra total”, em que a paz mundial era algo muito distante a ser conquistado, o que demandava, por si só, um estado de vigilância constante.

Por isso, a construção do Estado de Segurança Nacional se deu por uma preocupação entre três grandes fatores relacionais: a (1) vigilância em torno do comunismo, buscando garantir (2) segurança nacional e o (3) desenvolvimento econômico, baseando-se em uma perspectiva de que o contexto de disputa existente na guerra fria permanecia como uma forma de ameaçar os valores ocidentais nos quais o Brasil devia se desenvolver (TIBOLA, 2007; PEIXOTO, 2000).

Neste sentido, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, podemos destacar dois grandes aspectos do mandato de Castello Branco: o Estado de Segurança Nacional e seu programa econômico. A formação do Estado de Segurança Nacional estabeleceu a necessidade da institucionalização de uma rede de informações junto ao estabelecimento das bases de um modelo econômico.

¹⁸ Como exemplos de tal iniciativa têm-se a Ponte Internacional Quaraí-Artigas, ligando o Uruguai ao Brasil e a Ponte da Amizade, unindo o Paraguai ao Brasil.

¹⁹ A integração econômica do Brasil com tais países se deu a partir dos seguintes resultados: com o Uruguai houve o privilégio da rede elétrica. Com a Bolívia houve o projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia, como também, a assinatura de protocolos buscando aperfeiçoar a rede de comunicações terrestres e fluviais. Já com o Paraguai houve a utilização hidrelétrica do Salto das Sete Quedas. (PEIXOTO, 2000)

Assim, foram criados o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). A institucionalização destes dois elementos propiciaria que o binômio segurança e desenvolvimento se fortalecesse, pois no contexto dado, acreditava-se que um dependia do outro, em termos de existência e crescimento.

Buscaremos, na próxima seção, trazer os principais elementos destes dois projetos, de forma a evidenciar elementos econômicos, sociais, morais e políticos que trazem consigo as condições de emergência às quais os discursos pró-direita foram se articulando entre 1964 e 1967.

2.4 As bases do Estado de Segurança Nacional: o SNI e o PAEG

O Estado de Segurança Nacional foi estabelecido com intuito de construir elementos importantes visando à base de um nacionalismo cívico, focado na segurança interna e desenvolvimento econômico. Assim, assuntos como guerra subversiva, revolução e subversão interna, o papel do Brasil na política mundial e seu papel geopolítico como potência mundial se tornaram centrais. Portanto, para entendermos o que foi este Estado de Segurança Nacional, será preciso identificar em detalhes dois grandes conceitos que estão a ele vinculados: segurança interna e desenvolvimento econômico (TIBOLA, 2007; ALVES).

No governo de Castello Branco a segurança interna significou, basicamente, uma “luta contra o inimigo interno”, que “ameaçava constantemente a nação brasileira”.²⁰ Portanto, o Estado de Segurança Nacional já se inicia com a promulgação dos chamados Atos Institucionais. Foram quatro Atos Institucionais decretados anualmente durante o governo de Castello Branco, trazendo mudanças sobre a ação do Legislativo e Executivo brasileiros.

Assim, o AI-1, de abril de 1964, trouxe mudanças na Constituição Federal de 1946 e nas Constituições Estaduais e suas Emendas. O que ocorreu então foi a supressão de direitos políticos, autonomia por parte do Estado para investigar e

²⁰ As consequências da busca por uma “segurança interna” são evidenciadas pela identificação de uma ditadura militar que torturou, prendeu e matou inúmeros brasileiros. Para mais detalhes sobre o tema ver o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, disponível no site <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>, e o livro que é a primeira iniciativa de organização de relatos de presos políticos e familiares de vítimas Arquidiocese de São Paulo (2009).

estabelecer, caso necessário, a suspensão ou demissão de burocratas, civis ou militares. Ampliou-se o número de inquéritos e processos²¹, estabelecendo uma cultura da vigilância e do medo, pela necessidade de investigações de possíveis ameaças contra o patrimônio e o Estado, contra a ordem social e política, em casos de atos de guerra revolucionária (ALVES, 2005; BRASIL, 1964f).

O AI-2, de outubro de 1965, extinguiu o pluripartidarismo, ou seja, os treze partidos políticos existentes, resumindo a cena partidária do país entre dois grandes partidos e estabelecendo o bipartidarismo: o Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partidos que resumiram a cena governo *versus* oposição. Além disso, a eleição para presidente passou a se dar de forma indireta, além da autorização para a Justiça Militar adentrar à competência da Justiça Civil. Junto a isso, o poder do Executivo foi ampliado com autorização para interferência direta nos estados e municípios, além do fechamento do Congresso sem aviso prévio e caso fosse necessário (TIBOLA, 2007; BRASIL, 1965).

Já o AI-3, de fevereiro de 1966, estipulou a data para eleições indiretas e realizou a nomeação de prefeitos e governadores. O AI-4, de dezembro de 1966, convocou o Congresso Nacional para votação da Constituição proposta pelo presidente (BRASIL, 1966a; 1966b).

Tais atos buscaram enfatizar o papel no qual os militares acreditavam agora ser de sua responsabilidade: deter maior controle possível sobre o que seria decidido sobre os rumos do país, sobretudo, nas esferas política, militar, econômica e psicossocial. Na prática, isto significou uma ampliação de ação do poder Executivo e diminuição do poder Legislativo e, por conseguinte, dos partidos políticos. Nas demais esferas significou uma diminuição de corpo de trabalho, por meio das demissões e afastamentos de militares, burocratas civis, autoridades de universidades que eram considerados uma ameaça à segurança nacional.

Junto aos Atos Institucionais, focando nos poderes psicossocial e político, foi criado o Serviço Nacional de Informações. Este órgão nasceu como um órgão de assessoramento do Executivo, em 1964, tendo como criador e primeiro diretor o General Golbery do Couto e Silva. Agia em todo território nacional, nas esferas

²¹ Os Inquéritos Policial-militares (IPMs) estavam focados em impedir o fortalecimento de atividades subversivas que ameaçassem a segurança interna do país. Assim, foram estabelecidos nos mais diversos lugares onde a vida psicossocial se desenvolvia: ministérios, órgãos governamentais, universidades, em instituições vinculadas ao governo federal, nos níveis municipal, estadual e federal (BRASIL, 1964h).

federal, estadual e municipal, tendo adquirido grande autonomia, pois estava submetido apenas ao Executivo, não podendo nem o Legislativo ou Judiciário supervisionar suas operações (ALVES, 2005).

Cabia ao SNI colaborar com o Conselho de Segurança Nacional e com o Executivo, a partir do objetivo de monitorar e depois anular possíveis “antagonismos e pressões”. Ou seja, era preciso coletar o maior número de informações e contra informações sobre ameaças à segurança nacional e de subversão, para posteriormente, o Executivo lidar de forma a poder anulá-las/resolvê-las. Assim, o papel do SNI se dividiu em três grandes frentes: i) planejamento da informação estratégica; ii) planejamento da segurança interna; e, iii) planejamento da contra informação (BRASIL, 1964h).

Buscando desenvolver os poderes econômicos do país, Castello Branco criou o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Sua equipe era formada pelo Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões e o Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos. Como principal resultado, criou um programa econômico que buscou estabelecer as bases para superação dos problemas econômicos e sociais, o chamado Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Tal programa foi criado objetivando estabilização, desenvolvimento e reforma democrática, focando em elementos como crescimento global, combate à inflação, aumento do número de empregos, melhoria da distribuição de renda e mudança no balanço de pagamentos (OLIVEIRA, 2007).

No governo de Castello Branco, a noção de desenvolvimento econômico se baseou na preocupação em modificar determinados “pontos de estrangulamento institucionais da economia”. Acreditava-se que havia uma espécie de “desordem tributária”, além de deficiências no mercado financeiro – tido como subdesenvolvido. Havia também uma constatação da inexistência de um mercado de capitais e o comércio exterior era tido como ineficiente e restrito. E de fato, os resultados do programa criado apareceram. O PAEG conseguiu, entre os anos de 1964 e 1968, reduzir a taxa de inflação anual para 20% em 1969. Houve também o crescimento do produto, que era, em 1963, de apenas 0,6%, aumentando para, em 1968, atingir taxa em torno de 9% (RESENDE, 2014; VIANA FILHO, 1975).

No entanto, nosso objetivo aqui é demonstrar quais elementos estavam vinculados a este programa que compuseram as condições de emergência para os discursos pró-direita durante o governo de Castello Branco. Assim, é preciso

compreender que a criação do PAEG se deu baseada em uma ideia de que era preciso planejar a economia a partir de bases democráticas. Significava dizer, para o governo de Castello Branco, que era preciso pensar o desenvolvimento por meio de condições que assegurassem a maior eficiência de funcionamento de uma economia de livre empresa.

Assim, o PAEG se estabeleceu, no geral, em um clima otimista, pois desejava-se que a contenção gradual da inflação, em busca de um equilíbrio razoável de preços, ocorresse a partir dos anos de 1966, se iniciando desde 1964, uma política de contenção dos déficits governamentais, adequação da política salarial e controle da política de crédito para as empresas (OLIVEIRA, 2007; PAEG, 1965).

Nesta visada, o PAEG estabeleceu uma política de economia internacional, pensando as questões cambiais, da dívida externa e estímulo de capital estrangeiro. Ao focar no crescimento global, buscando realizar um processo de modernização estrutural da economia brasileira, evidenciou-se o objetivo de saída da zona de estagnação econômica que o Brasil se encontrava, elevando os níveis de crescimento em torno dos 6%, número semelhante ao período de 1947-1961, em que tal movimento só seria possível por meio de inúmeras reformas²². Enfatizar o crescimento significava também incentivar o aumento da taxa de investimentos por meio de políticas de poupança privada, concessão de estímulos tributários à reversão dos lucros das empresas, além de políticas de investimento estrangeiro (RESENDE, 2014; PAEG, 1965).

A política de produtividade social incluía as políticas salarial, agrária, habitacional e educacional. A questão dos empregos no PAEG enfatizou uma relação estreita entre ociosidade da população e falta de investimentos para aumento da produtividade e conseqüente demanda por mão de obra. Era importante, por isso, um incentivo ainda maior para as áreas de tecnologia que estavam pouco capitalizadas, bem como incentivo à exportação, sobretudo nos setores industriais, e investimentos que demandassem grande mão de obra (como o setor da construção civil) (RESENDE, 2014; PAEG, 1965).

Junto a isso, a noção de desenvolvimento se relacionou às questões salariais,

²² O PAEG realizou reformas dentro dos aspectos tributário, monetário, de política externa e na estrutura agrária. Tais reformas foram estabelecidas a partir de três grandes objetivos: expansão da carga tributária incidente sobre a população; diminuição das desigualdades sociais; e modernização do sistema. Para mais detalhes sobre ver Oliveira (2007) e o Programa PAEG (1965).

cambiais e de crédito. A partir de políticas corretivas objetivou-se reduzir a inflação, fomentando o crescimento econômico e a diminuição dos preços. Colocou-se, portanto, como adequado, a manutenção das políticas salarial, cambial e creditícia, buscando equilíbrio, a fim de não prejudicar a situação dos empregados e empregadores, incentivando maior produtividade no campo e melhoria das condições de emprego no setor rural, melhoria das condições para conquista da casa própria e ampliação das condições de acesso à educação, combinado com as necessidades técnicas e culturais do país (RESENDE, 2014; OLIVEIRA, 2007).

Contudo, o que se viu, entre 1964 e 1967, foram reflexos de uma tensão que se acreditou que seria amenizada com a tomada do poder pelos militares.

Os objetivos pelos quais a política econômica foi desenvolvida cobraram de Castello Branco uma postura que jamais colocara o presidente nas graças da população. Acreditava-se que seria preciso realizar sacrifícios e, muitas das vezes, estabelecer contradições que propiciariam, posteriormente, um grande crescimento, como de fato, ocorreu pós-1967²³. É possível, portanto, reconhecer que o PAEG propiciou uma queda da inflação e preparou o terreno para o chamado “milagre econômico”.

Mas a sociedade não recebeu muito bem esses sacrifícios. Até mesmo porque o governo de Castello Branco evidenciou durante um longo período um movimento contraditório: a imposição de uma disciplina salarial junto à permissão para aumento de aluguéis, taxa de câmbio, tarifa de serviços públicos e produtos agropecuários. Seu governo, de modo geral, pode ser caracterizado a partir de profundos ajustes estruturais na economia nacional, com o retorno do financiamento estrangeiro, possibilitando o investimento por parte do Estado por meio de capital internacional.

Assim, é preciso salientar que o PAEG criou um desconforto para os empregados e para os empresários, como a Confederação Nacional da Indústria, o Conselho Nacional de Economia, a Federação das Indústrias de São Paulo. A partir do incentivo, tido como excessivo, do governo na busca pelo aumento da produtividade, com fins no aumento da produção. Para a população brasileira, como as donas de casa, por exemplo, havia um misto de desesperança e desespero. A escolha do governo de tentar reduzir a inflação de forma gradual, a partir da

²³ A inflação caiu de 91,8% em 1964, para 22% em 1968. Mas em termos de crescimento, os números esperados não foram alcançados (OLIVEIRA, 2007).

“contenção progressiva”, gerou resultado imediato e desesperador à população: o custo de vida subindo todo dia um pouco e cada vez mais.

O governo de Castello Branco teve de lidar com inúmeras críticas, sendo o PAEG visto, muitas vezes, como uma criação avessa ao desenvolvimento, a partir da ideia de que o controle da inflação impediria o aumento do desenvolvimento, além do estabelecimento excessivo de um relacionamento com o exterior, baseado em inúmeros auxílios financeiros e transações.

Para os criadores do PAEG, não havia a necessidade de se estabelecer metas quantitativas em relação à inflação. Para Bulhões e Campos, o ideal seria o estabelecimento de medidas desinflacionárias, sobretudo pelo difícil comportamento das inúmeras variáveis que o país tinha de lidar. A dinâmica da economia brasileira não possibilitava fazer isso. Elementos como agricultura, comércio exterior, efeitos do descongelamento de preços, o balanço de pagamentos eram instáveis demais e dificultariam estabelecer metas quantitativas.

Porém, o governo brasileiro tinha de lidar com os demais atores envolvidos no cenário econômico e político do país. Não era possível estabelecer qualquer tipo de negociação com credores externos sem a influência direta do Fundo Monetário Internacional (FMI). E o FMI exigira a criação de objetivos quantitativos para redução da inflação – ainda que posteriormente visse que esquemas quantitativos rígidos de controle de inflação não ajudariam em nada na construção de resoluções econômicas. Tal situação deixou as coisas ainda mais problemáticas (VIANA FILHO, 1975).

Na verdade, ainda que Castello Branco tenha construído seu governo a partir de perspectivas a longo prazo e tenha demonstrado grande flexibilidade, modificando o PAEG diversas vezes, os pequenos resultados tão esperados para os anos subsequentes não ocorreram, sendo, o programa muitas vezes, visto como “extremamente otimista”, uma vez que os números ficaram distantes do esperado pelo governo.

Esperava-se que o crescimento do produto real em 1965/1966 atingisse 6%, mas na verdade, cresceu apenas 2,7% em 1965, e 5,1% em 1966. As intenções para a queda inflacionária era de que, em 1965, chegasse em 25%, mas na verdade, ficou aquém, tendo, em 1965, o índice geral de preços subido em 28,3%, e o custo de vida no Rio de Janeiro, aumentado em 45,5%. E em 1966, o índice geral de preços subido 37,4%, e o custo de vida no Rio de Janeiro aumento 41,2%

(VIANA FILHO, 1975).

Neste sentido, eram muitas várias envolvidas e Castello Branco não conseguiu agradar os diversos grupos. Seu governo enfrentou diversas questões em torno de suas escolhas econômicas e políticas e acabou realizando um forte movimento de centralização da política econômica e tributária na ordem federal. A busca pelo controle da inflação e, posteriormente, do desenvolvimento, evidenciam as condições de emergência estabelecidas a partir da tomada de poder pelos militares, baseadas no Estado de Segurança Nacional que buscou exercer forte domínio nas áreas psicossocial, política, econômica e militar. O que trouxe, consigo, apoio e conflito, cabendo a Castello Branco a tentativa de lidar com os diversos confrontos que apareceram.

Castello Branco contribuiu para a maior participação do Estado na economia por meio de intervenção direta, com a criação de inúmeros órgãos federais, além de concentração da renda e da riqueza, tornando ainda mais distante o princípio de equidade e a distribuição de renda. Ao modificar o quadro institucional vigente na economia brasileira, objetivando adequar a produtividade brasileira ao estágio de desenvolvimento industrial que a economia brasileira se encontrava, gerou, conseqüentemente, aumento das estatais brasileiras, o que levou, também, à uma expansão do setor de produção de bens duráveis. Quanto à concentração federal, pôde ser sentida por exemplo, a partir da reforma tributária, com a criação de um órgão federal: a Secretaria da Receita Federal, cabendo ao governo o poder da arrecadação e das decisões sobre a política tributária do país (OLIVEIRA, 2007). Seu governo, foi, assim, marcado por instabilidade e demandou jogo de cintura para lidar com as conseqüências das escolhas feitas.

2.5 Considerações parciais

As condições de emergência identificadas em ambos os períodos – pré-1964, com o governo de Quadros e Goulart, e pós-64, com o governo de Castello Branco, demonstram que alguns elementos se mantiveram no campo de discursividade da pró-direita. Seja nos aspectos econômicos e sociais, morais ou políticos, dentro de governos democráticos ou de ditaduras militares, a sociedade brasileira estabeleceu articulações discursivas a partir das condições identificadas neste capítulo.

Identificamos que, pré-1964, a “ameaça vermelha” articulada pelo medo do aumento das funções estatais e da tomada de poder pelos comunistas, se mantém pós-1964, a partir de condições de emergência enfatizadas pela base do primeiro governo militar, com a criação do Estado de Segurança Nacional. Tais condições de emergência são evidenciadas pela constatação de questões problemáticas advindas do período: a ameaça de aspectos políticos/morais, com enorme repressão, tortura, cassação de direitos políticos; e agravamento de aspectos econômicos e sociais, com aumento da desigualdade social e crescimento a passos curtos.

É, portanto, a partir da identificação destas condições de emergência que o leitor poderá melhor compreender os capítulos subsequentes, na medida em que eles esmiuçam diversos elementos aqui destacados. As condições de emergência aqui identificadas devem ser vistas como uma espécie de “pano de fundo” que, ora dialogam, ora conflitam com determinados aspectos (econômicos, sociais, políticos e morais) colocados pela pró-direita durante a década de 1960. Aspectos estes que serão identificados e detalhados nos próximos capítulos.

3 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

3.1 Introdução

Como demonstrado a partir das condições de emergência apresentadas anteriormente, os índices econômicos e sociais sinalizavam uma situação problemática para o Brasil no início da década de 1960. Ainda que a situação tivesse sido temporariamente contornada, com o PIB apresentando a taxa mais elevada desde 1947, mantendo-se elevados também a formação bruta de capital, o número das exportações e um saldo de 113 milhões de dólares na balança comercial, em 1962 os números não permaneceram positivos, apontando para graves problemas no sistema financeiro, sobretudo na elevação de preços. Assim, a situação estava complicada: os índices das transações externas demonstravam desequilíbrios, aumento da dívida externa e das importações e a diminuição das exportações. Em simultâneo, houve aumento do déficit das contas públicas e de caixa da União. Em consequência, houve também um aumento nos custos de produção e nos gastos financeiros (VIANA, 1980).

Neste sentido, os discursos pró-direita começaram a se fortalecer num contexto em que havia o objetivo de modificar a situação econômica do país para que ele pudesse se desenvolver e atingir níveis positivos de crescimento. Para a pró-direita, os problemas econômicos e sociais pelos quais o país passava não deixavam dúvidas de que era preciso uma reestruturação dos aspectos que envolviam as questões econômicas, sociais, morais e políticas.

Esta reestruturação se estabeleceu baseada em uma construção discursiva diversa, sendo, neste capítulo, focada nos aspectos econômicos e sociais (e no capítulo seguinte nos aspectos políticos e morais). Portanto, este capítulo possui como objetivo identificar como se deu a construção discursiva pró-direita na década de 1960 no Brasil, focando em seus aspectos econômicos e sociais.

A análise seguirá a seguinte estrutura: no primeiro tópico será abordada a noção de desenvolvimento segundo a pró-direita. Isto se deu pela presença constante deste elemento nos documentos analisados, sendo, portanto, imprescindível nos debruçarmos sobre esta categoria. Como o leitor verá, a noção de desenvolvimento se tornará um significante vazio, dada sua capacidade de

aglutinar diversas demandas.

No segundo tópico, identificamos a lógica de equivalência que se estabelece entre as noções de progresso econômico e progresso social, a partir da articulação feita entre desenvolvimento econômico e justiça social. Esta lógica fica ainda mais clara, a partir do aprofundamento, no terceiro tópico, sobre como a pró-direita considera a relação do papel da educação no sistema brasileiro de ensino e sua importância no desenvolvimento do sujeito – e conseqüentemente do desenvolvimento societário.

O papel da educação é mais bem compreendido a partir do aprofundamento sobre as mudanças apontadas para a educação brasileira. Aqui, para a pró-direita, identificamos um ponto nodal: a formação de uma *educação liberal* voltada à transformação humana e melhoria dos negócios. Neste sentido, identifica-se uma relação feita pela pró-direita entre o avanço da educação e o desenvolvimento nas zonas urbanas e rurais, a partir da melhoria das práticas e técnicas agrícolas. Tema que nos leva à discussão feita sobre a reforma agrária.

Neste terceiro tópico, o debate da estrutura agrária se dá na realização de críticas diretas ao Executivo, a partir do anteprojeto proposto por Goulart para uma reforma agrária, projeto esse considerado vago, impreciso, confuso. Para a pró-direita o foco se dá na criação de uma estrutura agrária direcionada, que comporte e potencialize o desenvolvimento brasileiro, na busca por produtividade e liberação de mão-de-obra para a cidade.

No quarto tópico a discussão se dá em torno da reforma habitacional, tema caro à pró-direita, posto que a habitação é tida como central para o desenvolvimento dos indivíduos. Assim, a base familiar em adequadas condições físicas é condição importantíssima na formação das crianças e adolescentes e estabelecimento correto do papel de homem e mulher, elementos importantes para o próprio desenvolvimento individual, e por isso mesmo, societário.

No quinto a noção de desenvolvimento articulada pela pró-direita é mais bem compreendida a partir de três pontos nodais: livre iniciativa, empresa privada e democratização do capital. É por meio destas três noções que visualizamos como se dá o processo de desenvolvimento do país. Aqui, a grande ênfase é dada à livre iniciativa enquanto sinônimo de liberdade, uma vez que propiciará aos empresários, sem entraves estatais, investir seu capital e levar desenvolvimento ao país, gerando riquezas a partir da livre concorrência, dando fim às oligarquias.

É a partir do fortalecimento e incentivo na criação das empresas que se amplia também o papel do empresário, e por isso mesmo, da empresa privada, vista como uma comunidade de trabalho e forte função social no desenvolvimento da sociedade. Esses dois pontos nodais são (re)articulados junto à noção de democratização do capital, uma vez que os elementos em torno dos três se encontram fortemente vinculados, e muitas vezes, até difícil de serem pensados de forma separada e da noção de desenvolvimento construída discursivamente pela pró-direita.

O sexto tópico traz a identificação de outro ponto nodal: a descentralização federal. Elemento basilar do discurso pró-direita, a função do governo federal nas esferas dos bancos e burocrática/administrativa adquire maior ênfase neste tópico, evidenciando o objetivo por diminuir a função federal pela identificação de sua incapacidade de obter bons resultados e dificultar a esfera privada de melhor prover os recursos à sociedade. Para a pró-direita, a qualidade de um governo poderá ser medida pelo grau de sua descentralização: quanto maior esta, maior aquela.

No sétimo e último tópico trazemos, à luz da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e as categorias explicadas no capítulo 1, as noções centrais identificadas no processo de (re)articulação realizada pela pró-direita. Uma figura é feita a fim de facilitar a compreensão e visualização da complexidade discursiva que envolveu a pró-direita nos anos de 1960 no Brasil.

Por fim, para a leitura que se segue, reafirma-se a perspectiva adotada nesta tese: a identificação da criação discursiva pró-direita a partir da pró-direita. Com isso, significa dizer que nossa intenção é dar voz e transcrever os sentidos produzidos por estes movimentos. Indicamos, portanto, que o leitor leia esta tese imaginando um diálogo direto com a pró-direita, pois estaremos aqui discorrendo sobre a realidade relatada pela sua perspectiva.

3.2 Desenvolvimento como significante vazio

Um dos elementos que consideramos importantíssimo para iniciar a identificação discursiva pró-direita é a categoria de desenvolvimento, dada a frequência e ênfase com que aparece nos documentos analisados. Para a pró-direita, tal concepção é tida como central para o Brasil evoluir na escala de

subdesenvolvimento que se encontrava.

Em um primeiro momento, uma leitura superficial nos levaria a discorrer sobre o desenvolvimento enquanto uma relação diretamente proporcional com o aumento da produtividade da mão-de-obra. Assim, maior produção geraria um excesso que deveria ser colocado em forma de lucro, gerando um estoque de capital, retornando ao processo de produção. Porém, os documentos nos permitem ir um pouco mais a fundo.

Em uma palestra proferida no Clube dos Diretores Lojistas, José Garrido Torres²⁴ explicou sobre a importância da concepção de desenvolvimento, para além da riqueza em seu aspecto material. Sua condição se dá relacionada à paz social, à tranquilidade política e ao maduro e perfeito funcionamento das instituições democráticas. O desenvolvimento econômico seria uma urgência que aspiravam todos os brasileiros, posto que o aumento populacional demandava, para a sobrevivência da nacionalidade, a expansão de nossas riquezas (TORRES, 1963).

Neste sentido, é importante salientar que tal concepção adquire um aspecto amplo, num sentido aglutinador. Assim, é construída ultrapassando uma relação com o dinheiro e fenômeno econômico, abrangendo aspectos sociais da educação, bem-estar, qualidade de vida, respeito à lei e à ordem, honestidade em transações comerciais, relações dentro da família, etc. Para a pró-direita, o desenvolvimento só seria alcançado a partir da educação do homem para a sua realização. Neste sentido, o desenvolvimento humano é o que possibilitaria ao homem errar, crescer, se desenvolver, aprender, alargando sua experiência individual.

Para a pró-direita, seria preciso educar para vencer o subdesenvolvimento, e assim, alcançar a justiça social. É a partir desta lógica que se identifica uma relação estreita entre desenvolvimento e justiça social. Para a pró-direita, o sistema capitalista seria aquele capaz de melhor prover tal relação, pois a ideia de progresso se estabelece pela melhoria no padrão de vida das massas consumidoras, sendo possível apenas num sistema regido pelo capitalismo.²⁵

²⁴ Foi consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1960, coordenador da exposição anual do Conselho Nacional de Economia de 1963, diretor do grupo de estudos do IPES/RJ, presidindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE) em 1964 e depois membro do Conselho Monetário Nacional de 1965 a 1967.

²⁵ Na concepção da pró-direita, o consumidor é o que determina, em última análise, o que deve ser produzido e em que quantidade e qualidade deve ser produzido. Assim, o problema da justiça social é relacionado com a redistribuição do produto, e não com a divisão dos meios de produção.

Tal argumento é enfatizado por Luiz Carlos Mancini²⁶, sendo alvo também no Manifesto à Nação feito pelo Instituto de Engenharia de São Paulo. A justiça social é compreendida em aspectos globais, abrangendo a cidade e o campo, e os setores social, técnico e moral; a partir de uma autenticidade, sem buscar alcançar interesses pessoais ou enriquecimento político. É baseada numa filosofia em que o maior propósito seja o progresso do indivíduo em todos os seus aspectos (MANCINI, 1963; ARAUJO e COSTA, 1963).

O desenvolvimento econômico e a justiça social são, por isso mesmo, dois elementos indissociáveis. Tal como visualizado pela Aliança para o Progresso²⁷, o desenvolvimento econômico se dá, em última instância por meio de recursos humanos. Por isso, é preciso que recursos humanos sejam desenvolvidos junto a recursos econômicos, ou seja, a melhora na saúde e educação se inclui no próprio significado do desenvolvimento e gera, por isso mesmo, melhores condições para seu crescimento (MOSCOSO, s/d).

Para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o desenvolvimento e a justiça social só poderiam ser alcançados a partir do progresso econômico e social, do incentivo à livre empresa, afastando o país de um planejamento “centralizado e ditatorial” como o que se via no início da década de 1960 no país. A justiça social propiciaria desenvolvimento de forma mais dinâmica, independente e flexível, pois não haveria a concentração das decisões (FRANKS, 1963).

Tal argumento encontra-se alicerçado, mais uma vez, nos ideais colocados pela Aliança para o Progresso, pois o programa reforça a relação estabelecida entre o desenvolvimento de um país e sua condição social. Para Moscoso, coordenador americano do projeto, o crescimento populacional desordenado e a grande concentração de terra na mão de poucos seriam elementos existentes na América Latina que demonstravam a questão urgente em torno do combate da pobreza. A revolução social que ocorreu no Norte da América e na Europa Ocidental demonstrou que o mundo caminha para a busca de melhores condições de vida. Para o desenvolvimento na América Latina ocorrer, seria preciso crescimento

²⁶ Mancini foi professor da Universidade Católica do Rio, atuava como consultor administrativo, foi diretor na Organização dos Estados Americanos e ex-secretário de Estado no governo de Carlos Lacerda.

²⁷ A Aliança para o Progresso surgiu, em fins da década de 1950, como um programa de assistência. Seu objetivo foi o de auxiliar determinados países da América Latina em sua busca pelo desenvolvimento. Na base do programa estava a ideia de um auxílio, por parte, sobretudo, dos Estados Unidos, a partir de ajuda técnica e econômica para áreas cada qual os países apontassem necessitar de melhorias.

econômico, em simultâneo, mais equidade na distribuição de renda, manutenção da balança comercial, reformas agrária e tributária, fim do analfabetismo e universalização da educação primária e aumento da expectativa de vida (MOSCOSO, s/d).

Neste sentido, a Aliança para o Progresso coloca a importância do apoio não só dos mais necessitados, mas também dos mais privilegiados, da sua consciência, do seu senso de patriotismo e autossobrevivência. Caberia aos que possuem melhores condições financeiras, disponibilidade para ajudar no desenvolvimento nacional, na realização de reformas básicas, na liderança na busca por um bem-estar de todos. Por isso, o programa seria considerado bem sucedido se fosse acompanhado da ideia de que a oferta de recursos econômicos não traria resultados se reformas sociais não fossem implementadas de modo conjunto no processo (MOSCOSO, s/d).

O apoio dos Estados Unidos é colocado enquanto possuindo papel determinado, específico e limitado. Para os formuladores da Aliança Para o Progresso, a própria condição de progresso dos países aliados passa pela busca da superação dos seus desafios psicológicos e políticos, contribuintes diretos para seu desenvolvimento. A assistência técnica americana viria para que, em dado momento, os países latino-americanos conseguissem criar seus projetos pelas suas próprias pernas e alcançassem sua salvação econômica (MOSCOSO, s/d).

Portanto, a percepção que se estabelece é a de que o desenvolvimento econômico e a justiça social devem caminhar juntos, como aliados e interdependentes: sem o apoio do povo, o desenvolvimento econômico não aconteceria, e sem o desenvolvimento econômico, a justiça social não levaria à diminuição da pobreza.

Assim, para o IPES, influenciado diretamente pelo programa americano, o desenvolvimento e justiça e social seriam alcançados a partir da tolerância, probidade, espírito religioso que possibilitariam a graça de viver e conviver sem a presença de ressentimentos, ódio ou rancor (TORRES, 1963; HOHN, 1963). Neste sentido, seria preciso desvincular a justiça social do apelo eleitoral e empreguista que adquiriu no Brasil, mobilizando o progresso econômico e justiça social numa direção satisfatória, englobando o desenvolvimento a partir de dois meios principais: agricultura e industrialização – e não como se estava feito até então, dando ênfase apenas ao primeiro aspecto (TORRES, 1963).

Como assinala Delfim Neto²⁸, o processo de desenvolvimento econômico e industrialização traria impactos diretos na melhoria das condições de salários, propiciando níveis mais altos de remuneração, possibilitando melhores níveis de justiça social. Tal movimento potencializaria também a classe média, na medida em que se proporcionaria mais empregos e oportunidades de acesso aos cargos pretendidos. Para os trabalhadores rurais, o processo de industrialização deixou em evidência a necessidade de mudança nas condições no campo, que junto ao processo de tecnificação agrícola, proporcionariam melhores condições de vida (DELFIM NETO, 1964).

É neste mesmo sentido, que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirmava ter o progresso econômico se tornado cada vez mais dependente do desenvolvimento da educação e da pesquisa científica, impactando assim a consolidação da justiça social. Por isso, a educação se torna primordial para o desenvolvimento econômico, uma vez que agiria diretamente no fortalecimento dos países democraticamente governados, levando à eliminação da pobreza e a elevação dos níveis de cultura e dignidade do homem. Assim, a educação focada no investimento em ciência e tecnologia criaria homens voltados ao uso e domínio de força para defesa de seu país, fortalecendo a base dos recursos humanos – essencial para o desenvolvimento e progresso (COOMBS, 1961).

Foi a partir desta lógica que a pró-direita articulou seu discurso do desenvolvimento em torno da educação, repensando os limites estatais, o papel da escola no ensino primário e secundário, bem como a reformulação dos ensinamentos técnicos e universitários. No próximo tópico, identificaremos como a educação foi vista pela pró-direita, sobretudo pela definição do papel da educação e da necessidade de uma reforma educacional, partindo de um dos educadores mais influentes da época, que esteve à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), João Roberto Moreira.

²⁸ Neto era economista e teve grande atuação no meio acadêmico. No governo de Castelo Branco, atuou no órgão de assessoria à política econômica, no chamado Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan).

3.3 A reforma educacional: o papel da educação liberal e da educação para os negócios

Segundo Moreira (1964) a educação seria uma instituição moderna com efeitos políticos, econômicos e sociais. Por isso, seria a partir, também do desenvolvimento de uma educação para adultos, a construção da luta pelo desenvolvimento do país, pela manutenção e garantia das defesas internas e externas contra a totalização política e uma ditadura fascista ou socialista, contra a massificação do povo e a alienação da pessoa e da família.

Neste sentido, o processo educacional impactaria diretamente na construção do país, mas sobretudo, na vida pessoal, pois o homem se fortaleceria nesse processo de desenvolvimento pessoal máximo, se tornando capaz de controlar os processos e resultados da ciência e da tecnologia, buscando seu máximo e próprio benefício e, por fim, aperfeiçoando sua capacidade de viver de modo democrático nas mais diversas áreas envolvendo as relações humanas (MOREIRA, 1964).

Para a pró-direita, havia a ideia de que o problema da educação no Brasil estava relacionado ao elevado número de escolas primárias incompletas, ao número de analfabetos predominando em relação ao número de alfabetizados, nos professores sem formação profissional, ao baixo rendimento e alto custo governamental, resultando na grande evasão escolar e repetição anual. A situação seria agravada pela pobreza econômica-social de grande parte das famílias brasileiras, dificultando a frequência escolar. Como consequência, a pró-direita aponta uma fragilidade democrática, posto que não há a construção de um caminho que garanta os direitos do homem (MOREIRA, 1964).

Para Moreira (1964) não seria papel da escola questionar a existência das classes sociais, mas caberia à educação oferecer igual oportunidade de educação para os filhos de todas as classes sociais, convertendo-se em um caminho de ascensão social. Tal como em uma carta divulgada pela Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), caberia à mulher o papel na educação de seus filhos, sobretudo pelo perigo do Estado comunista que buscava afastar os filhos de suas mães.

Assim, como colocado pela CAMDE, a mulher é vista como a fortificação da religião, a razão de ser da família organizada, o elemento de coordenação dentro da casa. Num regime democrático, caberia, portanto, às mulheres, a educação em

casa, a formação de seus filhos. Em uma comparação entre sociedades totalitárias e democráticas, o papel da mulher na educação seria ainda mais relevante, segundo o movimento. Assim, se no regime totalitário a educação dos adolescentes e adultos fica a cargo do Estado, num estado democrático, caberia ao papel da mãe, enquanto educadora, enxergar as particularidades e diferentes necessidades de cada um de seus filhos, estando atenta às influências que poderiam ocorrer na formação de seu caráter (CAMDE, 1964).

Para a CAMDE, a transformação de uma criança em um adulto livre se basearia na construção adquirida de amor, compreensão, consciência e dignidade em sua infância e juventude. Na formação de um caráter a partir de um espírito, e não da alienação do sujeito e sua propensão a obedecer sem questionar, como tanto desejaria o Estado comunista (CAMDE, 1964).

Para a pró-direita, o papel educacional estava em duas frentes básicas: preparar o indivíduo para viver em sociedade e no papel visando o desenvolvimento do país. Assim, os processos educacionais deveriam visar a aplicação na produção econômica, social e cultural, possibilitando a ampliação dos horizontes dos alunos na visão de autorrealização e desenvolvimento pessoal no mundo da cultura e do trabalho. A educação secundária e os cursos de capacitação deveriam visualizar sua aplicação nas esferas da indústria, agropecuária, comércio e serviços de utilidade pública, que apontavam para necessidade de recursos humanos especializados e semiespecializados (MOREIRA, 1964).

Neste sentido, um programa de educação popular deveria ser planejado tendo em vista elementos primordiais como maior valorização social do profissional docente (por meio da melhoria e mais adequada remuneração) e a consciência de que não seria possível alcançar toda a sociedade imediatamente, atingindo apenas as populações nucleadas nas comunidades rurais e urbanas. Por isso, a preparação e capacitação dos indivíduos para as mudanças progressistas da sociedade deveria ser vista pela lente da preocupação da criação de um ambiente socioeconômico, a partir de um posicionamento ativo perante as mudanças e as dificuldades, podendo o homem se antecipar na solução quando elas aparecessem (MOREIRA, 1964).

Para a pró-direita, a orientação política – seja na educação urbana, seja na rural – era uma necessidade do nosso tempo e, portanto, deveria ser feita de modo diverso aos países tidos como socialistas que, para a pró-direita, desenvolviam uma orientação política de caráter partidário. Assim, o papel da educação estaria também

em dialogar com esta necessidade, uma vez que era vista como capaz de propiciar a liberdade do homem, sua “desalienação e desmassificação”. Neste sentido, a pró-direita salienta que não caberia à educação o papel de fixar o homem à terra – isto seria antidemocrático, antissocial e antieconômico. Caberia, no desenvolvimento da educação, encontrar-se, também, o desenvolvimento econômico, posto que possibilitaria ao homem se equipar de conhecimentos e habilidades que fossem mais acessíveis (tanto em termos psicológicos, quanto sociais) e uteis para si próprio e para a sociedade.

O papel do ensino superior estaria em oferecer ao mercado de trabalho o contingente de pessoas que fosse necessário. Em uma espécie de “economia educacional”, deveria, portanto, ser atualizado frequentemente o levantamento da real necessidade de recursos humanos, para balizar o número de matriculados nos mais diversos cursos (MOREIRA, 1964).

Como coloca o Comitê para o Desenvolvimento Econômico dos Estados Unidos (CDE), a educação seria um importante contribuinte para a construção da sociedade e dos negócios, a partir de pesquisas que fossem de largo uso e benefício de todos, tendo em mente a necessidade da rápida aplicação dos importantes conhecimentos adquiridos, pesquisas a serem desenvolvidas auxiliariam nas mais diversas questões societárias. No campo dos negócios e da economia, o desenvolvimento de pesquisas sobre o impacto da ciência e da tecnologia, deveria ser no sentido de potencializar o estudo do processo de inovação, do papel da matemática na tomada de decisões, da conduta humana dentro das organizações, do planejamento de grandes organizações (CDE, 1965).

Neste sentido, os estudos focariam em explorar pesquisas no sentido de ampliar as discussões no campo dos negócios e do governo, abordando temas como política antitruste, atividades defensivas e espaciais, programas de educação, saúde e bem-estar, política tributária. Pesquisas no campo das relações entre negócio e trabalho num campo industrial que se encontrasse em constante desenvolvimento, abordando temas como exigências profissionais e capacidade humana levando em consideração aspectos como as responsabilidades sociais, inclusive em negócios internacionais e multinacionais (CDE, 1965).

Neste mesmo sentido, a pró-direita acreditava na necessidade de uma reorganização completa do ensino superior, pautando uma qualificação de técnicos de alto nível, pesquisadores científicos, professores e profissionais liberais.

Pesquisas em ciência pura e aplicada, elementos demandados para o desenvolvimento de uma tecnologia adequada no país. Junto disto, a necessidade de melhores condições salariais para que os professores pudessem se dedicar exclusivamente à universidade. Por isso, seria preciso uma reforma educacional.

Do ponto de vista da educação político-social e econômica, e sob o aspecto da alfabetização e capacitação para o trabalho, a pró-direita acreditava que era preciso formação e preparação das populações adultas que impactariam diretamente no desenvolvimento dos indivíduos, pois seria a possibilidade da construção de uma vida mais consciente das responsabilidades e maior capacidade para resolução das problemáticas individuais, coletivas e familiares (MOREIRA, 1964).

Neste sentido, assumiu preponderância os cursos populares permanentes de educação e capacitação de adultos, visando um processo complementar e corretor, bem como, direcionamento e orientação de atividade da juventude contemporânea, estes nos quais lidavam com tensões e conflitos sociais, de natureza econômica e política, o que influenciaria diretamente em sua formação como indivíduos (MOREIRA, 1964).²⁹

Para a pró-direita, a universidade era reflexo da desordem política e oportunista das novas elites, sem bases em reais valores sociais, políticos e empresariais. Sua administração deveria se estabelecer por uma preocupação em se proteger de influências político-partidárias, buscando autonomia por meio da direção em dois conselhos: técnico-científico e administrativo. Ambos os conselhos com representantes do reitorado (diretores de escolas, institutos e departamentos), do corpo docente, técnico-científico e do mundo econômico-social (MOREIRA, 1964).

A democratização do ensino superior para a pró-direita seria feita de modo a adequar-se às condições reais do país. Assim, Moreira (1964) alerta para a impossibilidade de um ensino superior cem por cento gratuito e de acesso universal, sendo indispensável a necessidade do oferecimento de bolsas por fundações e instituições privadas, cabendo à oportunidade de um ensino superior aos mais dedicados, esforçados e que tivessem aptidão e preparação para dele se

²⁹ É importante destacar a relevância dada pela pró-direita às associações culturais, desportivas e recreativas de jovens estudantes e trabalhadores, vistas com o objetivo de orientação dos impulsos e energias característicos dessa idade, a fim de direcioná-los para que não se tornassem sujeitos propícios a escolhas que os afastem de uma formação racional e consciente.

beneficiarem. A democratização do ensino superior se daria pelo oferecimento de bolsas e seleção dos mais merecedores, sem distinção de raça, classe social, nível econômico e preferências religiosas.

Neste sentido, a educação adquire, para a pró-direita, o aspecto de fortalecimento do sujeito, para posteriormente, propiciar uma formação em níveis mais elevados para oferta de mão de obra necessária ao desenvolvimento do país. A relação estabelecida entre educação e desenvolvimento é mais bem compreendida a partir do ponto nodal estabelecido em torno da concepção de educação liberal. Segundo o Comitê para o Desenvolvimento Econômico dos Estados Unidos, cabe à educação liberal guiar os indivíduos na busca pelo

poder de análise e julgamento equilibrado; na capacidade para resolver problemas e tomar decisões de maneira metódica e segura; vigor de raciocínio e de imaginação; aptidão para trabalhar com outros e dirigi-los; compreensão na conduta humana e das forças sociais, políticas e econômicas; caráter que garanta sujeição a altos princípios, mesmo sob condições adversas; capacidade para conservar o espírito aberto e continuar aprendendo por própria iniciativa. (CDE, 1964, p. 55-56)

Nesta lógica, a base educacional se construiria pela educação liberal, na busca do aperfeiçoamento individual para a convivência em sociedade, tornando possível alcançar o desenvolvimento em maiores níveis, através da educação para os negócios. Ou seja, seria a partir destes pressupostos que os indivíduos se tornariam homens de negócios bem sucedidos e conseguiriam evoluir constantemente em suas carreiras, dominando a arte da comunicação, respeitando, reunindo e utilizando fatos concretos.

Por isso, a educação para os negócios estaria solidificada na educação liberal, em que o indivíduo se tornaria dono de si mesmo, de suas escolhas e saberia lidar com as consequências delas, aprendendo a viver e trabalhar com os que o cercam, tomando consciência da sua capacidade de criação e domínio das complexas estruturas de pensamento, para poder, de fato, modificar o mundo, despertando seu entusiasmo por aprender e viver (CDE, 1964).

Segundo o Comitê para o Desenvolvimento Econômico dos Estados Unidos, a educação para os negócios se realizaria em dois níveis: escolas e departamentos de nível pré-universitário deveriam proporcionar uma educação liberal e especializada; escolas em nível universitário deveriam desenvolver pesquisas de negócios, afim de criar um diálogo entre a universidade, os negócios e outras

instituições sociais sobre os resultados encontrados. Deveria também descobrir-se os melhores métodos educacionais, produzindo professores e educadores qualificados na construção de homens para carreiras de negócios (CDE, 1964).

Sendo o Brasil um país historicamente com maior população rural, a educação nas áreas rurais surgiu, para a pró-direita, enquanto possibilidade de mudanças nos métodos e técnicas da produção agropecuária, tornando-os mais modernos e científicos, propiciando liberação de mão de obra a ser aproveitada na cidade pelos setores secundário e terciário. Por isso, a educação nas áreas rurais foi tida fundamental, pois agiria diretamente na melhoria das técnicas e práticas agrícolas (CDE, 1964). Assim, para a pró-direita, a questão do desenvolvimento no meio rural possuía relação estreita com os aspectos da estrutura fundiária no país. Por isso, a discussão em torno da reforma agrária se torna consequência no debate.

3.4 Reforma agrária: foco em melhorias no campo

Para a pró-direita, o objetivo primordial de uma reforma agrária deveria ser o aumento da produção agropecuária, e não a fixação do homem no campo. Por isso, o anteprojeto de reforma agrária apresentado pelo Executivo foi alvo de diversas críticas, sobretudo do IPES, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e do sociólogo e pesquisador renomado José Arthur Rios³⁰. Em aspectos gerais, as críticas dialogam num mesmo sentido, apontando o projeto como confuso, disperso e contraditório, pois omitiria elementos importantes sobre o tema.

Para o IPES, o projeto não esclarecia a orientação geral do processo, ou seja, não possuía os princípios e as finalidades da reforma. Propunha medidas conservadoras e cômodas, sem possibilitar, de fato, uma reforma da estrutura agrária brasileira. Não esclarecia expressões presentes como “regime jurídico de reforma agrária”, “bem-estar social”, “acesso à terra”, “interesse social”.

Termos como “bem-estar social”, não aparecem de modo mais específico,

³⁰ Rios foi da direção do escritório carioca da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), uma agência de estudos dedicada ao planejamento social e urbano. Realizou diversas pesquisas sobre o tema das favelas, se tornando referência na área, além de atuar como secretário de Assuntos Sociais do Estado da Guanabara (hoje Rio de Janeiro) de Carlos Lacerda.

deixando sua compreensão vaga. Além da questão sobre o acesso à terra, que mais uma vez aparecia sem especificar para quem seria direcionado, como para que categoria humana ou profissional; o IPES, por exemplo, apontou para falta de informações sobre como ocorreria a descentralização da reforma. Além disso, a reforma colocada por Goulart foi apontada como um projeto que dividiria, num sentido exclusivo, os trabalhadores rurais e as pessoas capacitadas de explorarem as terras, deixando vago o que seriam “defeitos antieconômicos e antissociais da propriedade”. Conseqüentemente, abriu brechas sem deixar claro qual seria a política adotada e quem seria seu favorecido (IPES, 1963).

Um elemento central para a pró-direita foi a questão da desapropriação de determinadas terras, sendo vista como um verdadeiro confisco, colocando a reforma como extremada e radical, ignorando o direito à propriedade. Assim, sobre essa questão e de forma mais específica, o IPES aponta como confuso a determinação de quais terras seriam desapropriadas, como seria feito o processo, quais critérios seriam utilizados (IPES, 1963).

As definições para exclusão de desapropriação (autoridades agrícolas de tipo familiar e estabelecimentos agrícolas administrados por seus proprietários) não considerava a realidade brasileira e os problemas envolvidos nas áreas de minifúndios. Neste sentido, para a pró-direita, as definições para pagamento pela desapropriação demonstrariam a falta de importância dada ao modo de como a indenização seria feita, posto que não oferecia nenhuma garantia ao desapropriado, devido à desvalorização do dinheiro pela alta inflação (IPES, 1963).

Nesta visada, se reforça o argumento em torno da ameaça à propriedade privada. Como coloca a TFP, a reforma agrária proposta por Goulart é contrária ao proprietário rural e ao instituto da propriedade privada no campo, e, por isso mesmo, contra a família, em total desacordo com a tradição cristã. As ideias alicerçadas para uma reforma agrária colocada pelo Executivo estariam, assim, distantes de um bom senso e da consciência cristã.

Segundo Rios (1963) o que propunha Goulart seria uma reforma agrária com o objetivo principal de tornar o Estado “um grande proprietário de terras”, e não propiciaria o acesso do sem-terra à propriedade, uma vez que junto da compra e venda, colocava-se o arrendamento como forma de distribuição de terras. A reforma agrária que se propunha, criaria um sistema de arrendamento de terras e fazendas coletivas que não contribuiria em nada para a construção de uma consciência

democrática do homem do campo. Por isso, segundo a pró-direita, para o financiamento de uma reforma não bastaria uma simples contabilização de recursos para assegurar o funcionamento efetivo da política, deveria se pensar a criação e mobilização de recursos próprios (RIOS, 1963).

Neste sentido, o posicionamento da pró-direita em torno da questão agrária se baseou no argumento de que a reforma deveria criar um trampolim histórico e social, visando o desenvolvimento da sociedade – papel este que caberia à classe média, e não a uma alta burguesia capitalista. Assim, deveria estar pautada na busca de melhorias no campo, bem como na qualidade de trabalho e vida do trabalhador rural e do agricultor, sem que, por isso, abalasse a estrutura agrária de uma economia sadia, baseada na propriedade privada e no proprietário rural (RIOS, 1963; CAMPOS, OLIVEIRA e FREITAS, 1960).

Deveria focar-se também na distribuição de terras sob a forma de propriedades familiares, ou ainda, para reagrupamento de minifúndio. No caso de serem em pequenas glebas, hortas e jardins deveriam ser ao redor de agrupamentos industriais; no caso de grandes, para ocorrer a distribuição de agricultores organizados em forma de cooperativa, ou ainda, fazendas-modelo que permitiriam ao Estado fazer experimentos voltados ao reflorestamento ou fomento agrícola e animal (RIOS, 1963; CAMPOS, OLIVEIRA e FREITAS, 1960).

O debate em torno da distribuição e desapropriação de terras adquiriu espaço nos documentos sobre o tema e foi cada vez mais aprofundado. Assim, para a pró-direita, a distribuição de terras deveria se dar de modo organizado, contabilizando e raciocinando em torno das reais condições da população brasileira em dar conta de administrar e investir na produção no campo, pois era também disso que dependia o desenvolvimento do país. Era preciso aumentar a produtividade e renda da população rural, pois a repartição de terras e seus frutos seriam essenciais para a garantia do desenvolvimento econômico, bem-estar social e estabilidade política.

Neste sentido, tal distribuição não poderia ser feita de modo aleatório, em uma espécie de “empreendimento filantrópico ou demagógico”, e sim, apenas para os que tivessem condição de torná-la produtiva, podendo garantir seu rendimento. Já a desapropriação deveria se dar priorizando a seguinte ordem: a) áreas improdutivas de latifúndios; b) terras beneficiadas por obras públicas tipo ferrovias, rodovias troncos, etc.; c) áreas apropriadas para fins meramente especulativos, a longo prazo; d) terras destinadas a empreendimentos de colonização que não

alcançarem êxito; e) terras de vocação agrícola, próprias à lavoura de subsistência; e, por fim, f) áreas de minifúndios cuja desapropriação tenha como objetivo o reagrupamento de lotes e a revisão dos sistemas agrícolas (RIOS, 1963; CAMPOS, OLIVEIRA e FREITAS, 1960).

Para a Aliança para o Progresso, a estrutura agrária, baseada no latifúndio, representava e fortalecia o pauperismo das zonas rurais brasileiras. Assim, seria preciso uma reforma agrária que buscasse a criação de uma classe média rural, possibilitando o fortalecimento de um centro dinâmico de desenvolvimento econômico e formação de espírito gerencial. Como também, a contribuição para o futuro da democracia no Brasil e o aperfeiçoamento das precárias instituições políticas. Deste modo, a própria ideia de reforma agrária deveria ser vista de modo mais amplo e positivo, já que potencializaria a produção agrária e, conseqüentemente, a produção industrial – posto que aumentaria o número de consumidores. Destarte, o desenvolvimento no campo geraria também maior desenvolvimento nas cidades (MOSCOSO, s/d).

Por isso, a Aliança para o Progresso apostava numa reforma agrária com objetivo de aumentar o número de pessoas operando fazendas de forma eficiente, com equipamentos adequados e capital de giro. Defendia-se, assim, a divisão de terras já em uso, mas também, de terras ociosas. Neste raciocínio, se ampliaria o número de terras produtivas e de pessoas dispostas a fazê-las aumentar a produção. Para que os resultados fossem, de fato, alcançados, seria preciso também pensar na melhoria das condições para o cultivo de terras ociosas por parte de pequenos proprietários. Além de boas condições de transporte, capital e crédito, informação, educação e habitação (CDE, 1965; CAMPOS, OLIVEIRA e FREITAS, 1960).

Por isso, a questão da habitação será tema do próximo tópico. Tal como visto até aqui, ela faz parte de mais um elemento importante na construção de um desenvolvimento, para a pró-direita, como o país merecia, e como os brasileiros tanto desejavam.

3.5 A questão habitacional no Brasil

O problema da habitação no Brasil, para a pró-direita, foi visto de forma a

destacar a casa própria, ou melhor dizendo, o lar, como um dos três pilares importantes (junto da alimentação e vestuário) para a consolidação do indivíduo. Assim, em um dos textos divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Social do Rio Grande do Sul (IPESUL), o grande problema encontrava-se na estrutura da moradia operária no Brasil, que apresentava pontos críticos como superlotação, instalações sanitárias e agrupamento de elementos heterogêneos (TOLLENS, 1963).

Das consequências da estrutura deficitária teria o número elevado de doenças infecciosas, a falta de contato entre os pais e os filhos que tirava da família seu papel educador, a mulher em contato com diversos estranhos (perdendo o pudor e o recato), a falta de privacidade do indivíduo (levando-o a se anular no anonimato da multidão), a falta de perspectiva do operário, transformando-o em um rebelde cheio de ódio. As crianças, sem espaços adequados, desenvolveriam maior risco às moléstias e gosto pela vadiagem, abandonadas às tendências más da alma humana. A autoridade do homem em casa também se abalaria, sendo substituída pela a da mulher, fazendo-a se voltar contra ele (TOLLENS, 1963).

Para a pró-direita, melhor visualizada nos textos vinculados ao IPESUL e nos argumentos de Harold Poland³¹, a questão de uma reforma habitacional se relacionava com padrões de moradia, em que o objetivo estaria em melhorar as condições de habitação e elementos envolvendo aspectos demográfico, econômico, administrativo e técnico. Seria preciso corrigir o déficit habitacional reajustando o preço das habitações em função dos níveis de salários, realizando financiamentos de 10 a 15 anos, a partir de um planejamento unitário, flexível e coordenado, visando as necessidades regionais e conjunturais, respeitando os elementos básicos para construção habitacional, a partir da coordenação dos órgãos responsáveis pela política (POLAND, 1963; TOLLENS, 1963).

Neste sentido, para a pró-direita, uma política habitacional devia, sobretudo, estar compatível com as condições econômicas e modo de vida do país. A necessidade de uma reforma habitacional se daria pela busca de um equilíbrio social e bem estar nacional, junto aos costumes, à moralidade, à saúde da sociedade presente e futura, à preservação da estabilidade monetária e ao ritmo de desenvolvimento do país.

³¹ Poland assumiu o cargo de presidência em três instituições relevantes na época: Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP-RJ), Ipes/RJ e Conselho Nacional de Economia.

O elemento da reconfiguração das moradias foi colocado como sendo um tema complexo e de extrema importância e apontava novas relações entre as funções do poder estatal e o empresariado. Para a pró-direita, a questão habitacional no Brasil situa a responsabilidade de todos no processo, dividindo a responsabilidade entre empresários e apoio governamental.

Assim, é salientado que tal questão não caberia apenas ao Estado, sendo a reforma habitacional realizada por meio de uma parcela de subsídio, de todos, em uma escala nacional, incluindo a participação dos empresários, devendo estes apelarem às suas associações de classe e aos seus representantes do Legislativo e Executivo (POLAND, 1965; 1963; TOLLENS, 1963).

Neste sentido, a construção de casas devia contar com o apoio da iniciativa privada, uma vez que ela, comprovadamente, possuiria maior capacidade para tal. Não contaria apenas com orçamento governamental, mas seria função do Estado arcar com as despesas de urbanização dos terrenos, e se necessário, com parte do custo dos lotes e, da iniciativa privada, a venda e locação das casas. Caberia ao Estado também, a fim de evitar especulações, limitar o lucro nas revendas e o prejuízo em casos de desistências. O objetivo seria dar acesso e facilitar para as mais diferentes categorias de trabalhadores. Assim, a depender do salário adquirido, o trabalhador teria mais ou menos tempo para poder quitar seu imóvel, a partir de um limite também pré-determinado de quanto poderá investir na sua casa própria (POLAND, 1963).

Potencializando o papel da empresa privada, vemos o posicionamento do IPES, apostando na industrialização da construção de moradias, defendendo tal processo como importante auxílio para a questão habitacional do Brasil. Para o instituto, a industrialização se daria a partir de novas técnicas e uma metodologia análoga a das grandes indústrias.

Em outras palavras, como um processo de racionalização e mecanização, sendo, portanto, racionalizadas as medidas de ordem técnica, econômica, jurídica e administrativa das empresas de construção civil. Em termos práticos, significaria, sobretudo, estabelecer as condições de melhor utilização dos diferentes meios de produção, como também, modificar construtivos tradicionais, melhorar as condições de trabalho humano, o controle econômico e qualitativo e os índices de produtividade (SILVA, 1966).

Mas, para a pró-direita, uma industrialização na área de construção civil,

exigiria, de modo mais amplo, a industrialização do país como um todo. Do seu ponto de vista, isso só seria possível, ou melhor dizendo, isso seria feito do modo melhor, a partir de um incentivo, sobretudo, por parte do Estado, da iniciativa privada (ou em termo semelhante livre iniciativa). Seria a partir do crescimento do empresariado que o Brasil poderia, de fato, conquistar o desenvolvimento que desejava. Por isso, abordaremos esta questão no próximo tópico.

3.6 A livre iniciativa como a verdadeira liberdade: o papel da empresa privada e da democratização do capital

Para a pró-direita, a melhor forma de incentivar o crescimento das empresas privadas seria possibilitando sua expansão. Isto se daria por meio de um processo de contribuição para que fossem vistas como um instrumento de desenvolvimento democrático, e não um processo de formação de oligarquias (TORRES, 1963; HOHN, 1963).

Na já citada palestra proferida no Clube dos Diretores Lojistas, Torres (1963) discorreu sobre o tema do desenvolvimento e a estrutura governamental, demonstrando como as práticas e legislação do país desencorajariam a iniciativa privada a investir em questões que se encontravam no domínio total do Estado brasileiro (tais como as áreas de energia, transporte, comunicação, saúde, educação, infraestrutura, transporte marítimo e ferroviário).

Para a pró-direita, a consequência disso foi o afastamento progressivo do investidor privado no desenvolvimento da sociedade brasileira. Caberia, então, ao próprio Estado, resolver essa questão a partir de cooperação externa, concentrando seus investimentos, e não estabelecendo ainda mais concorrência para a empresa privada em outros campos – como da indústria e comércio. Seria preciso também, buscar aumentar a divisão entre funções privadas e governamentais. Neste sentido, seria função do Estado, por exemplo, se responsabilizar por serviços públicos, de defesa, serviços postais e pelo sistema de aviação. Ao passo que, a depender da realidade de cada lugar, precisaria uma definição mais específica do que caberia à livre empresa (TORRES, 1963; FRANKS, 1963).

Para a pró-direita, o crescimento ocorreria, de fato, por meio de investimentos. Assim, no caso de um investimento externo, argumenta-se de um

investimento em nível governamental, focado em infraestrutura da economia (ou seja, comunicações e serviços essenciais, portos, vias de comunicação, medidas preventivas contra moléstias epidêmicas e causas semelhantes). Tal investimento, deveria, sobretudo, estar focado no aumento da produtividade do mercado comercial para a construção de uma base que possibilitasse maior desenvolvimento nas áreas de indústria e comércio (TORRES, 1963).

A visão de investimentos defendida pela pró-direita, sobretudo nos textos vinculados ao IPES, está calcada na ideia de uma relação estabelecida entre empresa privada e função governamental, cabendo ao governo auxiliar as empresas privadas, sobretudo, na forma de investimentos, focando na criação e manutenção de uma poupança interna, para desenvolvimento e crescimento.

Assim, cria-se uma relação entre ajuda e comércio com o objetivo de o primeiro auxiliar o segundo, para que o segundo pudesse substituir o primeiro, uma vez que a economia progredindo, aumentaria a capacidade de poupança e de investimento de capital nacional. Como consequência, haveria aumento, em termos comerciais, das oportunidades do comércio e do investimento industrial. O investimento deveria, contudo, ter como fonte principal seu próprio país. Caberia, portanto, auxílios governamentais, privados, externos e de instituições internacionais, mas a fonte de poupança seria construída e mantida pelo próprio país em busca de seu desenvolvimento e crescimento econômico (TORRES, 1963; HOHN, 1963).

Em um dos textos construídos por alunos provenientes do curso de Atualidades Brasileiras promovido pelo IPES, é possível compreender melhor o papel da empresa privada. Neste sentido, a lógica construída e presente em diversos textos analisados³², é a de que o país ainda não teria compreendido o papel social da empresa privada. Por consequência, para a pró-direita, ocorria uma “tendência estatizante” que levaria à subversão da democracia.

Isto se daria pelo fato de a empresa privada não ser vista a partir de uma função social, sinônimo de progresso, abundância e harmonia social. Portanto, o primeiro passo a ser dado seria no sentido de atentar-se para a concepção de

³² Esta questão da empresa privada como função social encontra-se vinculada também à própria noção do proprietário rural enquanto aquele que elevaria o desenvolvimento social nas áreas rurais (como pode ser visto no tópico sobre a reforma agrária). Ao que tudo indica (e isto será melhor identificado no próximo capítulo) tal concepção parte de uma base cristã sobre o empresário e seu papel ativo no aperfeiçoamento da sociedade, sobretudo no que diz respeito aos aspectos morais e políticos dos anos 1960 no Brasil.

empresa, em seu sentido de organização social, enquanto comunidade de trabalho.

Para isso, sua importância se daria em três aspectos: lucros, propriedade e gestão. Ou seja, o incentivo à participação dos operários no lucro; a democratização do capital (acesso de maior número de pessoas à propriedade dos títulos que representariam o capital social das empresas); e, a participação deliberativa com voz e voto, em uma espécie de cogestão. Participação consultiva sobre assuntos sociais (salário, previdência, condições de trabalho) e assuntos econômicos e financeiros (VENANCIO FILHO et al., 1964).

Para a pró-direita, além de reformas para institucionalização do mercados financeiro e de capitais, eram necessárias reformas no que dizem respeito às companhias de investimentos e financiamentos, modernização das Bolsas, da lei das sociedades anônimas e da legislação fiscal, visando oferecer ao cidadão brasileiro a oportunidade de participação no sistema empresarial, tanto como consumidor, quanto como produtor, modificando sua visão sobre o papel das empresas privadas no desenvolvimento e crescimento do país. Para isso, seria preciso compreender o papel da empresa privada (MANCINI, 1963; FRANKS, 1963; HOHN, 1963).

Coube, sobretudo ao IPES, articular as noções em torno da ampliação de uma concepção de empresa privada adotada pela pró-direita. Neste sentido, em seus textos, o argumento construiu-se alicerçado na concepção de que no sistema capitalista a empresa é como uma propriedade coletiva, em que os seus milhares de acionistas investiriam suas rendas para construir e melhorarem seu patrimônio, renda, aposentadoria ou herança.

Nesta visada, na medida em que os países fossem enriquecendo, haveria a diluição dos meios de produção em meio à multidão de acionistas. Caberia ao Estado, aprender, a partir das rendas fiscais que colhe, seu papel nas áreas nas quais seria de sua responsabilidade. Por isso, reforçou-se a ideia da democratização das empresas, uma vez que nesta visão a ideia de patrão-empregado desaparece, posto que os empregados se tornariam coproprietários, participantes das empresas em geral (HOHN, 1963).

Assim, para a pró-direita, a empresa privada possuía um papel social. Como desenvolve Huber³³ e outros empresários, a empresa privada seria compreendida

³³ Huber era empresário envolvido com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), estando à frente da Listas Telefônicas S. A. Foi contribuinte e dirigente no IPES, participou do Comitê de

enquanto instrumento de desenvolvimento econômico e agente efetivo de distribuição da renda que produz, com papel primordial de estruturação do bem estar social, ampliando também a relação entre o empregado e o empregador.

Como coloca Waldemir Santos, presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro³⁴, o monopólio empresarial não faria sentido, uma vez que a empresa cresceria com o mercado, superando seus níveis de produtividade e adotando melhor tecnologia, estabelecendo cogestão com seus empregados (SANTOS, 1964).

Em simultâneo, o papel do empresário também se expandiria, se complexificando, pois enquanto cidadão, possuiria a consciência dos problemas políticos e sociais existentes, e enquanto empresário poderia, de fato, contribuir para a mudanças das mazelas sociais. O papel do empresário não seria enriquecer, mas gerar lucro, aumentar as oportunidades de trabalho e transformá-las em um processo de ascensão econômica e social contínuo, com a menor quantidade possível de flutuações (TORRES, 1963; HOHN, 1963; HUBER, 1963).

Para a pró-direita, a expansão da empresa privada se daria, sobretudo, com o incentivo, por parte do Estado, à produção em grande escala, sendo caracterizada pela produção grande, com qualidade e baixo custo, ou seja, incentivando a concorrência, o que, por si só, já dificultaria as empresas agirem de modo a buscarem ganho e poder. Seria preciso também evitar uma ideia de produção com escassez, ao contrário disso, seria preciso que o Estado aumentasse o mercado interno, por meio de uma política monetária que contivesse a inflação e facilitasse a manutenção dos custos internos competitivos (TORRES, 1963; HOHN, 1963; HUBER, 1963).

Quanto ao mercado externo, caberia ao Estado expandi-lo por meio de políticas comerciais e cambiais, em que ambas as situações possibilitassem às empresas aumentar sua produtividade, buscando satisfazer às necessidades dos consumidores (MANCINI, 1963; TORRES, 1963; HOHN, 1963). Caberia, neste processo, uma grande contribuição da Aliança para o Progresso, no sentido de auxiliar na criação de indústrias e na fabricação dos produtos, como também, no incentivo para criação de empresários, no uso de sistemas modernos a fim de

Política Comercial (instituído em 1963 pelo Ministério da Indústria e Comércio) e diretor do Conselho Interamericano de Comércio e Produção.

³⁴ Tais argumentos encontram-se na Declaração de Princípios do Comércio Lojista do Brasil, aprovada na 5ª Convenção Nacional do Comércio dos Lojistas.

aumentar a eficiência, fazendo com que o capital estrangeiro cooperasse, de fato, com o crescimento e aprimoramento das empresas nacionais (HUBER, 1963).

Para a pró-direita, tudo isso só seria possível com a democratização do capital, a partir de novas alternativas para que o empresariado possuísse melhores condições para aumentar seus capitais de giro e fixo, a partir da organização de um mercado monetário e de capitais (MANCINI, 1963; TORRES, 1963; HOHN, 1963). Nesta lógica, tal como afirma Delfim Neto³⁵, o papel da empresa privada no desenvolvimento econômico se daria pela sua capacidade de formar capital, a partir da adoção de métodos tecnológicos mais produtivos, resultando no incremento na renda real (DELFIM NETO, 1964).

Deste modo, a aceleração do processo econômico contaria com a atuação e esforços das classes empresariais. Em simultâneo, a responsabilidade do empresário também aumentaria, posto que o desenvolvimento econômico levaria à necessidade de aumento da produção de bens e serviços. O fato é que o fortalecimento da empresa privada se daria justamente pela continuidade do processo de desenvolvimento. Processo esse que se tornaria central nas demais classes sociais e dinâmicas da sociedade brasileira, havendo, portanto, uma coincidência em torno dos interesses do proletariado, da burguesia industrial, do campesinato e da classe média, propiciando a popularização do capital gerado, a partir, sobretudo, de uma democratização do capital (DELFIM NETO, 1964).

É a partir deste termo denominado *democratização do capital* que melhor visualizamos sua estreita relação com a concepção de empresa privada. Para a pró-direita, a democratização do capital se relacionaria com a distribuição da renda e da riqueza do país, sem deixar de considerar, contudo, os princípios de livre iniciativa e o direito inalienável da propriedade. Assim, o progresso econômico seria alcançado a partir da expansão da taxa de crescimento, pela ampliação do parque industrial e do amplo apoio aos investimentos individuais nas mais diferentes indústrias.

Nos diversos livros publicados pelo IPES³⁶, a questão da democratização do capital era trazida de forma central, em uma abordagem em que os recursos criados para a produção dos bens de produção e dos bens de consumo (duráveis e sociais –

³⁵ Economista, foi membro do Conselho Consultivo de Planejamento da administração do general Humberto Castello Branco. Foi indicado pelo então ministro do Planejamento, Roberto Campos, para um assento no Conselho Nacional de Economia e se tornou Ministro da Fazenda a partir de 1967 até 1974.

³⁶ O Instituto publicou e distribuiu diversos livros a partir da sua própria editora. Muitos deles foram resultado de cursos lançados, em que o melhor trabalho era premiado com sua publicação.

educação, hospital, habitação) deveriam ser pensados a partir da oferta de capital estrangeiro e nacional. Nesta lógica, o capital nacional era tido como insuficiente, e além do mais, o mercado brasileiro ofereceria boas oportunidades para o capital estrangeiro. O objetivo da pró-direita era romper com a ideia de que investimentos estrangeiros significavam uma espécie de “imperialismo”. Seu papel estaria, na verdade, em auxiliar no aumento da renda nacional e poder aquisitivo da população (KOWALEWSKI, 1963).

Neste processo de democratização do capital e manutenção da estruturação da sociedade, seria preciso poupança de capital. Tanto a inflação (por gerar desvalorização monetária) quanto a estatização eram vistas como os maiores auxiliares do que a pró-direita definia como comunismo. As empresas estatais e mistas deveriam ser evitadas, pois eram vistas como tendo alto custo social, ausência de interesses comerciais e impedimento do movimento livre em escala mundial de pessoas, capitais e mercadorias. Como consequência, tais empresas eram vistas como potencializadoras do crescimento da pobreza; além de sinônimo de confusão entre fins políticos e interesses comerciais (CARNEIRO, 1963; KOWALEWSKI, 1963).

Para a pró-direita, era preciso incentivar o neoliberalismo, sistema definido como aquele em que ocorre a valorização do indivíduo e do papel da empresa individual para o crescimento societário. Neste raciocínio, a propriedade popularizada permitiria que os indivíduos adquirissem a consciência de que são responsáveis pela organização e desenvolvimento da vida econômica societária. Seria pelo neoliberalismo também que os empregadores enxergariam suas empresas para além do fornecimento de lucros, dando à empresa uma significação social (KOWALEWSKI, 1963).

Para que a democratização do capital de fato ocorresse, a pró-direita acreditava que seria preciso um conjunto de reformas, uma vez que tal democratização traria como consequência natural o processo de desenvolvimento do país. Assim, era preciso modificar a situação financeira do país, tida como “completamente desorganizada”. Para tanto, as estruturas bancária e administrativa precisariam passar por reformulações. No tópico seguinte, trataremos estas questões centrais, apontando o fator principal para a pró-direita: a descentralização federal.

3.7 As reformas bancária e administrativa: governo bom é governo descentralizado

Para a pró-direita, o ponto central sobre as questões bancárias estava na redistribuição das funções e instituições criadas para tal. Neste debate, utilizamos como principal interlocutor da pró-direita Dênio Nogueira³⁷.

Para Nogueira, o Banco do Brasil exercia funções acumulativas, sendo, ao mesmo tempo banco central, banco rural e banco comercial. Era preciso, ainda que de forma gradativa, a partir de uma reforma bancária, realizar mudanças para que se criasse um banco central, a partir do fortalecimento da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Caberia a ela, temporariamente, concentrar as questões de redesconto, política cambial, depositário das reservas bancárias e de agente financeiro do governo. Nesta concepção, segundo Nogueira (1964), o Banco do Brasil não seria ameaçado, cabendo a ele funções determinadas pelo Tesouro Nacional e a SUMOC, mantendo seu lugar destaque como uma das Instituições Financeiras Públicas do país (NOGUEIRA, 1964).

Era preciso também eliminar a exclusividade entre o Banco Central e o Banco do Brasil. Ambas as instituições exerceriam funções específicas, por isso era necessário assegurar ao Banco do Brasil os recursos suficientes para que pudesse agir enquanto banco fundiário de fomento rural, industrial e comercial. Sobre a questão agrária no país, Nogueira coloca que o crédito rural, seria responsabilidade da Comissão Consultiva de Crédito Rural cabendo a ela a devida responsabilidade para assessorar o Conselho Nacional no redirecionamento dos investimentos de forma adequada a partir das instituições criadas para buscar melhorias no campo (NOGUEIRA, 1964).

Para a pró-direita, o desornamento brasileiro era notável também no entravamento e descrédito do serviço público, consequência da concentração administrativa – tão prejudicial ao desenvolvimento econômico e social. Para o economista Hélio Beltrão³⁸, a centralização administrativa levava ao subdesenvolvimento político e administrativo, sendo estes os elementos condicionadores e estranguladores do desenvolvimento econômico e social

³⁷ Nogueira era do grupo de estudos do IPES/RJ. Em sua trajetória esteve na direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), sendo, posteriormente, presidente do Banco Central.

³⁸ Beltrão se tornou posteriormente, em 1967, ministro de Planejamento do governo Costa e Silva.

(BELTRÃO, 1966).

A centralização, para a pró-direita, se dava de modo mais amplo. Assim, no campo administrativo, significava focar em descentralização, no aspecto político, evitar a ditadura; no aspecto econômico, evitar o totalitarismo; e no social, evitar a interferência do Estado na Família, na Escola, na Igreja e no Sindicato.

Para Beltrão, no campo administrativo, a centralização seria consequência da concentração de poder, fincada em uma tradição e mentalidade, como também nas próprias leis. No caso do Brasil, nossas leis evidenciavam que o poder de decidir estava concentrado nos níveis superiores da administração pública. A legislação brasileira evidenciaria que o poder de decidir está sempre situado na pessoa do Ministro, do Presidente da República ou de um Diretor de Departamento. Na concepção de Beltrão o sistema administrativo brasileiro possuía o hábito de execução direta. Assim, ao invés de contratar particulares capacitados para executar o serviço, o Governo preferia, ele mesmo, fazê-lo. O que gerava ainda mais gastos, posto que naturalmente o Estado não possuía nem recursos, nem capacidades para tal gerenciamento (BELTRÃO, 1966).

É aqui que a pró-direita aponta o primeiro erro da administração federal: o poder federal não saber qual sua verdadeira função e, erroneamente, agir como se tivesse que executar, quando na verdade, caberia a ele promover a execução, contratando, custeando e financiando a execução do que pretende.

Segundo Beltrão, a correta divisão das funções permitiria uma reformulação e otimização da administração federal, e conseqüentemente, estadual e municipal, permitindo à estrutura administrativa brasileira adquirir outro aspecto. O que se via no sistema administrativo brasileiro seria uma confusão entre o nível de direção e o nível de execução.³⁹ Neste sentido, a administração federal seria, aos poucos, substancialmente alterada e simplificada, deixando de ser uma estrutura pesada, de execução, para se tornar uma estrutura muito mais leve, de supervisão, contratação e fiscalização (BELTRÃO, 1966).

Para os movimentos pró-direita, a descentralização administrativa era uma

³⁹ A lógica federal deveria funcionar do seguinte modo: caberia à direção programar e fixar critérios, mas por falta de tempo, se dedicava a apenas despachar processos. Assim, funciona equivocadamente, pois no nível da execução não havia, como deveria, a devida autoridade para decidir questões corriqueiras (contratação, admissão, compra, etc.) O que acontecia então é que “o nível de direção geral, que dispõe [dispunha] de autoridade, não funciona[va] por falta de tempo. E o nível de execução, que dispõe [dispunha] de tempo, não funciona[va] por falta de autoridade” (BELTRÃO, 1966, p. 26).

questão que estava muito além de problemas sobre técnica administrativa ou de organização, se relacionando com os conceitos de democracia e liberdade. Neste sentido, descentralizar significaria liberar a iniciativa dentro da administração (tal como seria desejado também nos campos social e econômico). A descentralização precisaria se dar na tomada de decisões do governo federal, a partir da prática de convênios com os estados ou municípios. Para a pró-direita, só assim seria possível “cortar pela raiz” a discrepância entre as realidades estaduais/municipais e as decisões tomadas em Brasília. Conseqüentemente, com o passar dos anos, se descentralizaria também as políticas de saúde, habitacional e ensino.

Elementos como assistência médica, construção de casas, ensino e abastecimento estariam concentrados no governo federal e teriam perdido, por isso mesmo, seu posto tradicional e natural de competência local. O que acontecia nesses casos eram os brasileiros vítimas da “ineficiente, demorada e padronizada administração desse enorme monstro centralizado” que era a administração federal, dificultando a ação dos municípios e Estados que eram, além da autoridade próxima, aquela que poderia dar, não só solução mais rápida, como a mais adequada para situações específicas que fugissem do alcance da esfera federal (BELTRÃO, 1966).

Para a pró-direita, uma reforma administrativa seria pensada a partir de conceitos basilares existentes dentro de uma lei de princípios e diretrizes, e não por uma lei de estrutura, posto que seriam estes princípios os norteadores de organização e funcionamento da administração pública, definidos pelo executivo, ao longo das administrações, e não de um governo. Era preciso que as funções de legislar e executar se mantivessem definidas e exercidas como naturalmente assim foram. Por isso, a formulação de leis estaria restrita ao legislativo, ao passo que seu conteúdo mais detalhado (como os pormenores sobre organização) ficaria de responsabilidade do executivo, por seu caráter dinâmico, transitório e adaptativo a novas realidades.

Assim, para a pró-direita, uma reforma administrativa se daria a partir da descentralização federal e definição adequada dos três poderes, a partir de princípios norteadores que não estivessem à mercê de governos e partidos.

3.8 Considerações parciais: um panorama sobre os aspectos econômicos e sociais nos discursos pró-direita a partir da teoria do discurso

A partir dos elementos discursivos apresentados até aqui, demonstraremos como a teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe auxiliou no processo de identificação da criação discursiva pró-direita. Neste sentido, traremos agora as principais categorias mobilizadas pela teoria que nos guiaram por toda a análise.

A primeira delas é a noção de *campo de discursividade*. Segundo a teoria do discurso, toda construção discursiva se dá por uma luta em um campo repleto de demandas e elementos disputando um lugar privilegiado – conhecido na teoria como *hegemonia* (ou *significante vazio*) – que lhe permitirá um status temporariamente dominante. O campo de discursividade no qual o discurso pró-direita se estabeleceu era composto de elementos como estrutura fundiária, trabalho, saúde, economia, habitação, telecomunicações, lucro das empresas, orçamento, planejamento econômico-social, sindicalização do rural, transporte, desenvolvimento, energia, previdência, comércio exterior, inflação, capitalismo, Estados Unidos, URSS, expansão do mercado de capitais, reformas de base, empresa, capital, papel do Estado, liberdade econômica, empresa privada, inflação, comércio exterior, mercado de capitais, livre cambismo, intervenção estatal, propriedade privada, função social, empresariado, educação.

Tal campo de discursividade estava em disputa com outros elementos que se encontravam no campo antagônico em uma luta discursiva. Posteriormente, elencamos a segunda noção, a de *antagonismo*. Assim, para a pró-direita, eram elementos *pró-esquerda* que deveriam ser combatidos, pois partiam de pressupostos opostos aos que ela acreditava. Neste corte antagônico identificou-se elementos como impedimento da iniciativa privada, ineficiência administrativa, falta de aproveitamento dos recursos naturais, corrupção desenfreada, risco à democracia, caos, desordem, subversão social, ameaça à propriedade privada e à liberdade, comunismo desenfreado, ditadura, ineficiência estatal, maximização estatal, estado totalitário.

A terceira categoria trabalhada foi a de *significante vazio*. Para a teoria do discurso esta é uma das categorias mais relevantes, posto que é, a partir dela, que visualizamos o discurso de forma “condensada”, ou seja, de todos os aspectos aqui descritos, alguns podem ser selecionados de modo a explicar a construção discursiva de modo resumido. Assim, o *significante vazio* identificado foi a noção de *desenvolvimento*, explicada inicialmente no primeiro tópico.

O motivo para tal noção aparecer logo no início da análise se deu pelo fato de acreditarmos ser mais fácil visualizar sua construção ao longo do capítulo, em uma espécie de (re)articulação de pontos nodais que possuem como resultado final a noção de desenvolvimento. Neste sentido, outra noção importantíssima que destacamos são os *pontos nodais*. Por isso, pode-se dizer que o significante vazio é o resultado da articulação dos pontos nodais. Traduzindo para esta tese, a noção de desenvolvimento é resultado da relação estabelecida entre as noções de livre iniciativa, democratização do capital, educação liberal e descentralização federal, pontos nodais identificados ao longo da análise.

Nesta visada, para compreensão do principal elemento discursivo estabelecido pela pró-direita seria preciso, primeiro, identificar a noção de desenvolvimento, e, posteriormente, desmembrá-la (de forma a mostrar sua complexidade), identificando os elementos relacionais à noção. Assim, se o significante vazio é o resultado de pontos nodais articulados, os pontos nodais são a (re)articulação de *momentos*, categoria também elencada pela teoria do discurso.

Os momentos são o estabelecimento (que antecede à articulação resultando nos pontos nodais) de um status privilegiado de determinados elementos que se encontravam dispersos no campo da discursividade. No caso da pró-direita, os momentos podem ser identificados a partir da necessidade que se estabeleceu de reinstaurar a ordem, pois o que estava acontecendo era o “fatalismo de líderes diante de um momento de subversão social como resultado de anos de erros cometidos”. Era preciso construir uma voz que unificasse esforços e somasse vontades, posto que as mudanças propostas para, por exemplo, estabilização do valor da moeda, pareciam “sem sentido, sem organização, sem planejamento, sem avaliação das consequências”, sinalizando, a partir da reforma agrária proposta, “uma ofensa moral à propriedade privada e à liberdade”.

Para a pró-direita, era preciso controlar a hiperinflação, o “abismo” dos déficits orçamentários que as emissões de papel moeda não conseguiram preencher. Eliminar o analfabetismo, modificar os padrões de vida rural. Melhorar a condição de vida dos brasileiros, tirando-o de suas condições “tão humilhantes”, solucionando a insuficiência de habitações existentes, a partir de novas construções habitacionais. E mais, era preciso dar fim aos slogans de um “nacionalismo antiocidental e ao comunismo desenfreado” ocupando cargos estatais. Era preciso medidas que possibilitassem uma real mudança, evitando a “estatização indiscriminada de

empresas”, o impedimento da iniciativa privada, a “imbecilização” da Universidade, levando ao progresso e grandeza do Brasil.

Para a pró-direita, havia ainda a questão da ineficiência administrativa, da falta de aproveitamento dos recursos naturais, da corrupção desenfreada. Era preciso valorizar a iniciativa privada, uma vez que as empresas estatais eram completamente “fracassadas, mal concebidas, mal dirigidas e mal estruturadas”. Sua operacionalização se dava de modo equivocado, sem estímulo ao trabalho, sem cobrança justa nos preços de vendas para cobrir as despesas de operação, se tornando uma ameaça ao desenvolvimento, devendo ser isoladas ou “extirpadas”.

Para a pró-direita, o governo de Goulart ou seus apoiadores, a pró-esquerda, apresentavam ameaça à ordem e estabilidade do país, representando ideias contrárias aos que estes movimentos acreditavam. Assim, em termos gerais, a pró-esquerda significava, a parte do antagonismo que representava: o impedimento da iniciativa privada, a ineficiência administrativa, a falta de aproveitamento dos recursos naturais, corrupção desenfreada, um risco à democracia, era sinônimo de caos, desordem e subversão social.

A ameaça à propriedade privada e à liberdade se dava pela defesa de um nacionalismo antiocidental e um comunismo desenfreado, dando força à ditadura, a um estado totalitário e à maximização estatal, gerando, conseqüentemente, ineficiência estatal, ausência de valores e alienação suprema do homem. Importante salientar que a noção de desenvolvimento foi articulada a partir dos momentos identificados e também de noções que se encontravam em constante disputa. Tais noções são justiça social, progresso social, habitação, saúde, educação, progresso econômico, reformas, bem-estar, qualidade de vida, crescimento econômico.

Assim, para a pró-direita, as medidas defendidas pela pró-esquerda não possibilitariam a melhoria que toda a nação buscava, por isso, houve um elemento capaz de aglutinar todas as demandas existentes na época: o desenvolvimento. Tal noção adquire, portanto, status de um hegemônico, tamanha sua capacidade de condensar as diversas demandas existentes dos aspectos econômicos e sociais da época. Para que este significante se tornasse vazio, ou seja, não possuísse nenhuma significação específica e, ao mesmo tempo, possibilitasse a visualização de toda a lógica discursiva, ele foi articulado com noções de livre iniciativa, democratização do capital, educação liberal e descentralização federal (pontos nodais).

No processo de estabelecimento como *significante vazio*, a própria noção de desenvolvimento leva à criação de *lógicas de equivalência* entre alguns aspectos, outra categoria elencada pela teoria do discurso. As lógicas de equivalência propiciam a noções, aparentemente diferentes, se vincularem a sentidos equivalentes, criando uma relação direta entre eles. A noção de desenvolvimento para a *pró-direita* se tornou semelhante à noção de progresso econômico e progresso social. Esta articulação estabelecida, criou uma lógica de equivalência entre a noção de progresso econômico e justiça social, onde ambas são pensadas de modo relacional e interdependente, de modo que já não seria possível separar uma da outra.

Neste sentido, o *significante vazio* (desenvolvimento) se estabelece a partir de pontos nodais (livre iniciativa, democratização do capital, educação liberal e delimitação federal) que reforçam a rearticulação entre dois conceitos, gerando uma lógica de equivalência entre eles. Ou seja: o desenvolvimento seria gerado pelo progresso econômico e justiça social, interdependentes e relacionais, se realizariam a partir da valorização da livre iniciativa, pela democratização do capital, por uma reforma educacional focada na criação de uma educação liberal e eficiente, buscando a emancipação do homem, por meio da delimitação da função federal nestas questões.

Abaixo demonstramos, em uma figura, como se deu a construção discursiva *pró-direita* explicada acima. Tal construção baseada no desenvolvimento, tinha como elemento central “remediar” os problemas mais sérios em torno das questões econômicas e sociais. Acreditava-se que a partir de uma reconfiguração de determinados elementos, a situação brasileira poderia melhorar. Porém, esta construção discursiva não se deu calcada apenas nos elementos demonstrados neste capítulo. A *pró-direita* estabeleceu um discurso hegemônico pautado no fortalecimento da sociedade brasileira a partir de sua reestruturação completa, ou seja, a partir de outras significações que considerassem também os aspectos políticos e morais. Buscaremos, portanto, no próximo capítulo, destrinchar tais aspectos.

4 ASPECTOS POLÍTICOS E MORAIS

4.1 Introdução

Se a situação para a pró-direita, em termos econômicos e sociais, estava crítica, assim também era em torno dos aspectos políticos e morais. A década de 1960 no país representou, para a pró-direita, um conjunto de elementos problemáticos que sinalizavam a necessidade da sociedade intervir. O clima de tensão se mantinha sobretudo por um medo constante de ameaça às instituições democráticas, de descumprimento da Constituição⁴⁰. Para a pró-direita, o Brasil caminhava “rumo ao caos e à guerra civil”.

A Política Externa Independente (PEI) delineada por Goulart compreendia a busca por atitudes que estabelecessem condições para o fortalecimento do Brasil, por meio da expansão e diversificação do seu mercado exterior, ao mesmo tempo, era possível visualizar que não havia a intenção de submeter o país a diretrizes colocadas por países influentes na época, como os Estados Unidos.⁴¹ Assim, ao buscar fortalecer sua posição perante o capitalismo internacional, o país estaria disposto a comercializar com áreas de influência dos dois blocos mundiais, capitalista e socialista. Simultaneamente, a PEI possuía como outros objetivos a não interferência em questões internas de demais países, a manutenção da paz por meio da coexistência pacífica de ideologias diversas, o desarmamento gradual e a emancipação de territórios não independentes (MOREIRA, 2011; BANDEIRA, 1977).

Em 1962, na Conferência de Punta del Este, o Brasil deixou evidente a sua recusa em apoiar a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal recusa significava também a não condenação do marxismo enquanto incompatível com o sistema interamericano – o que já era considerado, para as autoridades de Washington, motivo suficiente para uma intervenção armada. Tal atitude do governo brasileiro teve reflexos internos no Brasil, com críticas de deputados federais, como Geraldo Freire (UDN/MG), posto que Cuba era vista, pela pró-direita, como o fortalecimento de um sistema “marxista-leninista”, se afastando

⁴⁰ A decisão de Goulart de entregar refinarias à Petrobrás, além do confisco de terras agrárias sem indenização em dinheiro, foi tida como uma afronta à Constituição, significando, por isso mesmo, o reforço da essência de uma ditadura, já que foram decisões estabelecidas por decretos presidenciais.

⁴¹ Tal argumento é perceptível pela argumentação constante de Goulart em torno do objetivo de estabelecer uma independência econômica e social do país.

ainda mais do regime democrático em que toda a “família americana” estava reunida (BRASIL, 1962).

Neste sentido, a identificação discursiva dos aspectos políticos e morais se dará pelo foco no papel do Estado interna e externamente. A partir dos documentos analisados foi possível identificar que a grande questão para a pró-direita estava na garantia de um sistema de ordem, que foi identificado pelo significante vazio da democracia. Ou seja, para a pró-direita, os aspectos políticos e morais se relacionavam basicamente com o funcionamento do Estado e a garantia e manutenção das suas instituições democráticas, tanto em termos internos quanto externos.

Portanto, democracia se torna a noção central para identificarmos como se dá a construção discursiva pró-direita em torno dos aspectos políticos e morais, sendo, portanto, destrinchado no primeiro tópico deste capítulo. Nele traremos o que a pró-direita identifica como sendo democracia em seus aspectos mais gerais, bem como, o que não poderia ser considerado democracia, evidenciando a construção antagônica, no segundo tópico, colocada pela pró-direita através da “ameaça vermelha que assolaria” o país se Goulart se mantivesse no poder. Identificou-se, assim, que o antagonismo se deu pela definição do comunismo.

No terceiro tópico, inicia-se a identificação de uma concepção mais detalhada de democracia construída discursivamente pela pró-direita, a partir, sobretudo, da constatação de uma lógica de equivalência entre contrarrevolução e democracia. Para tal, trazemos os principais elementos articulados pela pró-direita que levaram à tomada de poder pelos militares em 1964. Abordamos a chamada Revolta dos Marinheiros e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, dois eventos que permitem ao leitor visualizar a construção discursiva em torno desta lógica equivalencial, pois demonstram o quanto estes eventos foram determinantes.

A partir destes dois eventos, é possível visualizar elementos como hierarquia e respeito às instituições, caros à construção discursiva pró-direita em torno de seu significante vazio. Como o leitor notará, para a pró-direita, a Revolta representou um “incentivo ao motim declarado”, marcando o papel esperado das Forças Armadas perante ameaça de desvio dos princípios tidos como basilares de uma democracia. Enquanto a Marcha significou o resultado do destacado papel dado às mulheres brasileiras na luta da “aniquilação da planejada conquista vermelha”, no seu papel fundamental exercido no “combate à revolução comunista”.

No quarto tópico, trazemos a compreensão da pró-direita do que seriam as “aspirações do povo brasileiro” na busca pela construção de uma sociedade democrática. Elementos como soberania nacional, prestígio internacional, prosperidade nacional e paz social, demonstram a articulação discursiva em torno da noção de nacionalismo, abordada de modo mais profundo e identificada posteriormente enquanto um dos pontos nodais em torno do significante vazio de democracia.

No quinto e sexto tópicos, a noção de democracia é mais bem compreendida por meio da identificação dos pontos nodais focados na importância do indivíduo e do seu papel societário para a construção de um bem comum, junto ao direito de propriedade privada. Neste tópico o leitor conseguirá visualizar a concepção (re)articulada pela pró-direita sobre o que é o indivíduo e o que denomina enquanto sendo o bem comum, atentando-se para o fato de a garantia do direito de propriedade privada ser uma das funções do Estado.

Assim, apresenta-se o papel da valorização do indivíduo e seu papel em sociedade, a partir da função do trabalho, do direito de propriedade privada e da família, elementos primordiais para a construção de uma sociedade democrática, que deveria ser baseada, também, no bem comum. Neste tópico, o leitor conseguirá visualizar, de modo mais específico, os principais elementos articulados pela pró-direita em uma visão mais detalhada do que se compreende por democracia. Aqui, identifica-se outro ponto nodal em torno da noção de democracia: a noção de liberdade individual. A garantia de funcionamento das instituições democráticas leva ao fortalecimento e desenvolvimento do indivíduo como pessoa e como busca pelo bem comum.

Os oitavo e nono tópicos são focados em identificar a (re)articulação feita pela pró-direita em sua busca da construção de elementos que fortalecessem as instituições democráticas e permitissem que elas contribuíssem para o desenvolvimento político e moral do país. Noções como nacionalismo, soberania nacional e cidadania se tornam, por isso, outros pontos nodais identificados nesta cadeia discursiva, já que estabelecem uma relação entre a ideia de que o nacionalismo conduz à soberania nacional, e a família e cidadania produzem indivíduos moralmente capazes de contribuir para o bem comum.

No décimo tópico, apresentamos a construção discursiva pró-direita a partir das categorias elencadas pela teoria o discurso, finalizando com uma figura

explicativa, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

4.2 A democracia como significante vazio: aspectos gerais

Para a pró-direita, a democracia era um modo de organização do Estado, podendo ser adotada por formas de governo mais ou menos democráticas. Assim, em textos divulgados pelo IPES, a democracia era vista como sendo

(...) o Estado em que todos os poderes estão sujeitos à lei, e que tem como fundamento e condições de exercício o consentimento dos cidadãos, como finalidade o bem comum do povo e como limite os direitos fundamentais do homem” (TORRES, 1964, p. 10).

Nesta lógica, a existência de uma democracia passava pela compreensão de que existia “um império da lei”. A obediência às leis se daria pelo consentimento dos cidadãos, sendo estes vistos como governados, e não como “vontade geral”, e a eleição era vista como o consentimento a um terceiro para a tomada de decisões. A definição de cidadão seria aquela de pessoas que possuíam direitos políticos utilizados na lógica do consentimento ou discordância diante de determinada opção para sua representação. Como limite, haveria o reconhecimento da existência dos direitos inerentes/naturais ao homem, antecedendo a própria existência do Estado. De modo geral, podemos dizer que a noção de democracia era pensada pela garantia efetiva de liberdade e um bom governo.

Como vinculado pelo IPES, a democracia era caracterizada por sua transcendência, limitação, finalidade extrínseca e abertura. O Estado seria transcendente à sociedade cabendo, portanto, a distinção entre direito público e direito privado. Assim, havia a proclamação e reconhecimento dos direitos naturais do homem, anteriores ao Estado e à Constituição, sendo tais direitos universais, invioláveis e inalienáveis. Seria limitado no sentido da restrição a que cabia a cada poder exercido pelo legislativo, executivo e judiciário, e não possuiria fins estritamente estatais, pois existiria para as pessoas que não buscavam diretamente a realização política. Um estado democrático existiria para garantir o bem dos súditos, e não dos governantes, representando a distinção real entre a fonte e o exercício da autoridade, cabendo ao último não ter vínculo algum com partidos e

correntes de opinião específicos (TORRES, 1964).

A visão, de modo geral, do que seria um estado democrático se vinculava em negar o que a pró-direita denominava como sendo o “perigo vermelho”. Ao realizar esse processo de negação, o discurso pró-direita estabeleceu um corte antagônico com a noção de comunismo. Neste sentido, identificaremos no tópico a seguir como foi definida, pela pró-direita a noção de comunismo, para em seguida, detalhar o processo discursivo articulatório em torno do significante vazio de democracia. A Sociedade pela Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)⁴² foi um dos principais movimentos que produziu documentos em torno desta temática, por isso, utilizaremos algumas de suas obras.

4.3 O comunismo como corte antagônico

Para a pró-direita, a ideologia que se baseava o comunismo demandava um processo para seu fim pretendido⁴³, assim a transformação de uma sociedade em comunista se daria por etapas, e, ainda que fosse um processo lento, seria constante, e aos poucos, modificaria a tendência das leis, dos costumes, das instituições. Compreender a complexidade do seu processo se tornava relevante também, no sentido de evitar o erro “tão comum” no Brasil, se pensar ser possível estabelecer-se em uma faceta mais “branda”, em uma espécie de comunismo “delicado, democrático, religioso, patriótico” (SIGAUD⁴⁴, 1962). Este argumento se tornou extremamente problemático para grupos católicos, pois o pensamento que se tinha era o de que o comunismo era sinônimo da negação da família, do direito, da verdade, da pátria, da religião, por isso mesmo, seria impensável visualizá-lo de forma “sutil”.

Para a pró-direita, o comunismo era como uma cultura, um regime político e social, que negava a cultura cristã e a religião católica. Assim, para representantes

⁴² A TFP travou quase que uma batalha editorial na década de 1960 no Brasil. Com uma super produção, lutou insistentemente para que a reforma agrária não ocorresse a partir da expropriação de grandes terras. Este tema foi melhor desenvolvido no tópico no capítulo anterior sobre a questão agrária no país.

⁴³ Esta complexidade estava na ideia de que o comunismo se dava em processos. Assim, ele possuiria uma força de ação própria, dependendo do lugar e das condições, poderia estar no estágio de conquista do poder ou no estágio de construção do estado comunista, por exemplo.

⁴⁴ Dom Geraldo de Proença *Sigaud* era arcebispo Emérito da Arquidiocese de Diamantina em Minas Gerais e teve papel preponderante nos anos de 1960 no Brasil na luta contra o comunismo.

da igreja católica, por exemplo, a negação da família se dava no instante em que pregava a possibilidade da igualdade, pois desejava eliminar as diferenças existentes entre as pessoas. O comunismo seria também a personalização do materialismo, pois pregava a valorização material e promovia o esquecimento de Deus, o menosprezo do espírito, levando à negação da existência de Deus e da alma. Ao negar o direito de propriedade privada, representava também a negação do indivíduo (posto que este seria um direito seu natural e inalienável) e a onipotência do Estado, prevalecendo seus interesses, leis, decretos, regulamentos (SIGAUD, 1962).

Para a pró-direita havia uma distinção entre ditadura e estado totalitário. A ditadura, por definição, seria um governo (e não um regime) de caráter transitório.⁴⁵ No caso do comunismo se estabeleceria uma sociedade totalitária, a partir da imagem central que fez o intermédio da consciência para a sociedade: o partido comunista. Seria este partido que estabeleceria a consciência de toda a sociedade (que seria a consciência da classe operária). Portanto, teria um estado imanente à sociedade política, se colocando como sinônimo (em termos de matéria e forma), não havendo nada fora, acima ou contra ele, detendo o direito ao poder e dominado por ideias específicas comunistas.

Como vinculado em textos distribuídos pelos IPES, no comunismo o poder seria utilizado como instrumento de ação, sendo desnecessário processo eleitoral, cabendo ao partido socialista definir as melhores condições para tomada das decisões, bem como, estabelecer a lógica de organização da sociedade. Portanto, evidencia-se a onipotência do Estado, uma vez que há infiltração no ensino escolar, a partir de uma doutrina oficial e no estabelecimento da propaganda política pelo monopólio estatal, gerando proibição e criminalização de manifestações de cunho ideológico, político e cultural divergentes (TORRES, 1964).

Para a pró-direita, após a Primeira Guerra Mundial, instaurou-se uma luta que dividia o mundo em comunistas *versus* não-comunistas, uma luta entre duas filosofias de vida: onde, no mundo comunista, o homem era como uma peça da máquina do Estado, não possuindo vontade própria, nem liberdade ou valor intrínseco; ao passo que no mundo não-comunista o homem era como um ser

⁴⁵ Se vista na prática, seus resultados se deram longe das promessas de mudanças e melhorias que prometeram ou buscaram alcançar. Servira mais como intervenção cirúrgica, curando problemas específicos, deixando rastros, e, sobretudo, atingindo resultados que regimes opostos também atingiram, e por medidas mais tranquilas e menos destrutivas.

pensante, livre, possuidor de vontade própria, e (em sua maioria) adotando um regime democrático, onde tem-se a participação do povo no governo e seus representantes eleitos livremente (FONTOURA⁴⁶ e BERMUDEZ, 1966).

O corte antagônico em torno do comunismo é construído por elementos como destruição da verdade, do Direito e da moral. A revolução comunista seria movida pelo orgulho, pela sensualidade e pela soberba, pregando o fim da Igreja Católica, pois o orgulho rejeitaria a fé, a sensualidade rejeitaria a castidade e a soberba rejeitaria a humildade, os três pilares da Cristandade (SIGAUD, 1963a; 1963b).

Neste sentido, para a pró-direita, o aspecto materialista no qual a teoria marxista é construída, ataca diretamente a existência de Deus, pois coloca o proletário como central, sendo nele onde homem se faria mais puro, mais autêntico, mais legítimo. Não havia importância na coletividade do indivíduo, da família, do exército. Se o homem é visto como criado para o trabalho, o comunismo coloca, portanto, a classe operária como uma espécie de “Divindade do Trabalho”, cabendo a ela todos os recursos materiais do mundo, todos os meios de produção, transporte, guerra. E o Estado comunista, enquanto cúpula dos proletários, deveria obter todos os meios de produção e todas as alavancas do poder (SIGAUD, 1962).

Por isso, a ameaça de comunização do Brasil era vista como real, posto que a força deste movimento se colocava de modo evidente, tanto na sua expansão demográfica e geográfica (que estabeleceu por uma ponte nas Américas, utilizando-se, para isso, da ilha de Cuba), quanto no encurtamento das distâncias (que gerava a universalização dos fatos, quer políticos, econômicos ou sociais). Além do fato de ser o Brasil um campo fértil à infiltração comunista, dada à sua condição de país sub ou não-desenvolvido (FONTOURA e BERMUDEZ, 1966).

Assim, se fazia urgente impedir que o comunismo “tomasse conta do país”. A revolução que estava para acontecer, mais cedo ou mais tarde, precisaria ser combatida em um processo de contrarrevolução, garantindo a manutenção da ordem e das instituições democráticas. Estabeleceu-se, neste sentido, uma equivalência entre as noções de democracia e contrarrevolução, posto que a garantia democrática se daria nesse processo de contrarrevolução, ou seja, de combate à revolução comunista que estava em vias de ocorrer.

⁴⁶ Fontoura foi, de 1965 a 1966, subchefe de gabinete do ministro do Exército, Artur da Costa e Silva. Em 1967 tornou-se chefe do estado-maior do III Exército, junto ao qual atuou até março de 1969, quando foi nomeado pelo presidente Costa e Silva chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

No próximo tópico, identificaremos como se deu essa lógica de equivalência, utilizando como base o que a pró-direita definiu como sendo a “revolução vermelha” e os dois eventos relevantes da época: a conhecida Revolta dos Marinheiros e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

4.4 Lógica de equivalência entre democracia e contrarrevolução

Para a pró-direita, a revolução que estava sendo organizada pelos partidos pró-esquerda no Brasil possuía um fim em si mesma, tendo como objetivo estabelecer o que seria a verdade e a moral. Neste sentido, o bem e o mal, o bom e o ruim seriam definidos a partir dos objetivos estabelecidos para a ação da revolução. Daí que se é possível compreender a noção do que seria a revolução: o puro ato de agir, esquecendo-se do passado e num processo de coletivização, tal como evidenciado pelo o que seria o comunismo.

Revolução comunista seria movimento, a acontecer sempre, num fluxo. Assim, a revolução negava o direito de propriedade privada, pois a propriedade levava ao fortalecimento do indivíduo, ao passo que o comunismo necessitava que a coletividade sobressaísse, eliminando vontades individuais que não estivessem submissas ao partido socialista. A propriedade privada reforçava os laços criados entre a família e o indivíduo, possibilitando a ele maiores vínculos com a terra e a natureza, laços esses que a revolução comunista desejava eliminar. Por fim, para o comunismo, a propriedade privada gerava desigualdades entre as classes, desigualdade essa que condenava a partir do incentivo à inveja, colocando o indivíduo na posição de negar que um fosse mais que o outro (SIGAUD, 1962).

Portanto, para a pró-direita, a revolução significava a imposição (seja ao poder público, seja a uma categoria numerosa de pessoas, seja ao povo) da aceitação de uma violação de direitos. O uso da força estaria em sua essência, mas ainda assim, poderia ocorrer de forma muito mais revolucionária sem, contudo, utilizar-se dela. A revolução, para o comunismo era a verdade, o supremo da verdade, da moral e do direito. Portanto, a noção de revolução, para a pró-direita, significava a rejeição de Deus, de Cristo, da Igreja, e de tudo o que deles proveriam, sendo a organização da vida humana somente segundo a razão e paixões humanas. Assim, uma sociedade comunista se estabeleceria por um ideal da cidade do

homem sem Deus, oposta à Cristandade, à família, ao indivíduo e à ordem natural, que era a Cidade de Deus.

No Brasil, dois eventos evidenciaram a busca da pró-direita por fortalecer a ideia de uma ameaça comunista, seja apontando o Estado contribuindo para o fortalecimento do comunismo (como no caso da Revolta dos Marinheiros), seja apontando os movimentos que buscavam combater esse comunismo para manutenção da ordem (como foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade). Evidenciaremos a seguir quais elementos foram (re)articulados discursivamente em torno destes acontecimentos.

4.4.1. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a “Revolta dos Marinheiros”

Para a pró-direita, era preciso agir enquanto ainda havia tempo, era preciso “aniquilar a planejada conquista vermelha”. Foi com esse propósito que surgiu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, sendo vista como uma espécie de contrarrevolução, se antecipando ao golpe que estava para ser dado a qualquer momento. A contrarrevolução foi assim divulgada, inclusive em revistas internacionais como “orquestrada por grupos moderados e dentro da lei”. Segundo uma revista americana, a Marcha foi vista como “rápida, sem número grande de mortos, e sobretudo, popular”. E citando o embaixador dos Estados Unidos, o evento deveria ser analisado como “a mais decisiva vitória pela liberdade no século XX, [...] feita pelos próprios brasileiros contra os revolucionários vermelhos” (HALL, 1964).

O trabalho realizado pela pró-direita em torno da divulgação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade⁴⁷ foi enorme. O deputado federal Cunha Bueno (PSD/SP) foi o principal articulador na realização do evento, junto a movimentos femininos como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a União Cívica Feminina (UCF):

⁴⁷ Importante sinalizar que o evento possuía, inicialmente, um caráter de protesto, mas dada sua extensão, sendo realizado em diversas capitais pelo Brasil, adquiriu, posteriormente, um caráter comemorativo pela chamada “Revolução de 31 de março”. A primeira Marcha foi realizada no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, levando em torno de 500 mil paulistas às ruas, tendo grande repercussão, se iniciou às 12h e parou a cidade, com o fechamento do comércio às 15h e repartições públicas sem funcionamento.

Desejo também, Sr. Presidente, fazer um convite especial a todos os eminentes colegas com assento nesta Casa, no sentido de que participem, amanhã, na cidade de São Paulo, de uma realização de grande vulto, cívico-religiosa, através da qual os brasileiros de São Paulo manifestarão sua repulsa pela pretendida regularização da vida do Partido Comunista em nosso País. Será a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (...) (BRASIL, 196a).

Para a pró-direita, representada pelo deputado federal Cunha Bueno (PSD/SP), a Marcha foi a tentativa de impedir uma guerra civil no país, a fim de que se pudesse “reconstruir a segurança do regime democrático e o respeito às instituições”. A Marcha, buscou, assim, reforçar seu ideal democrático, se baseando na força moral dos rosários. Organizadores e apoiadores do evento salientaram seu caráter espontâneo, como o deputado federal Herbert Levi (UDN/SP). Para a pró-direita, era importante que a Marcha refletisse a revolta das mais variadas classes, religiões e raças, e não a partir de uma “cúpula sindical ilícita, constituída de comunistas e pelegos, ou pela pressão do empregador, no caso o governo”⁴⁸. (BRASIL, 1964c)

As Marchas significaram, para a pró-direita, um movimento de fé, de esperança, de apelo à paz, buscando “salvaguardar as liberdades públicas e o regime democrático”, um movimento que tentou simbolizar a importância de manter viva a Constituição. Por isso, as manifestações mostravam que caberia a Goulart colocar-se como defensor da Constituição, ou deixar seu cargo, na defesa pela ideia de que “a Nação prefere, claramente, uma Constituição sem Presidente do que um Presidente sem Constituição” (BRASIL, 1964c).

Na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma oração destinada ao Padre José de Anchieta, demonstrou a tentativa de dar um basta ao que o deputado federal Arruda Câmara (PDC/PE) coloca como sendo “à propaganda vermelha e às suas vestidas”. Neste sentido, é citada também, de forma a criticar, a participação de Goulart no Comício da Central, onde as mulheres paulistas deixam claro que enxergaram tal participação como uma declaração de guerra ao estado brasileiro.

Para a pró-direita, o papel das mulheres era fundamental. Isto é identificado pelo fato de as mulheres paulistas terem discorrido sobre a necessidade de se despertar nos jovens e nos trabalhadores a consciência cívica e cristã. Para os organizadores da Marcha, o que estava em questão era a fidelidade e lealdade dos

⁴⁸ A intenção era fazer referência ao Comício da Central que foi organizado pelo CGT, Comando Geral dos Trabalhadores.

homens públicos, dos soldados e das armas à Constituição brasileira. Como também, lealdade à vocação histórica, às tradições cristãs e à paz da família brasileira. Cabe assim salientar o papel das mulheres no sentido da luta contra o comunismo, como também na defesa da Pátria, da liberdade e dos sentimentos cristãos do povo, que segundo a pró-direita, seria um povo “escravizado pelo ateu e brutal comunismo” (BRASIL, 1964b).

O clima de tensão foi ainda mais evidenciado por declarações que reforçavam os elementos vinculados discursivamente pela pró-direita. Uma entrevista realizada com o ex-presidente da república Eurico Dutra elevou ainda mais os ânimos, revelando como a pró-direita parecia dialogar entre suas pautas contra Goulart. Disse Dutra:

O respeito à Constituição é a palavra de ordem dos patriotas. A fidelidade à Lei é o compromisso sagrado dos democratas perante a Nação. Não se constrói na desordem, nem se prospera no sobressalto. Nada de bom se resolve, no clima do desentendimento, e é impossível sobreviver democraticamente na subversão. O regime tem remédio natural e certo para todos os nossos problemas, inclusive os da autêntica Justiça social. A fé na liberdade, a perseverança no esforço construtivo, a superior e imparcial inspiração do interesse público, o exato cumprimento do dever de cada um, a independência e a harmonia dos três Poderes constitucionais da República são a garantia essencial de um Brasil firme na perenidade do seu destino cristão, livre do comunismo e tranquilo quanto ao futuro (DUTRA, 1964).

Sua declaração no Jornal do Brasil, acabou por reforçar os apontamentos feitos em torno da Marcha, dialogou também com os apontamentos feitos sobre o que ocorreu durante a Revolta dos Marinheiros, último grande acontecimento que antecedeu o golpe. Dias após a Marcha, a posição de Goulart diante da Revolta dos Marinheiros levou os deputados federais a fazerem mais declarações acerca do comportamento do presidente.

Goulart se dispôs a ouvir as demandas feitas pelo baixo escalão dos marinheiros, e conseguiu, pelo ministro do Trabalho Amauri Silva, um acordo com os marinheiros. Porém, nenhuma punição foi dada aos envolvidos, já que, ainda com os mandados de prisão, todos foram anistiados pelo presidente. Assim, no que diz respeito à Revolta dos Marinheiros⁴⁹ o acontecimento foi visto pela pró-direita como

⁴⁹ O que ficou conhecido como “Revolta dos Marinheiros” se deu pela resistência à ordem de prisão por subversão dada pelo Ministro da Marinha Almirante Mota, de quarenta marinheiros e fuzileiros envolvidos na organização do evento comemorativo do 2º aniversário da fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, associação considerada ilegal. A situação se agravou ainda mais

a sinalização do caráter indisciplinar e de desordem que pouco a pouco se instaurava no país, abalando a estrutura e disciplina, além do princípio de autoridade. Tal processo só evidenciaria ainda mais a ideia da revolução, com fins a “comunizar” o Brasil. A consequência era clara: o abalo da estrutura e da disciplina, assim como o princípio de autoridade, que estava sendo mutilado (BRASIL, 1964d).

Por isso, a Revolta dos Marinheiros significou, para a pró-direita, uma afronta à Constituição e à democracia, mobilizando uma luta de classes, com a subversão manifesta da hierarquia, processada nos quadros da Marinha de Guerra, e, afinal, sancionada por aquele que tinha o dever de preservar essa hierarquia, ameaçando claramente a própria sobrevivência das instituições brasileiras (BRASIL, 1964e).

A pró-esquerda representada na figura do governo Goulart significava, portanto, uma ameaça na construção de uma sociedade que buscasse, além de seu desenvolvimento econômico e social, desenvolver-se torno dos aspectos políticos e morais baseados nas bases sólidas das instituições democráticas. Goulart não era visto, de modo algum, como sinônimo de estabilidade política, mas sim, uma ameaça constante às bases democráticas que o Brasil lutava para manter, além de estar distante dos propósitos esperados pelo povo brasileiro para desenvolver a nação.

No tópico seguinte, identificaremos exatamente o que a pró-direita coloca como sendo as demandas que a sociedade buscava alcançar para construir sua base sólida moral e politicamente falando.

4.5 As aspirações do povo brasileiro

Para a pró-direita era preciso compreender que o povo brasileiro queria uma sociedade melhor e mais desenvolvida, além de aspirar por melhorar de vida, a partir do aumento da qualidade de vida e diminuição da desigualdade social, mas também, da manutenção e fortalecimento do desenvolvimento moral e político da sociedade enquanto nação. Assim, foi possível identificar durante a análise dos documentos elementos centrais definidos pela pró-direita.

quando os fuzileiros enviados para realizarem a prisão dos marinheiros se juntaram a estes. Para mais detalhes ver Mendonça (2017).

O primeiro deles seria a prosperidade nacional. No argumento delineado sobretudo pela Escola Superior de Guerra (ESG), a prosperidade nacional seria alcançada por meio do trabalho que precisaria contar com uma mudança comportamental do brasileiro (que era visto como amador, improvisado e individualista). Dadas também as inúmeras dificuldades ligadas à base física da nacionalidade, bem como à falta de capitais e as condições precárias de trabalho, seria preciso criar condições para uma adequada organização do trabalho nacional (BRAGA, 1965)⁵⁰.

Para a pró-direita, em 1965, o Brasil parecia já trabalhar em uma melhoria, e enxergava tal fato pelos “reflexos inevitáveis da rápida industrialização e progressiva urbanização”. Assim, acreditava ter havido uma tomada de consciência por parte do povo. Enxergava-se a necessidade de melhorias na realidade social e econômica, de diminuição dos desequilíbrios regionais e setoriais e de se assegurar o direito de iguais oportunidades para viver com dignidade. Mas tudo isso deveria estar integrado a esforços de desenvolvimento nacional e desenvolvimento global, orientados para o bem comum (BRAGA, 1965).

Para a pró-direita, se o povo pedia por melhorias, a elite nacional teria entendido bem qual seu papel neste processo, enxergando o importante fator de progresso que envolve a justiça distributiva da renda nacional. Caberia a ela, portanto, um papel de organização e planejamento da economia pública e privada, promovendo poupanças e o aumento do capital para novos investimentos produtivos e de aumento da renda nacional (BRAGA, 1965).

O povo brasileiro aspirava também, segundo a pró-direita, por uma paz social, que seria adquirida, como mostrava a própria história do país, repelindo caminhos de violência e luta de classes. Havia, neste sentido, um apelo à noção de que o povo se ajustasse à solução pacífica dos conflitos de interesse dos grupos e classes sociais.

Além da paz social, havia o desejo por “uma autêntica democracia representativa”. Para a pró-direita, isso significava a exclusão de políticos tidos como demagogos, que baseavam suas campanhas em propagandas tendenciosas, levando a política brasileira a se estabelecer por um grande número de partidos políticos traduzidos em grupos fragmentados, o que dificultava o progresso e

⁵⁰ Antônio Saturnino Braga era advogado e do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, onde exercia a chefia da Divisão de Assuntos Políticos.

melhoria do sistema político brasileiro e das instituições democráticas como um todo.

Assim, a busca do povo brasileiro se daria por uma política alinhada com valores que dialogassem com a ação de se governar um Estado e de dirigir suas relações internacionais por meio do consentimento expresso ou da escolha dos governados, a fim de legitimar o exercício do poder. Para a pró-direita, um sistema político democrático, em seus aspectos mais evoluídos, se daria pela garantia do livre diálogo público sobre diferentes concepções institucionais e programas de governo, bem como o acompanhamento para fiscalização dos agentes do poder, evitando a ditadura de pessoas, grupos ou classes.

A partir do que foi dito até agora, é preciso avançar em como a pró-direita estabeleceu uma noção de democracia de modo mais específico, justamente porque, inclusive, ao fazer tal movimento, visualizaremos (também) a (re)articulação discursiva em torno desse significante vazio, a partir da identificação de outros pontos nodais. Nos próximos tópicos, traremos a concepção de democracia de modo ainda mais detalhado e identificaremos quais elementos foram (re)articulados em torno de dois grandes pontos nodais identificados: a valorização do indivíduo e o direito de propriedade privada.

4.6 A democracia como modo de vida: destrinchando o significante vazio

No primeiro tópico deste capítulo, trouxemos a noção de democracia de modo geral, superficial. Agora demonstraremos como tal noção complexificou, se tornando, por isso mesmo, capaz de aglutinar diversos sentidos essenciais na construção discursiva em torno de uma ideia de “sociedade moral e politicamente desenvolvida”. Para a pró-direita, era de extrema importância que a construção de uma nação estivesse alicerçada em bases políticas e morais bem desenhadas, a partir de elementos que possibilitassem o desenvolvimento do país e realçassem as riquezas que o Brasil possuía, mas ainda não tinham sido valorizadas adequadamente.

Assim, a noção de democracia foi discutida de forma detalhada. Em palestras proferidas nos cursos de Atualidades Brasileiras promovidos pelo IPES, é possível identificar uma articulação feita entre democracia e desenvolvimento individual. Ou

seja, o ser humano era visto como muito mais que um átomo social, possuindo uma singular importância na terra. Aqui nota-se uma construção discursiva articulada com elementos cristãos, posto que é muito da crença cristã colocar o indivíduo como aquele que deve lutar contra mecanismos totalitários, na busca por equidade e divisão de bens e riquezas (CORÇÃO, 1963). Nesta visada, cada ser humano era visto como um indivíduo, por natureza, uma dádiva e vontade divinas, possuindo direitos e deveres individuais, invioláveis e inalienáveis. Por isso, a convivência humana deveria partir deste princípio dos direitos individuais, onde todos somos um para constituir o todo (JOÃO PAULO XXIII, 1961⁵¹).

Para a Igreja Católica, a democracia seria como um modo de convivência humana. Por isso, compreender seu sentido seria entendê-la a partir das diversas faces que assume: como uma política da Verdade, do Homem, do Direito Natural, da Igualdade, da Amizade Cívica, do Bem Comum, da Justiça Social e do Sistema Representativo. Cada uma dessas faces possuía sua importância, e estavam, em simultâneo, interligadas umas às outras (CORÇÃO, 1963).

Portanto, a democracia foi vista como um modo de vida, não se caracterizando por estruturas econômicas, e sim, pelo estado de espírito, na maneira como se via o mundo e a vida. A democracia seria uma política que valorizaria o homem, que se construiria em oposição à uma política maquiavélica, das espertezas, das habilidades, a uma política contrária à verdade da natureza humana. A democracia deveria ser, por isso, um sistema representativo que traria normalidade à sociedade, sendo, portanto, esta a sua própria força, pois daria aos homens o poder de eleger seus governos, permitindo ao povo governar a si mesmo. Por isso, para a pró-direita, seria a partir da democracia que o indivíduo é valorizado, e, sobretudo, como imagem e semelhança de Deus, capaz de promover o progresso e a justiça social (CORÇÃO, 1963).

Para a pró-direita, o estado democrático seria aquele com o objetivo de garantir os direitos do homem, consentindo e facilitando o livre exercício das atividades produtivas. Sua existência seria para garantir a liberdade da iniciativa pessoal dos cidadãos, potencializando-a e evitando a “tirania política e a estagnação econômica”, uma vez que a necessidade de bens e serviços só poderia ser

⁵¹ A Carta Encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João Paulo XXIII é citada nos diversos documentos analisados, sendo possível perceber sua influência na construção discursiva pró-direita nos anos 1960.

suprimida pela criação individual do homem.

Assim, tal como vinculado pela Escola Superior de Guerra (ESG), a função do Estado se daria de duas formas neste processo: internamente, caberia a ele criar e a manter a ordem socioeconômica e política, sendo também um instrumento para o bem-estar coletivo, por isso, destinado a criar e incentivar empreendimentos para melhorar a vida do povo. Externamente, seria um instrumento político de soberania nacional, que visaria alcançar e manter os objetivos nacionais e as aspirações do povo, sem a interferência de fatores externos adversos. Por isso, o Estado deveria se impor, agindo a partir da premissa da igualdade de direitos perante os demais. Portanto, o Estado existiria no sentido de complementar a integridade da terra e unidade do homem, sendo criado para garantir uma organização política independente (BRAGA, 1965).

Esta liberdade de iniciativa pessoal está, para a pró-direita, vinculada à ideia central que adquire o indivíduo e sua responsabilidade na promoção do bem comum. A valorização do homem e incentivo ao seu desenvolvimento máximo enquanto sujeito, aparece de modo frequente como condição primordial para a consolidação de um regime democrático. Como coloca a TFP, ao contrário do comunismo, que vê o indivíduo como uma “peça da engrenagem”, para a pró-direita, o indivíduo é um ser, dotado de necessidades, de órgãos e de aptidões correlacionados e destinados a atender as necessidades colocadas. O indivíduo, neste sentido, se difere dos outros seres, dotado de uma alma espiritual composta por inteligência e vontade.

Esta visão sobre o indivíduo é (re)articulada discursivamente pela pró-direita a partir de outros elementos, tais como a construção do bem comum e a garantia do direito de propriedade privada, elementos tidos como essenciais na construção de uma sociedade democrática. Mostraremos esse movimento articulatório no próximo tópico.

4.6.1. O indivíduo, seu papel societário e o bem comum

Para a pró-direita o papel do indivíduo seria complexo, pois, o sujeito, por si só era visto de forma extremamente complexa. Caracterizado como imagem e

semelhança de Deus, seu papel seria buscar o desenvolvimento pessoal junto ao desenvolvimento societário, a partir de uma dinâmica dentro das regras democráticas e da boa convivência com os demais. Mas, se a sua função seria se tornar um homem melhor e mais dedicado ao desenvolvimento de seu país, isso deveria ser feito a partir da garantia do seu direito de propriedade. É, pois, a partir deste raciocínio que buscaremos evidenciar tais elementos dentro da construção discursiva dos pontos nodais de bem comum e do direito de propriedade privada.

O aspecto de amizade cívica, que compreende a noção de democracia desenvolvida pela pró-direita, é articulado discursivamente junto à ideia de crença do indivíduo melhor, sobretudo, na sua bondade, na possibilidade de fortalecimento da generosidade humanidade para criar um mundo melhor, em um regime político baseado na concórdia entre todos. Por isso, a ideia de bem comum é tida como uma construção pessoal e atuante, por ação individual, a partir da consciência de que a harmonia, a generosidade e a justiça, por meio de uma amizade fecunda, do amor e da boa vontade levariam à construção do bem comum (JOÃO PAULO XXIII, 1961).

Assim, é possível afirmar que a noção de bem comum, construída pela pró-direita, parte da ideia de que seria o resultado de um conjunto das condições sociais que permitiria e favoreceria aos homens o desenvolvimento integral da personalidade. Neste sentido, a construção de um bem comum se basearia em dois aspectos primordiais: os indivíduos, com seus interesses específicos, com espírito de leal colaboração mútua e de subordinação às exigências do bem comum; e a orientação promovida pelas autoridades públicas, em um constante estímulo para que todos participassem ativamente na vida associativa (JOÃO PAULO XXIII, 1961).

Para a pró-direita, a construção do bem comum reforçaria a construção moral em torno do papel social das empresas. Tal como colocado no capítulo anterior, a relação do empresário e empregado se ampliaria, sendo baseada pela criação de uma comunidade de pessoas, atentando-se para as relações, as funções e a situação de todos que ali se relacionam. Por isso, o caráter da relação de trabalho adquire um valor moral muito grande, pois tal relação deveria ser estabelecida de modo amistoso, baseada no respeito, na estima e compreensão, na colaboração leal e ativa, e sobretudo, pelo amor da obra comum.⁵²

⁵² Para a pró-direita, o estabelecimento de uma relação voltada para a construção de um bem comum, cria uma nova relação entre empregador-empregado, pois o próprio empregado tomaria consciência do seu papel enquanto potencializador na contribuição e bom funcionamento e progresso

Por isso, há uma (re)articulação entre o ponto nodal do bem comum e a valorização do indivíduo e o processo de desenvolvimento pessoal. Para a pró-direita, o bem comum seria construído, potencializando, em primeiro lugar, a partir do desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Portanto, a construção de um bem comum seria estabelecida por autoridades públicas que respeitassem leis morais que impedissem a opressão dos indivíduos. Tal construção, pautada a partir do progresso técnico e econômico, junto ao alcance da justiça e da paz, ocorreria na medida em que o indivíduo se tornasse digno de ser filho de Deus, pois é Nele onde estaria baseada a razão de ser de toda a criação (JOÃO PAULO XXIII, 1961; CAMPOS et al., 1960).

Portanto, o indivíduo, sem a sua base em valores do espírito, separado de Deus, se tornaria desumano consigo mesmo e com os seus semelhantes, porque não estabeleceria suas relações a partir de uma consciência pessoal com Deus, se afastando da fonte de verdade, justiça e amor. A convivência humana se basearia no desenvolvimento do indivíduo a partir da sua sustentação em valores do espírito. Com isso, o indivíduo seria o ser, o fim e fundamento de todas as instituições em que se faz e se realiza a vida social (JOÃO PAULO XXIII, 1961; CAMPOS et al., 1960).

Neste sentido, podemos dizer que, para a pró-direita, a visão de indivíduo se dava enquanto um ser racional, dotado de personalidade e de direitos, opondo-se à ideia que se pensava do comunismo, em que o homem era como um “animal trabalhador”, existindo para o trabalho, como um fim em si mesmo. Esta visão é abordada pela pró-direita a partir de uma (re)articulação feita em torno de outros dois pontos nodais: o direito de propriedade privada e a família. Para a pró-direita, seria a garantia deste direito que possibilitaria ao indivíduo entender sua função na sociedade a partir de sua dedicação ao trabalho e à sua vida familiar. É o que será analisado no tópico seguinte.

4.6.2. O direito de propriedade privada e a valorização da família

Para a pró-direita, a garantia do direito de propriedade privada seria, antes de

da empresa. Tal como os empregadores que atentariam-se para seu papel em harmonia com o progresso histórico na economia, na sociedade e na política.

mais nada, um dos elementos do bem comum. Isto se dá pelo fato de a propriedade privada ser vista como uma aquisição de um dos bens mais fecundos: o trabalho. Se dá também porque a propriedade privada é tida como um meio para a afirmação do indivíduo. A propriedade privada ocorre pela natureza do homem, portanto, possibilita o exercício da responsabilidade, pois seria elemento de estabilidade serena para a família e de pacífico e ordenado progresso na convivência social. Possuiria também uma função social, dado seu caráter de direito natural: os bens da terra são primordialmente destinados à subsistência digna de todos os seres humanos (JOÃO XXIII, 1961; CAMPOS et al., 1960).

Seria função do Estado garantir tal direito, além de facilitar a difusão mais extensa da propriedade privada. Para a pró-direita, não caberia ao Estado o papel de redistribuir bens produtivos, menos ainda, eliminá-los ou reduzi-los. A concepção construída em torno do tema de uma reforma da estrutura agrária do país coloca que uma partilha compulsória das terras se daria de modo problemático, pois, ou se daria ao Estado um poder totalitário para reprimir a prosperidade dos mais capazes e dos mais esforçados ou o regime estritamente igualitário não existiria.

Para a pró-direita existia uma ausência de racionalidade nas propostas colocadas pelos chamados “agro-reformistas socialistas”. A ameaça à inviolabilidade do direito de propriedade foi vista como um ataque às propriedades legítimas, contrária ao interesse público e, por isto mesmo, isento de fundamentação jurídica ou moral no bem comum. A irracionalidade presente nas ideias em torno de uma reforma agrária no país (em que o próprio poder público apontava o quão custoso seria o processo de pagamento aos proprietários rurais para desapropriação), se resolveria, segundo a pró-direita, com a tomada de consciência de que a melhoria das condições para os trabalhadores rurais poderia se dar com a disponibilização, desenvolvimento e planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas (TFP, 1989; SIGAUD et al., 1962).

O ponto central percebido pela análise de documentos de movimentos católicos, sobretudo da TFP, é que a promessa feita pelo comunismo de igualdade entre todos, se tratava de uma mentira, uma impossibilidade, além de causar também o fim das instituições, em prol de uma igualdade inalcançável. O que caberia ao Estado seria utilizar-se de meios tecnológicos que fortalecessem e difundissem o direito de propriedade privada por todas as classes sociais (JOÃO XXIII, 1961; CAMPOS et al., 1960). Para a pró-direita, não caberia ao Estado uma

interferência e proposições para desapropriação de terras que já possuíssem donos, pois a propriedade privada era vista como condição natural do indivíduo. Esta condição natural seria construída pelo seguinte raciocínio: a propriedade privada seria derivada da condição natural do indivíduo de ser inteligente e livre, de poder se apropriar dos bens que existem e não possuem dono⁵³.

O ponto central deste argumento se dá no uso do bem adquirido. A legitimidade estaria na visão que a pró-direita possuía sobre o trabalho. Ou seja, o indivíduo se apossava da propriedade com o fim específico do trabalho, que lhe traria frutos. Legitimaria também a necessidade por acúmulo de bens (reservas móveis, bens móveis, tornar-se dono da fonte de produção) que lhes dessem alguma estabilidade para prevenções futuras (CAMPOS et al., 1960).

A perspectiva em torno do trabalho se torna central para entendermos como se deu a construção discursiva da pró-direita, pois é a partir dela que um dos principais elementos do comunismo é atacado: a questão da igualdade. Para a pró-direita, além de impossível, a promessa de igualdade entre todos afastaria o indivíduo do elemento de que todos os sujeitos são naturalmente desiguais. Assim, destaca-se mais uma vez o antagonismo discursivamente criado em torno do comunismo, pois para movimentos como TFP, esse seria oposto do que a doutrina cristã postulava, argumentando contra a família, o trabalho e a propriedade. Para a pró-direita, o que o comunismo fazia era uma inversão do empregador, que passou a ser visto como uma espécie de “parasita” (não mais benemérito), que buscava a exploração dos trabalhadores (CAMPOS et al., 1960).

Assim, a igualdade tão prometida pelo comunismo não fazia o menor sentido para a pró-direita, pois os indivíduos eram vistos como, ainda que parcialmente, naturalmente desiguais. Todos os sujeitos seriam iguais pois se constituíam criaturas de Deus, dotados de corpo e alma. Neste sentido, seriam iguais em diversos aspectos relacionados aos direitos em sua condição humana: vida, trabalho, religião, família, desenvolvimento intelectual (CAMPOS et al., 1960).

Porém, seriam desiguais em termos de virtude, de inteligência, de saúde, de capacidade de trabalho. Por isso, seriam desiguais na forma como agiriam, pensariam, na disposição para o trabalho, pois sempre haveria um indivíduo mais

⁵³ Tal lógica é construída pelo exemplo dado sobre o indivíduo que enfrenta os desafios da pesca, pesca o peixe, e se torna, naturalmente, proprietário dele. Assim também seria com o indivíduo e os bens que adquire.

dedicado, mais esforçado, mais econômico. Portanto, havia uma variação, nos aspectos qualitativos e quantitativos, da capacidade do indivíduo de trabalhar. Neste sentido, se o indivíduo era dono de seu ser e dono de seu trabalho, seria também dono do fruto de seu trabalho, portanto, a desigualdade daí decorreria necessariamente (CAMPOS et al., 1960).

Para a pró-direita, tal como o direito de propriedade privada seria natural ao indivíduo, também o era a família. A concepção de família seria muito importante na construção de uma sociedade democraticamente estabelecida. Ambos possuíam uma relação profunda, pois possibilitavam ao ser humano se colocar em seu estado natural, estabelecer nexos mais diretos com certas coisas e relações mais próximas com certas pessoas. Assim, mais uma vez, podemos identificar a centralização do indivíduo nos aspectos morais e políticos para a pró-direita.

Havia a necessidade de se reafirmar a diferença com o que “pregava o comunismo”. O indivíduo não poderia ser visto como isolado, num anonimato, levando à uma sensação de vazio, impedindo a sensação de plenitude de sua personalidade. Por isso, a construção de uma família, da relação de esposo e esposa junto aos seus filhos, junto ao direito da propriedade privada exercido pela responsabilidade e comprometimento de dar sustento aos dependentes perante o trabalho, trazia intrínsecos direitos essenciais da alma humana e a dignidade, decorrentes da condição de ser espiritual e cristão (CAMPOS et al., 1960⁵⁴).

Aqui, podemos identificar a família como um ponto nodal junto à garantia do direito de propriedade privada, estabelecendo uma relação direta entre ambas as noções. A existência da família se daria pela garantia da propriedade privada, inclusive enquanto aquela que possibilitaria ao sujeito se desenvolver, criando senso de responsabilidade e estabelecendo sua moralidade para convivência social e contribuição no desenvolvimento societário. O núcleo familiar seria, por isso mesmo, mais um componente a contribuir para a formação e fortalecimento do indivíduo em sua formação moral, cívica e política. Por isso, podemos dizer que, para a pró-direita, não haveria a construção de uma sociedade bem estabelecida sem a garantia do direito natural de propriedade privada e da valorização do núcleo

⁵⁴ Livro escrito pelo fundador da TFP, Plínio Salgado, em cooperação com dois Bispos - D. Antonio de Castro Mayer, de Campos, e D. Geraldo de Proença Sigaud, então Bispo de Jacarezinho, no Estado do Paraná - e do economista Luiz Mendonça de Freitas. Lançado em 1960, esteve entre os livros mais vendidos do Brasil, com mais três edições, sendo publicado também na Argentina (1963), na Espanha (1969) e na Colômbia (1971). Somando-se estas às quatro edições brasileiras, o livro atingiu sete edições, num total de 39 mil exemplares.

familiar.

Nesta lógica, a pró-direita era taxativa: se o comunismo era contra a propriedade privada, em consequência, também era contra a família. Para a pró-direita, a abolição da inviolabilidade do direito de propriedade seria uma extensão, ainda que implícita, da negação do direito da propriedade urbana, comercial e industrial, posto que a injustiça feita hoje ao agricultor, seria amanhã, estendida ao proprietário urbano, ao industrial, ou ao dono de uma empresa comercial. Tal medida, seria, desta forma, uma ameaça à economia, à soberania nacional e a construção de uma cidadania fincadas nas bases democráticas nas quais a pró-direita estabeleceu sua construção discursiva.

Portanto, nos próximos tópicos, traremos mais detalhes em torno destes dois pontos nodais: nacionalismo e cidadania, buscando evidenciar quais elementos foram (re)articulados, fortalecendo a base discursiva em torno da concepção do que a pró-direita compreendia como sendo a democracia.

4.7 O nacionalismo e a construção de uma soberania nacional

A partir do que foi exposto até agora, quando analisamos o que pode ser definido como democracia, temos que a pró-direita vincula elementos como a defesa da liberdade, da verdadeira dignidade do homem e dos princípios inscritos na Constituição. Ao se falar da “ameaça comunista”, a pró-direita a vinculava sempre a uma negação da fé cristã e da família, da individualidade e a um incentivo à revolução enquanto sinônimo de desordem, isto porque, havia a crença de que o desenvolvimento do país deveria estar ligado a aspectos que se identificavam a sentidos relacionados ao Ocidente. Neste sentido, a análise documental evidenciou outra grande questão que se colocava para a pró-direita: o nacionalismo.

Para a pró-direita, a independência do Brasil teria levado à construção de um sentimento de autodeterminação na manutenção da intangibilidade territorial e à incapacidade de organização de suas estruturas sociais, políticas e econômicas, assumindo, nos últimos tempos, um caráter de exaltação emocional, apresentando desconfianças perante negociações e relações com países estrangeiros. Por isso, a sobrevivência, equilíbrio e manutenção da nação demandava a construção do nacionalismo e, junto dele, de uma soberania nacional.

Para a pró-direita, o nacionalismo deveria ser preservado de modo a não se tornar um “nacionalismo emocional”, cabendo ao interesse nacional negociar com firmeza e independência as relações e transações internacionais, de modo a esclarecer o máximo possível a opinião pública sobre todos os aspectos das negociações, evitando haver interpretação como subserviência ou quebra de soberania, contribuindo assim para a construção da, tão aspirada pelo povo, soberania nacional (BRAGA, 1965).

Havia a ideia, por parte da pró-direita, de que o Brasil era uma região que gozava de uma posição privilegiada no Atlântico Sul, bem como elevado potencial humano e variadas riquezas, devendo então, contribuir naturalmente pela defesa do Ocidente. Em simultâneo, se colocava como uma das regiões ameaçadas pelo “perigo vermelho”, dada sua imaturidade política, seu baixo nível cultural e suas fraquezas econômicas.

Assim, a ameaça do comunismo, para a pró-direita, se colocava exatamente na farsa em que os comunistas construíram em torno da noção de nacionalismo. Para Golbery do Couto e Silva⁵⁵ (1981, p. 98), o nacionalismo seria a

(...) vontade coletiva, vontade constante, vontade criadora de engrandecer cada vez mais a nação, realizando plenamente e, sempre que necessário, salvaguardando a qualquer preço os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

Estes Objetivos Nacionais Permanentes possuíam aspectos políticos e uma prioridade: o fortalecimento e sobrevivência do país enquanto nação. Portanto, evidenciavam a preocupação em se estabelecer uma soberania nacional, a partir de uma preocupação com os rumos da coletividade nacional.

Assim, o nacionalismo foi (re)articulado junto a elementos identificados em torno das “aspirações do povo brasileiro”, tópico anteriormente detalhado. O nacionalismo, para a pró-direita, vinculava-se então à preocupação de estabelecer no país bases democráticas fincadas em elementos como soberania, integração crescente, prosperidade, bem-estar e prestígio internacional.

O prestígio internacional deveria ser conquistado por meio de uma ação coordenada e eficiente da diplomacia brasileira, seja nas relações bilaterais, como nos organismos internacionais. Na perspectiva da pró-direita, o povo brasileiro

⁵⁵ Golbery pode ser considerado um dos atores mais ativos na década de 1950, 1960 e 1970 no Brasil. Membro ativo do IPES, foi um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional elaborada pela ESG nos anos de 1950, além de participar da criação e atuar na execução do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado durante o regime militar, como demonstrado no capítulo 3.

encontrava-se ciente que um prestígio internacional criaria condições internas e externas capazes de acelerar o processo de desenvolvimento nacional. O papel do país deveria ser efetivo nas decisões internacionais e se daria em dois aspectos

por meio de ações próprias que fossem úteis à nação e colaborassem o desenvolvimento e de ações comuns com o grupo de nações subdesenvolvidas que permitissem reduzir os desníveis socioeconômicos do mundo moderno (BRAGA, 1965, p. 19).

Neste sentido, os comunistas desenvolviam, para a pró-direita, uma noção do nacionalismo de modo a “denegrir as democracias do Ocidente”, afastando-se de objetivos como a soberania e o engrandecimento nacionais. Por isso, o nacionalismo significava a forma com que o Ocidente buscava se defender. Tal defesa se desenharia de forma complexa, a partir de pilares ocidentais relacionados à Ciência como instrumento de ação; à Democracia como fórmula de organização política e ao Cristianismo como supremo padrão ético de convivência (COUTO e SILVA, 1981).

Assim, ao estabelecer tal noção de nacionalismo, a pró-direita evidencia também o objetivo de contenção do “expansionismo comunista”, baseada em uma estratégia que colocava os Estados Unidos como o país líder do bloco ocidental (dada sua superioridade econômica e militar) devendo, pois, auxiliar na estruturação, fortalecimento e apoio das defesas na Ásia, na Europa, nas Américas Central e Sul, dando apoio irrestrito de materiais estratégicos em regiões “extremamente vulneráveis a qualquer investida comunista, ostensiva ou mascarada” (COUTO e SILVA, 1981, p. 246).

Como apontado pela ESG, o espírito de nacionalidade surgiria a partir da ação das forças constitutivas de uma sociedade que condicionariam uma característica de unidade social e política. Tal ação se daria na convivência contínua, quando se adquire hábitos, costumes e crenças semelhantes e conforme maneiras e concepções comuns de ser e de viver. Os espaços nos quais esta formação se daria seria por laços de origem, família, educação, trabalho e recreação, a partir de uma formação voltada à valorização da cidadania.

Assim, para a pró-direita, a nacionalidade possibilitaria aos homens criarem uma consciência global dos valores e dos interesses nacionais, tornando-os capazes de esforços para sua preservação e conquista dos objetivos que aspiravam. Por isso, seria por meio de uma política nacional honesta, efetiva, enérgica e duradoura que poderia se constituir uma unidade nacional (BRAGA, 1965).

Nesta visada, junto ao nacionalismo, que buscava deter a investida comunista no Brasil e construir uma nação cada vez mais democraticamente forte, a pró-direita (re)articulou a noção de cidadania, transformando-a em um outro ponto nodal em torno de um elemento caro à pró-direita: as liberdades individuais. Além de seu papel de unificação nacional, a cidadania seria vista como o melhor caminho de aprimoramento do indivíduo em busca do bem comum.

4.8 A cidadania e sua moralidade

A cidadania possuía, para a pró-direita, um papel importante na construção da soberania nacional. Tal fato foi evidenciado a partir da análise de documentos escritos sobre o I Seminário sobre Formação para a Cidadania⁵⁶.

Assim, para a pró-direita, havia uma importância na formação adequada em níveis espiritual, cívico, moral e técnico das novas gerações para o desenvolvimento moral e político do país. Por isso, a cidadania adquiriu um aspecto moralizador para a pró-direita, sobretudo, a partir da criação de disciplinas obrigatórias nos colégios, como por exemplo, a de Educação Cívica. A cidadania foi vista como um processo de formação que possibilitaria aos jovens estabelecer um patriotismo e civismo voltados à responsabilidade comunitária e ao progresso nacional, fortalecendo a construção de uma nacionalidade e, por isso mesmo, de bem comum.⁵⁷

A construção da cidadania passaria, para a pró-direita, por um processo educacional entre dois aspectos interdependentes e entrelaçados: o indivíduo e o meio. Precisaria haver uma junção do material, intelectual, emocional e o social, resultando na integração do indivíduo ao meio físico e à cultura. A cidadania se formaria a partir de um processo de expansão e renovação de valores e significados, levando ao desenvolvimento crítico do indivíduo, que buscava melhorar as condições da vida humana. Conseqüentemente, todo esse processo levaria ao

⁵⁶ O Seminário aconteceu em 1966 e foi organizado pela Associação Brasileira de Educação, sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura e da Secretaria de Educação e Cultura, do Rio de Janeiro, além de contar com a cooperação de outras instituições.

⁵⁷ Tanto a disciplina de Educação Cívica e Moral, quanto a disciplina de Organização Social e Política Brasileira foram inseridas nos currículos escolares pelo Conselho Federal de Educação. Por isso, tais disciplinas devem ser vistas como, para a pró-direita, norteadoras na construção de uma cidadania que só seria plena se possibilitasse ao jovem conhecer as instituições, a estrutura governamental, os processos políticos e administrativos que garantissem o pleno funcionamento de um regime democrático.

aperfeiçoamento das instituições culturais, sociais e políticas, reforçando a construção do nacionalismo (SILVEIRA, 1966).

Para a pró-direita, a construção da cidadania seria possível pelo estabelecimento de um processo educacional guiado por três valores básicos, sendo estes universais, intrínsecos ao homem, cultuados na civilização ocidental, e ainda, baseados na moral cristã, alicerçados na democracia e cultura nacional, sendo eles: espírito religioso, dignidade da criatura humana e liberdade em todas as suas manifestações. Destes três valores decorreriam outros valores subjetivos como a família, a justiça, a pátria e as forças armadas (LOPES, 1966).

O processo de desenvolvimento da cidadania ocorreria em diversos âmbitos da vida social. No caso do serviço militar, por exemplo, sua responsabilidade se daria na formação pela preparação do indivíduo para a defesa da pátria, salientando a importância da educação moral e cívica, contribuindo na construção do nacionalismo e da soberania nacional (LOPES, 1966). Para a pró-direita, a relação estabelecia-se pela ideia de que uma educação moral e cívica prepararia melhores cidadãos, e melhores cidadãos se transformariam em melhores soldados. Além do fato de que o próprio serviço às forças armadas possuiria um papel de reeducação de costumes e de patriotismo.

Assim, é possível dizer que, para a pró-direita, a formação da cidadania foi vista como essencial para garantir a conservação da unidade nacional e a autonomia regional, como também, zelar pela incorruptibilidade da família. Destarte, para a pró-direita, a construção da cidadania se daria na busca pela formação de uma personalidade integral, dinâmica, dentro de uma comunidade em que o indivíduo buscasse sempre se colocar enquanto útil, conhecer e amar sua pátria, aprendendo sobre as tradições, história e realidades econômica, social, cultural e física.

Neste sentido, a noção de democracia construída em torno de um discurso sobre os aspectos políticos e morais nos permite visualizar os importantes elementos (re)articulados pela pró-direita. Todos eles, inicialmente dispersos na luta discursiva, foram ordenados em articulações junto a noções ainda mais complexas, estruturando todo um discurso que demarcou a década de 1960 no Brasil. No próximo tópico, evidenciamos como se deu a formação discursiva de tais elementos e noções, a partir das categorias elencadas pela teoria do discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

4.9 Considerações parciais: um panorama sobre os aspectos políticos e morais nos discursos pró-direita a partir da teoria do discurso

A partir dos elementos discursivos apresentados até aqui, demonstraremos como a teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe auxiliou no processo de criação discursiva pró-direita. Neste sentido, traremos agora as principais categorias mobilizadas pela teoria que nos guiaram por toda a análise.

A primeira categoria é denominada *campo de discursividade*. Tal categoria preocupa-se em trazer uma espécie de “cenário” sobre o qual a disputa discursiva pode ser delimitada em seu “início”. Em outras palavras, o campo de discursividade são aqueles elementos que se encontravam dispersos na pró-direita, e que constituíam demandas relacionadas aos aspectos morais e políticos, mas ainda não haviam sido articuladas dentro de um discurso-chave, conhecido na teoria como discurso *hegemônico*.

Neste sentido, para a pró-direita, a década de 1960 sinalizava a oficialização de um plano que já estava em marcha no Brasil, uma espécie de golpe que representava a ameaça de todas as instituições do país, em que caberia ao legislativo alertar a Nação para que se defendesse, enquanto ainda estivessem de pé as instituições e os cidadãos “dignos da liberdade e da Pátria”. Assim, o campo de discursividade é identificado por elementos como temor da ameaça vermelha, da baderna e do terrorismo, instituições democráticas, soberania nacional, indivíduo, propriedade privada, liberdade, revolução, ordem, trabalho, coletividade do indivíduo, bem comum, consciência cívica e cristã, democracia representativa, leis, Estado, política, valores, família, verdade, fé, cidadania, bom governo, hierarquia, autoridade, legalidade e direito.

Todos estes elementos representaram, inicialmente, as demandas da pró-direita em torno do fortalecimento da democracia brasileira. Mas, posteriormente, foram articulados para formação discursiva pró-direita, adquirindo um status permanente dentro do discurso. Na teoria do discurso, tais elementos podem ser identificados como sendo *momentos*, dado seu primeiro status de fixação.

Assim, para a pró-direita, estes momentos podem ser identificados a partir da perspectiva colocada de que era preciso defender o Brasil, a partir da união e

disposição para resistir por todos os meios às tentativas de “comunização do país”. O clima que se estabelecia era de que não restavam dúvidas de que o Brasil estava em vias de ser dominado pelo chamado “círculo vermelho”. Portanto, o que era ora chamado de golpe, ora chamado de revolução, não era mais uma questão, e sim, quando ocorreria.

Para a pró-direita, o contexto político e econômico propiciava todas as condições ideais para os comunistas: governo repleto de radicais; o Congresso cheio de instrumentos comunistas; enorme corrupção e inflação. Neste sentido, determinados aspectos políticos e morais estariam sendo abalados. Neste processo, identifica-se, pela pró-direita, uma dificuldade ainda maior para se estabelecer integridade territorial e unidade nacional por meio da criação de um processo educativo com valores políticos e morais. Parecia improvável de se conseguir estabelecer diretrizes que fortalecessem a soberania nacional, aumentando o prestígio internacional, além da prosperidade nacional, trazendo paz social. O comunismo destruiria qualquer base advinda da democracia representativa, impedindo atingir as “aspirações” que o povo tanto almejava.

Por isso é possível afirmar que a identificação de como se deu a lógica discursiva, parte da compreensão de que esses momentos encontravam-se ainda dispersos e em disputa por uma hegemonia discursiva com um campo contrário, o que levou a análise para o aprofundamento da noção de comunismo. A partir de outra categoria da teoria do discurso chamada *corte antagônico ou antagonismo*.

Para a pró-direita, sua disputa se dava exatamente numa luta constante contra o comunismo. Tal antagonismo foi identificado a partir de uma equivalência com aspectos como subversão, caos, guerra civil, sociedade totalitária, desordem, negação do indivíduo, da fé cristã, da religião católica, da família, da verdade e do direito, onipotência do Estado, materialismo, desprezo pelo espírito, revolução, monopólio Estatal, soberba, orgulho e sensualidade.

A terceira categoria trabalhada foi a noção de *significante vazio*. Tal noção se vincula à capacidade de aglutinar todos os elementos discursivos da pró-direita, adquirindo enorme destaque na teoria de Laclau e Mouffe. A análise documental levou à identificação da noção de democracia enquanto significante vazio dos aspectos políticos e morais. Isto pode ser evidenciado, pois a democracia é vista como um modo de vida, não se caracterizando por estruturas econômicas, e sim pelo estado de espírito, na maneira como se vê o mundo e a vida. A democracia foi

vista como uma política que valorizava o homem, se construindo em oposição à uma política maquiavélica, das espertezas, das habilidades.

Como demonstrado em um dos tópicos, estes elementos do comunismo ameaçavam as estruturas democráticas brasileiras, e por isso mesmo, compuseram a cena discursiva em que se baseou em torno da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e da Revolta dos Marinheiros. Para tal, estabeleceu-se uma *lógica de equivalência* entre democracia e contrarrevolução.

Para Laclau e Mouffe, esta categoria se relaciona com a criação de um sentido equivalencial entre duas noções. No caso do discurso pró-direita, contrarrevolução evidenciou a articulação discursiva dos elementos em torno das questões sobre o cumprimento da Constituição e da obediência às hierarquias. Como também elementos de ordem, “ameaça vermelha” e o “perigo comunista”. Ou seja, contrarrevolução significava, para a pró-direita, a garantia do cumprimento das leis e manutenção do processo democrático.

Outra categoria utilizada foi a de *ponto nodal*. Esta é a categoria na teoria do discurso que nos possibilita compreender como se deu a formação do significante vazio, pois se trata do resultado de momentos articulados junto a elementos, e de modo mais amplo, uma das partes que melhor auxiliam a visualizar um dos diversos aspectos do significante vazio. É a partir do ponto nodal que se evidencia a (re)articulação feita por determinados elementos que levaram à construção de uma ideia discursiva sobre democracia.

Assim, os pontos nodais encontrados, por sua função de se articularem, resultando no significante vazio e estabelecimento de um discurso (temporariamente) hegemônico, podem ser identificados como sendo: valorização do indivíduo, bem comum, direito de propriedade privada, família, nacionalismo e cidadania. Vejamos como se deu a articulação discursiva entre eles.

Para a pró-direita, a formação de uma sociedade democrática deveria se dar pelo foco no desenvolvimento do indivíduo e seu papel em sociedade. Tal formação estaria cunhada em uma busca pelo desenvolvimento do espírito e do físico, focando na busca por uma formação dedicada ao trabalho e ao amor ao próximo, numa convivência coletiva e harmônica.

Tal convivência harmônica, só seria estabelecida por uma concepção de bem comum baseada em valores cristãos, compreendo o papel que o indivíduo possui diante dos demais, em sua família e reconhecendo suas limitações e esforços para,

diante do trabalho, adquirir frutos. Para a pró-direita, o trabalho agrícola era visto como incentivador para afirmação, progresso e enriquecimento. Portanto, deveria ser realizado como uma espécie de vocação e missão; e também como resposta ao convite recebido de Deus para contribuir na construção da história, buscando o indivíduo elevar a si e aos demais na construção para e pela civilização humana. Assim, o indivíduo possuiria papel central na construção de uma sociedade mais desenvolvida e também baseada em valores cristãos.

Nesta visada, o indivíduo seria central, pois seria através do trabalho que o bem comum seria alcançado. Por isso a questão do direito de propriedade privada e da família se tornam centrais para a pró-direita, pois seriam o que possibilitaria as duas questões já colocadas por ela: o desenvolvimento individual e a promoção de uma sociedade mais justa, guiada pelo trabalho e esforço diário do indivíduo em melhorar de vida e se responsabilizar pelos seus e pelo seu papel fundamental na sociedade.

Estes pontos nodais evidenciaram um aspecto importante do discurso pró-direita: a naturalização da desigualdade. Tal debate se mostra mais frutífero quando a discussão se deu sobre a estrutura fundiária no país e a necessidade de uma reforma agrária. Para a pró-direita, o comunismo “contava suas histórias” baseado em inúmeras mentiras e uma delas seria a possibilidade de igualdade entre todos os sujeitos. Assim, a pró-direita não possuía o que coloca como “ilusão” de que a repartição das riquezas para todos seria viável, sobretudo pelo confisco das terras pelo Estado, pois sendo de posse do Estado, no fundo, não seria de posse de ninguém em particular, levando à oligarquia.

Para a pró-direita existia uma espécie de “equilíbrio” entre a igualdade essencial e a desigualdade acidental, o que se refletia na estrutura econômica e social orgânica. Neste sentido, todos deveriam ter o justo e o condigno, e os bem dotados por natureza, a partir do trabalho honesto e economia, adquiririam mais. A igualdade e desigualdade se compensariam e se completariam na construção de uma sociedade justa e cristã, pois seria dado a cada um dos indivíduos poder se dedicarem e irem em buscar de melhores condições, dentro do que pudessem melhor fazer. Nesta visão da pró-direita, uma economia estritamente igualitária seria antinatural, além de criar indivíduos inertes e estagnados.

A democracia deveria ser, por isso, um sistema representativo que trouxesse normalidade à sociedade, sendo esta, portanto, a sua própria força, pois daria aos

homens o poder de eleger seus governos, permitindo ao povo governar a si mesmo. Assim, seria a partir da democracia que o indivíduo poderia visto como imagem e semelhança de Deus, capaz de promover o progresso e a justiça social. A promoção do progresso e da justiça social se daria também a partir de outros aspectos, sendo os outros dois pontos nodais identificados: nacionalismo e cidadania. Estes dois pontos nodais sinalizam a forma como a pró-direita enxerga o papel do Estado externa e internamente.

Para a pró-direita, estava evidente que o Brasil se “contaminou” pelas “ideias esquerdistas”, de modo que a revolução comunista já estava inserida como um processo natural no país. Assim, primeiro se instauraria o caos, depois a guerra civil e, por fim, o domínio comunista total. Seria como se o Brasil, que já era muito cobiçado, dado seu poder geográfico e suas riquezas ainda não exploradas, fosse visto como um primeiro passo em direção à dominação do ocidente pelos comunistas.

Neste sentido, poderíamos dizer que o nacionalismo foi a forma que a pró-direita identificou como mecanismo de defesa aos perigos “externos” do comunismo, na medida em que evidencia a importância de se estabelecer enquanto país que defende a América Ocidental, e ao mesmo tempo, conta com o apoio dos Estados Unidos para a manutenção da soberania e prestígio internacionais.

Já a cidadania, outro ponto nodal identificado, seria o mecanismo “interno” de defesa do país, na busca por fortalecimento da soberania e integridade nacionais. Sua construção, baseada em um processo educativo, evidenciaria o caráter moral na construção do indivíduo, e político, formando-o para ser capaz de defender sua pátria e sua família.

Nesta visada, os pontos nodais identificados nos permitem visualizar o que seriam os aspectos políticos e morais elencados pela pró-direita. Eles resultam de noções que foram utilizadas e geraram discursos defendidos em torno de um grande significante: a democracia. Assim, compreendemos que a pró-direita lutava discursivamente em prol do fortalecimento, manutenção e garantia das bases democráticas visando o desenvolvimento do Brasil. A seguir, evidenciamos, por meio de uma figura, como se deu tal construção discursiva.

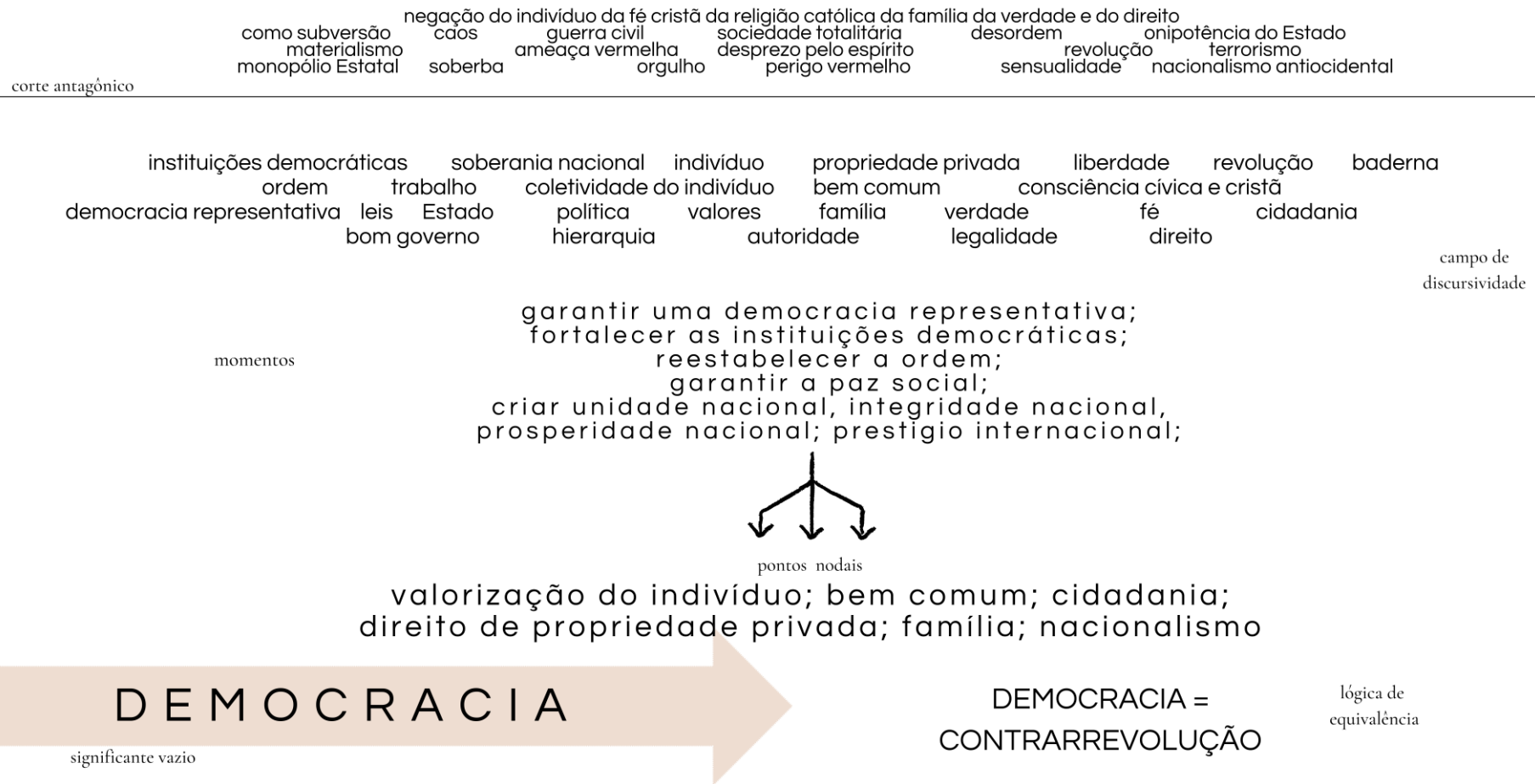


Figura 2 – Construção discursiva dos aspectos políticos e morais.
Fonte: Construído pelo autor, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou responder à questão central de como se deu(ram) a(s) construção(ões) discursiva(s) pró-direita durante os anos de 1960 no Brasil. Para tanto, elencou-se como objetivo principal a identificação de como se deram estas construções discursivas por meio de uma base teórica construída a partir de pressupostos pós-fundacionalistas e pós-estruturalistas, na qual está alicerçada a teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Neste sentido, é importante dizer que o objetivo aqui proposto não convergia num sentido mais amplo de concordar ou discordar com a existência de uma “ameaça comunista em vias de chegar ao poder em 1964”. Uma leitura aprofundada sobre o período Jango no Brasil e o contexto da Guerra Fria no mundo, não deixa dúvidas de que havia uma disputa discursiva dividida em lados antagônicos, identificada entre o que poderíamos chamar de pró-esquerda versus pró-direita, disputa esta que chegou até o Brasil e, aos moldes brasileiros, compôs a nossa história durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, sendo comumente identificada como uma disputa do socialismo *versus* capitalismo.

Fato é que a segunda metade do século XX em nosso país pode ser marcadamente identificada por uma necessidade grande de busca por dar ao país novos status e avançar na definição que o colocava como subdesenvolvido ou de terceiro mundo – definições que já não são mais utilizadas, mas que evidenciaram por determinado tempo a necessidade existente de sair de uma esfera de crescimento aquém do desejado e do que poderia ser alcançado. Outra questão que não cabe discussão é o fato de que a melhoria do contexto brasileiro se dava em todas as suas esferas, pois o Brasil estava, de modo geral, em uma situação bastante complicada.

Acontece que durante a década de 1960 todas as esferas sociais se condensaram dentro de uma disputa discursiva marcada por dois lados opostos. Nesta tese, buscamos evidenciar um deles. Neste processo, o natural é o surgimento de algumas questões, pois evidentemente a análise de um assunto sempre nos remete a diversos temas relacionados. Gostaríamos, por isso mesmo, de esclarecer alguns pontos.

Se, no Brasil, o comunismo identificado pelos discursos pró-direita fazia ou não sentido, é uma questão sempre relacionada à própria existência dos discursos

pró-direita. Porém, nos foge de aqui debatê-la. O que se buscou foi identificar como tal discurso foi construído, para sairmos de um de empobrecimento e minimização dos movimentos pró-direita que se fortaleceram no país no início de 1960. Inúmeras pesquisas que abordam o período pré e pós 1964 costumam lidar com a pró-direita de forma a analisá-la pelas lentes dos movimentos que rivalizavam com a possibilidade de ver os militares no poder executivo.

Nossa proposta foi a de fazer uma pesquisa inédita neste quesito, ou seja, identificar a pró-direita a partir de suas concepções, pensamentos, ideias e pontos de vista. Não havia sentido algum identificá-la a partir de pontos de vistas discrepantes dos que estavam falando os que encabeçavam os movimentos pró-direita. A base dos valores, das crenças, bem como dos aspectos políticos, econômicos, sociais e morais da pró-direita não poderiam ser identificados por uma lente marcada por valores estabelecidos por grupos de pensamentos divergentes.

Afinal, como seria possível identificar a base discursiva, os chamados elementos discursivos que foram articulados, criando significantes vazios e estabelecendo um discurso hegemônico? Como identificar uma lógica discursiva “A” partindo de pressupostos “B”? Na verdade, estaríamos falando do discurso “B” e sua visão sobre o discurso “A”, e não sobre o discurso “A”, que era o que de fato nos interessava aqui.

Buscamos, com isso, a partir do capítulo 2, identificar as condições de emergência que propiciaram à pró-direita se fortalecer e estabelecer um campo de discursividade repleto de sentidos que foram, sobretudo a partir de 1962, sendo disputados e articulados em uma cadeia discursiva.

Nosso recorte temporal se deu dos anos de 1960-1967. Detalhadas as justificativas no capítulo 1, de cunho teórico e metodológico, deu-se especial atenção aos períodos de João Goulart e Castello Branco. Identificou-se, assim, que a construção discursiva pró-direita nos anos de 1960 no Brasil se iniciou, delimitada no capítulo 2, pelas condições de emergência, onde mapeamos alguns elementos importantes.

Para a pró-direita, quando Jango assume a presidência, havia a crença de que não se poderia deixar mais a política apenas “nas mãos dos políticos”. Era preciso compreender o que havia por trás dos planos políticos e também defender a nação. A articulação iniciou-se, assim, entre movimentos de empresários como o IPES, o CONCLAP e o Centro Industrial e a Associação Comercial e nas esferas

institucionais do legislativo, como o GAP, como apontado por Dreifuss (2008) em seu estudo clássico, já citado na introdução desta tese.

Havia inúmeros comunistas infiltrados no governo e na administração federal, em cargos de consultores de alto nível – seja em cargos como subordinados de ministros, seja de redatores de relatórios. A pró-esquerda se colocava de duas formas: falando abertamente de suas “ideias esquerdistas” ou, a depender do cargo, autorizando verbas que fortalecessem a “propaganda soviética ou cubana”. Ocupando outras esferas institucionalizadas, buscava dominar todos os espaços: nos sindicatos, em que eram tidos como majoritariamente controlados pelas vitórias dos representantes de esquerda, e na educação, por meio da disseminação da ideologia educacional que ensinava o ódio de classes marxista – a exemplo da UNE, tida como a maior organização estudantil da América Latina, que teria contado com subsídio anual do governo Goulart, estimado em milhões.

Tal cadeia discursiva estabeleceu seu ápice em 1964, com a tomada de poder pelos militares, sendo identificada por meio da divisão dos capítulos 3 e 4, divididos em aspectos econômicos/sociais e políticos/morais, respectivamente. Este processo se deu por meio das principais categorias elencadas pela teoria do discurso, sendo elas: elementos, momentos, articulação, pontos nodais, significante vazio, antagonismo, campo de discursividade, hegemonia e lógicas de equivalência.

Nesta visada, a tese deste estudo é a de que a construção discursiva estabelecida pela pró-direita se deu, baseada em dois grandes significantes: democracia e desenvolvimento, a partir de um grande corte antagônico: o comunismo. Neste sentido, a formação discursiva pró-direita que se tornou hegemônica durante os anos aqui analisados, esteve alicerçada em um discurso que buscou pautar uma sociedade baseada nas seguintes características: uma política da Verdade, do Homem, do Direito Natural, da Igualdade, da Amizade Cívica, do Bem Comum, da Justiça Social e do Sistema Representativo.

Identificou-se, assim, que o combate ao comunismo seria estabelecido a partir da contrarrevolução, identificada como Revolução Vitoriosa e aqui delineada pelas reverberações da Revolta dos Marinheiros e da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Mas, ainda assim, pós-1964, para a pró-direita, o embate entre pró-esquerda e pró-direita teria trazido “certa instabilidade”, o que levou, especificamente no Brasil, à criação de diretrizes políticas do comunismo internacional, por meio de um Plano de Articulação Comunista, descoberto em

setembro de 1964.

Segundo a pró-direita, foram estabelecidas diretrizes básicas definindo quais classes seriam mobilizadas para determinados objetivos, bem como a forma de infiltração nas bases governamentais, como retornar o governo Goulart e as articulações dos grupos defensores de Leonel Brizola. Por isso, era preciso continuar o trabalho de manutenção e fortalecimento da democracia pós-1964.

Assim, a construção discursiva hegemônica estabelecida pela pró-direita foi aqui identificada a partir de dois principais pontos-chave, democracia e desenvolvimento, analisados em detalhes nos capítulos 3 e 4. Estes são os dois grandes conceitos articulados pela pró-direita, tanto do ponto de vista da busca de uma manutenção e fortalecimento dos aspectos políticos e morais, como da criação de uma perspectiva de desenvolvimento que valorizasse as riquezas nacionais a partir do verdadeiro reconhecimento do potencial econômico e social do país. Destarte, para a pró-direita, a garantia de uma democracia brasileira, junto ao seu desenvolvimento nacional, se daria a partir de crescimento econômico, melhor qualidade de vida e aperfeiçoamento das instituições políticas.

O desenvolvimento se daria pelo apoio do Estado compreendendo suas reais funções, a partir, sobretudo, de seu apoio ao capital estrangeiro e à livre-empresa para exploração de nossas riquezas e crescimento urbano. Ao Estado caberia o apoio ao empresário, que sabia de sua importância social, na luta, junto ao empregado, pela construção de uma sociedade menos desigual e mais desenvolvida. Por isso, o dever de todos era a construção de uma consciência moral e cívica, da busca pelo desenvolvimento pessoal, na luta diária para ser um indivíduo e cidadão melhores, buscando defender o país e contribuir na construção de um nacionalismo potencializador do reconhecimento do Brasil e sua capacidade de crescimento e destaque mundiais.

Para a construção destes dois significantes vazios, o discurso pró-direita estava alicerçado em torno de um grande corte antagônico: o comunismo. Ou seja, sua construção discursiva estava baseada na negação da possibilidade de um Estado comunista no Brasil. Assim, para a pró-direita, o mundo estava dividido entre o mundo comunista, onde prevalecia ideias de permanência, unicidade, que seria a união dos proletários do mundo e a universidade, que seria o domínio do mundo; e o mundo não-comunista, dos democratas, onde se recebeu de Deus a missão Sacrossanta, através da História, de manter a luz acesa da liberdade, tendo como

preço a eterna vigilância.

A existência de uma nação vinculava-se, assim, a três objetivos básicos: sobrevivência, evolução e equilíbrio. Tendo o povo brasileiro consciência da extensão territorial e desejo por mantê-la, uma de suas aspirações fundamentais era a integridade territorial, elemento essencial e constante na luta contra os ideais comunistas. A sociedade democrática e anticomunista seria aquela composta por indivíduos distintos, uns subordinados a outros, diferentes em direitos e em poder, diferentes (pelas faculdades do espírito, energias físicas, distinções de costumes, de gostos, de caracteres), por isso, nada mais injusto que reduzi-los a uma mesma medida e em uma igualdade matemática. A sociedade democrática e anticomunista era como um só corpo, com um grande número de membros, em que todos seriam importantes, cada um à sua maneira, exercendo sua responsabilidade e todos em prol do bem comum.

Para a pró-direita, a ameaça comunista se dava, no Brasil, por meio também infiltração no uso da doutrina católica, buscando criar um conflito entre as organizações católicas contra os outros adversários naturais do comunismo, como os proprietários, os militares, as autoridades constituídas, com o objetivo de dividir e destruir os que se opunham à conquista do poder pelo Partido Comunista. Afinal, o comunismo buscava eliminar a civilização cristã a partir do enfraquecimento de sua viga mestra, a família, por meio do favorecimento de costumes imorais e da constante agitação, e também de fomentar o conflito entre as classes e regiões do mesmo país.

Assim, a divisão realizada entre os capítulos 3 e 4 se deu de forma mais didática e metodológica do que necessária. Não era indispensável, mas se tornou o caminho mais viável para organização do corpus empírico existente. Não era indispensável e, sobretudo, não deve ser considerada em seu aspecto puro. Confirmando o que foi apontado em nossa hipótese, os aspectos econômicos, sociais, políticos e morais encontram-se relacionados e devem, por isso mesmo, serem visualizados de modo conjunto. Para a pró-direita, o processo cultural de uma nação seria resultado das características essenciais do homem nacional, cabendo ao indivíduo se desenvolver e adquirir a capacidade de viver na terra para explorá-la e dominá-la afim de se preservar e progredir. O significado de civilização estaria justamente na dominação do homem sobre a terra, dominando-a para fins desejados.

Neste sentido, ao identificar a tese de um discurso pró-direita baseado em dois elementos-chave (democracia e desenvolvimento) devemos compreender que eles se encontram interligados e relacionados. Isto se deve por dois motivos. O primeiro deles é que apostamos em um referencial teórico que nos coloca isso de imediato: a construção social nunca está estabelecida em aspectos meramente econômicos e classistas. Assim, ao integrarmos mais aspectos à análise, identificamos o segundo motivo: ao longo da escrita da tese, a função potencializadora e modeladora entre os aspectos colocados.

Com isso, (re)afirmamos que a tese deve ser compreendida em um aspecto integral. O discurso pró-direita se estabeleceu pela construção discursiva de dois elementos centrais que se retroalimentam. Não seria possível pensar o desenvolvimento da sociedade brasileira sem o fortalecimento do que a pró-direita entendia por instituições democráticas. Para a pró-direita, não seria possível aumentar índices de crescimento industrial, melhoria na produção agrária, sem o desenvolvimento individual focado no trabalho e no crescimento da educação como meio de crescimento do indivíduo e fomento do que era necessário para aumentar a qualidade e quantidade da produtividade do país, aspectos alicerçadas nas noções de cidadania e nacionalismo.

Uma das grandes questões da ciência política parece ser também uma importante questão para a pró-direita: o Estado enquanto central nas construções sociais. Neste sentido, podemos dizer que a pró-direita não questionava a sua existência e sim o que esta existência devia representar. O Estado foi visto como uma espécie de balizador na construção do desenvolvimento econômico e social. Sua ação deveria ser acertada para determinados resultados e em determinadas esferas, contribuindo para melhorias nos aspectos econômicos, sociais, políticos e morais.

Em outras palavras, a função estatal estava em potencializar. Potencializar a democracia e potencializar o desenvolvimento. Potencializar a democracia significou, para a pró-direita, estabelecer uma construção discursiva baseada na ideia de proteger as instituições democráticas. Ao passo que potencializar o desenvolvimento significou o incentivo ao mercado livre, com foco na produção e investimentos nacionais e internacionais do produto brasileiro. Assim, podemos identificar que o Estado aparece como coadjuvante, e não como protagonista, sendo visto como um elemento que contribuiria em todo o processo de desenvolvimento

econômico, social, político e moral.

Com isso, não pretendemos dizer que o Estado não era fundamental em sentido de importância, afinal, a própria garantia de existência das instituições democráticas e de regras para o mercado livre, são questões por si só, importantíssimas. O que estamos buscando evidenciar é em que parte do processo está o papel fundamental do Estado para a pró-direita. Seu papel era primordial no sentido de garantir a base para que o país se desenvolvesse, mas deveria ser limitado para não se tornar o definidor nos processos que envolviam os mais diversos aspectos onde a vida social se desenvolvia. E coube à pró-direita participar neste processo por dentro da administração estatal.

Tal argumento confirma a nossa hipótese de influência da pró-direita dentro dos governos militares a partir de 1964. Buscou-se, inclusive, durante a escrita da evidenciar a participação e influência de diversos sujeitos da pró-direita, a partir de notas de rodapé detalhando a quais os órgãos e instituições estiveram estes sujeitos ligados.

Harold Poland, por exemplo, foi presidente do Ipes/RJ e presidente do Conselho Nacional de Economia. Golbery Couto e Silva, integrante do IPES, se tornou peça chave no Serviço Nacional de Informações. Dênio Nogueira, do grupo de estudos do IPES, assumiu o cargo de direção da SUMOC, posteriormente, foi presidente do Banco Central. Joviano Jardim, da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, se tornou, posteriormente diretor da EMBRATEL. José Garrido Torres (diretor do grupo de estudos do IPES/RJ) se tornou presidente do BNDE. Paulo de Assis Ribeiro e Glycon Paiva se tornaram membros do Conselho Nacional de Economia. O General João Batista Tubino, diretor do curso de Atualidades Brasileiras do IPES, assumiu cargo na Superintendência da Fronteira Sudoeste. Antonio Braga advogado da ESG. Valdemir Santos, sócio do IPES se tornou presidente do Clube de Diretores Lojistas do Brasil. Hélio Beltrão se tornou, posteriormente em 1967, ministro de Planejamento do governo Costa e Silva.

A confirmação de nossa hipótese traz consigo um ponto importante a ser destacado: a quantidade de movimentos e sujeitos envolvidos nos processos sociais que marcaram a ruptura presente na década de 1960 no Brasil e sua influência nos anos subsequentes. Seja de cunho político, moral, econômico ou social, tais movimentos se fortaleceram estabelecendo relações entre si e ocupando os espaços institucionais.

Destaque deve ser dado ao papel desempenhado pelos movimentos femininos, tendo a análise documental nos mostrado que as mulheres brasileiras se inseriram na luta política pró-direita ocupando espaços, se inteirando de diversos temas, buscando ocupar a esfera política, social, moral e econômica. Recortes de jornais enfatizam este papel, seja a partir de sabotagens a políticos, questionamentos sobre o preço de alimentos ou questionamentos que culminaram com o fortalecimento do papel da censura em revistas, peças de teatro e novelas, demonstrando o desempenho de movimentos como a CAMDE, UCF, LIMDE.

Destrinchando a tese aqui já apresentada, constatamos que, para a pró-direita, papel central caberia à educação liberal, à livre iniciativa, à democratização do capital, todas elas baseadas numa descentralização federal. Seria por meio destes elementos que o desenvolvimento econômico e a justiça social seriam alcançados. Na mesma medida, papel central caberia à valorização do indivíduo e do bem comum, garantia do direito de propriedade e da família e fortalecimento do nacionalismo e cidadania para que a política e moralidade estivessem alinhadas ao fortalecimento democrático.

Todos estes elementos encontravam-se relacionados por apostarem no Estado enquanto intermediário no processo de desenvolvimento do indivíduo, tido como central. O indivíduo enquanto sujeito que toma consciência do seu lugar na esfera micro e macro, na preservação de sua família e na construção do bem comum.

No primeiro aspecto, o fortalecimento da família junto à garantia da propriedade privada constroem um indivíduo baseado em valores que buscam o bem comum. Focado na dedicação do trabalho, este indivíduo cumpre seus deveres e demonstra amor à pátria, gerando e fortalecendo o sentimento de nacionalismo, adquire seus direitos e tem seu papel de cidadão estabelecido. Este indivíduo, que se coloca disposto ao trabalho, cria, conseqüentemente, senso de responsabilidade perante as mazelas sociais, e se vê, além de afetado por elas, responsável por solucioná-las através da sua dedicação diária ao trabalho, buscando contribuir pelo desenvolvimento de seu país, para seu crescimento econômico, social, político e moral.

Assim, a partir da identificação destas formações discursivas pró-direita, buscamos contribuir para algumas reflexões acerca de um dos períodos mais importantes da história brasileira. Se o regime militar comumente é visto de forma a

simplificar o debate entre “os golpistas” versus “a militância comunista”, pretendemos, a partir desta tese, incentivar o debate e ampliar a visão em torno dos movimentos civis que surgiram nos anos de 1960 e estiveram inseridos dentro deste contexto que deixou marcas significativas para as gerações que o viveram e para as que o sucederam.

Nosso intuito sempre foi iniciar uma jornada na compreensão das criações discursivas pró-direita e incentivar pesquisadores a estabelecer diálogos e/ou divergências entre o presente e o passado. Destarte, espera-se que esta tese tenha contribuído na construção de um caminho que busque cada vez mais o debate em torno do tema, se dedicando a estudar a pró-direita, objeto ainda pouco explorado e compreendido pelo seu próprio ponto de vista.

Não sendo possível desconectar a história de seus acontecimentos, encadeamentos e consequências, esta tese acaba por, também, a partir de um melhor entendimento do passado, contribuir, ainda que indiretamente, para se pensar as questões do presente e do futuro, sobretudo com a disputa eleitoral de 2022, marcadamente composta entre dois partidos opostos. Se torna urgente, mais do que nunca, compreender nosso passado, pois, sem um esclarecimento do que fomos, dificilmente teremos um ponto de partida para onde iremos, sobretudo quando o assunto são movimentos civis e as rupturas advindas de suas articulações discursivas.

De todo modo, importante salientar que esta tese não busca, e, portanto, não consegue esgotar as inúmeras temáticas em torno da pró-direita e sua relação com o período do regime militar, e por isso mesmo, diversas são as possibilidades que se mantêm no campo acadêmico, podendo serem exploradas em futuros estudos. Dentre elas, o mapeamento das diferenças discursivas existentes dentro da pró-direita, que não foram abordadas nesta pesquisa. Além das esferas do legislativo e executivo que estabeleceram elementos discursivos importantes dentro do contexto dos anos de 1960 no Brasil, podendo ser objeto mais profundo de análise, a partir de novas perspectivas e lentes teóricas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1968)** – Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARAÚJO, C. A. e COSTA, O. Manifestação à nação. **Boletim IPES**, fevereiro, 1963.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Regimento Seminário sobre Formação para a Cidadania**. 1966.
- BELTRÃO, H. Reforma Administrativa Federal. 1965. **Boletim IPES**, maio, 1966.
- BANDEIRA, M. **O governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil (1961-1964). 2ª edição, 1977. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- ABREU, J. M.; ALLEGRETTI, G. Comportamento Político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.
- BARON, L. **Tão próximos e tão distantes**: a articulação discursiva dos movimentos pró-impeachment a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau. 2018. 214p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2018.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. (org.). **Textos políticos da história do Brasil** 3. ed. - Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 10v. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/81930>>. Acesso em 20 ago. 2022.
- BORTONE, E. A. de. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no estado restrito (1964-1967)**. ANPUH Brasil. 30º Congresso Nacional de História. Recife, 2019.
- _____. **As articulações do setor farmacêutico no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Estado (1964-1967)**. XXIV Simpósio Nacional de História. Brasília. 2017.
- _____. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. 143f. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2013.
- BRAGA, A. S. Aspirações do Povo Brasileiro. **Boletim IPES**, julho-agosto, 1965.
- BRASIL, C. **O brado de alerta para o despertar das consciências**: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981. 2010. 124f.

Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

BRASIL, 1962. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, ano 62, 30 de maio 1962, p. 2822. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAI1962.pdf#page=44>>. Acesso em abr 2022. Discurso do deputado Geraldo Freire.

BRASIL, 1964. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, ano 64, 19 de março 1964, p. 5. Disponível em: <[DCD19MAR1964SUP.pdf \(camara.gov.br\)](http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19MAR1964SUP.pdf)>. Acesso em abr. 2022. Discurso do deputado Cunha Bueno.

BRASIL, 1964. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, ano 64, 21 de março 1964, p. 1723. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21MAR1964.pdf#page=27>>. Acesso em abr. 2022. Discurso do deputado Arruda Câmara.

BRASIL, 1964. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, ano 64, 25 de março 1964, p. 1818. Disponível em: <imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25MAR1964.pdf#page=30>. Acesso em abr. 2022. Discurso do deputado Herbert Levi.

BRASIL, 1964. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, ano 64, 31 de março 1964, p. 1895. Disponível em: <imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31MAR1964.pdf#page=11>. Acesso em abr. 2022. Discurso do deputado Laerte Vieira.

BRASIL, 1964. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, ano 64, 31 de março 1964, p. 1897. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31MAR1964.pdf#page=13>>. Acesso em abr. 2022. Discurso do deputado Herbert Levi.

BRASIL, 1964. 9 de abril de 1964. Ato Institucional número 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em 5 ago. 2022.

BRASIL, 1964. Decreto nº 53957, de 27 abril de 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53897-27-abril-1964-394234-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23 ago. 2022.

BRASIL, 1964. Lei nº 4341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm>. Acesso em 23 ago. 2022.

BRASIL, 1965. 27 de outubro de 1965. Ato Institucional número 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em 5 ago. 2022.

BRASIL, 1966. 05 de fevereiro de 1966. Ato Institucional número 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm>. Acesso em 5 ago. de 2022.

BRASIL, 1966. 07 de dezembro de 1966. Ato Institucional número 4. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm>. Acesso em 5 ago. 2022.

CAMDE. **Mensaje a la mujer brasileira**. 1964.

_____. **Histórico da Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia**. 1967.

_____. **A mulher e a revolução**. 1965.

_____. **I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia**. 1967.

_____. **A mulher na plenitude da cidadania**. 1966.

CAMPOS; OLIVEIRA; FREITAS. **Reforma Agrária**: Questão de consciência, 1960. Disponível em: <<https://www.pliniocorreadeoliveira.info/livros/1960%20-%20ReformaAgrariaQuestConci%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2022.

CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 539 f. Tese (Doutorado de História Social) – Programa de Pós-Graduação de História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2012.

CARNEIRO, G. M. A inflação – Suas causas e consequências. **Boletim IPES**. 1963.

CERUTTI, Marcos Fontana. **Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

CODATO, A; et. al. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Sebastiao Velasco e Cruz, Andre Kaysel, Gustavo Cotas (orgs). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 304 p.

COMITÊ PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS EUA. A Educação dos homens de empresa: A escola e a comunidade de negócios, 1964. **Boletim IPES**, jan/fev, 1965.

COMMITTEE FOR ECONOMIC DEVELOPMENT. Cooperation for Progress in Latin America. **Boletim IPES**, maio-junho, 1965.

COOMBS, P. Relatório da Conferência sobre Educação e Desenvolvimento. Washington, 1961. **Boletim IPES**, maio-junho, 1965.

CORÇÃO, G. A democracia e a igreja. **Boletim IPES**, nov-dez, 1963.

CORDEIRO, J. M. **“A Nação que se salvou a si mesma”**: Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1963-1974). 2008. 165f.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2008.

COUTO E SILVA, G. do. **Geopolítica e poder**. Livraria José Olympio Editora, 1981.

CURADO, P. R. F. **A Guerra Fria e a “cooperação para o desenvolvimento” com os países não-alinhados**: um estudo de caso sobre o Egito nasserista (1955-1967). 2014. 247f. Tese (Doutorado em Economia Política) – Programa de Pós-Graduação em Economia Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014.

D'ARAÚJO, M. C. et al. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 336p.

DELFIM NETO, A. O progresso econômico e o progresso social. **Boletim IPES**, fevereiro-março, 1964.

DERRIDA, J. **A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DEUSDARÁ, P. P. **Vozes a favor do golpe!**: o discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classe. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DIBAI, P. C. **A direita radical no Brasil pós-redemocratização**: o caso de Jair Bolsonaro. 2018. 154p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2018.

DJUROVIC, C. A. **Impressões de direita**: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964). 2021. 227f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2021.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 7ª edição, 2008.

_____; DULCI, O. S. **As forças armadas e a política**. Sociedade e Política no Brasil pós-64. Editora Brasiliense: São Paulo, 1983, pp. 87-117.

DUARTE, B. S. **A experiência eleitoral da Arena (Aliança Renovadora Nacional) no estado do Espírito Santo nas eleições de 1974**: os casos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2014.

DUTRA, E. Marechal Dutra rompe silêncio para pedir respeito à Constituição e união imediata. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5ª, 19.03.1964, nº 65. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?id=nmNNAAAAIBAJ&sjid=4AsEAAAAIBAJ&hl=pt-BR&pg=6395%2C1103216>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

FLACH, A. **“Os vanguardeiros do anticomunismo”**: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). 2003. 255f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FIGUEIREDO, A C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política:1961-1964. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

FONTOURAC, D. da; BERMUDEZ, W. Situação atual do comunismo e sua infiltração particularmente na América Latina e no Brasil, 1964. **Boletim IPES**, jan-fev, 1966.

FRANKS, O. Considerações sobre o desenvolvimento econômico. **Boletim IPES**, março, 1963.

FRANÇA, A. da C. P. **Doutrina e Legislação**: os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1985). 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

GAMA, A. **Nossos males e seus remédios**. Editora Vozes. 1963.

GONÇALVES, M. S. **Páginas golpistas**: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964). 2010. 225p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

GUARNIERI, D. C. **A "Revolução" é uma árvore de vida secular**: O Jornal do Brasil e a invenção da democracia e da legalidade do golpe civil-militar e do governo militar (1964-1968). 2014. 254f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2013.

HALL, C. W. **A nação que se salvou a si mesma**. Seleções do Reader's Digest. 1964.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O princípio do fundamento**. Lisboa: Instituto Piaget. 1999.

HOHN, H. Preservando o conceito de livre empresa. **Boletim IPES**, junho, 1963.

HUBER, G. Função da Empresa Privada. **Boletim IPES**, agosto, 1963.

IPES. **Crítica ao anti-projeto de lei de reforma agrária**.1963.

IPES. Brasil-EUA: encontro de empresários. **Boletim IPES**, agosto, 1964.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Mater et Magistra** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã). São Paulo: Paulinas, 1961.

KOWALEWSKI, K. A. **Democratização do capital**. Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). 1963.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, E. "Discurso". (1993). Publicado originalmente em **Goodin Robert & amp; Philip Pettit** (Ed.). *The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought*. Australian National University: Philosophy Program. Tradução de Daniel G. Saur. Revisión de Nidia Buenfil. Revista Córdoba. Disponível em: <<http://www.toposytropos.com.ar/N1/pdf/Discurso.pdf>>. Acesso em 26 set. 2019

_____. *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. In: **Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

_____. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____; ZAC, Lilian. *Minding the gap: the subject of politics*. In: LACLAU, Ernesto (ed.). **The Making of Political Identities**. London: Verso, 1994.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1998.

LAZITCH, B. 1965. Acordos e desacordos da linha soviética e da linha chinesa no Brasil. **Boletim IPES**, fevereiro, 1966.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify. 2012.

LIMA, M. da F. C. **Movimento estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)**. Santa Maria: UFSM, 2013. 147p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2013.

_____. **A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul**: entre a democracia e a ditadura (1961-1968). 2017. 317f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2017.

LIMDE. **Declaração de Princípios**. s/d.

LOPES, Gen. M. A. **Seminário sobre Formação para a Cidadania**. 1966.

MANCINI, L. C. Desenvolvimento e justiça social. **Boletim IPES**, fevereiro, 1963.

MANFFRÉ, D. C. **ARENA paulista: a trajetória do partido sob o ponto de vista dos conflitos na coalizão dominante estadual (1965- 1979)**. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2014.

MELO, T. M. Pistas para uma Cartografia Performativa da ‘Nova Direita’ (2015-2019). **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 9, n. 4, e91005, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-266091005>>. Acesso em 4 out 2022.

MENDONÇA, D. de. **1961-1964: A Ditadura Brasileira em Dois Golpes**. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2017.

MESQUITA, M. M. C. Inflação, estagnação e ruptura. In: **A ordem do progresso**. (org.) ABREU, M. P. Rio de Janeiro : Campus, 2014. (cap. 9).

METHVIN, E. H. Como os vermelhos preparam uma arruaça. **Boletim IPES**, julho-agosto, 1965.

MORAES, T. A. de. **“Entreguemos a emprêsa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”**: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Emprêsa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do RS (1962-1971). 2012. 228p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre. 2012.

_____. **Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964**. 2016. 164p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2016.

MOREIRA, C. S. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. 2011. 404p. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MOREIRA, J. R. Delineamento geral de um plano de educação para a democracia no Brasil. **Boletim IPES**, novembro, 1964.

MOSCOSO, T. s/d. **The Alliance of the progress: its programm and goals**. Disponível em: <https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABL638.pdf>. Acesso em 15 jan. 2022.

NASCIMENTO, G. F. do. **“Aconteceu, virou manchete”**: o golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

NOGUEIRA, D. Reforma Bancária. **Boletim IPES**, maio, 1964.

MOTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**. Tese. 315f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História Econômica. USP, São Paulo. 2000.

OLIVEIRA, M. J. de. **A política geral do governo militar para a construção de suas políticas econômicas (1964-1985)**. Tese. 363f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História Econômica. USP, São Paulo. 2007.

OLIVEIRA, U. J. de. **Configuração político partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. 2013. 336f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós Graduação em Ciência política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

PAEG. **Programa de Ação Econômica do Governo**, 1964-1966. 1965. 2ª edição. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1073>>. Acesso em 25 ago. 2022.

PEIXOTO, R. A. **Terra sólida**: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco. Dissertação. 287f. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2000.

POLAND, H. O problema da casa popular. **Boletim IPES**, março, 1963.

POLAND, H. A questão habitacional. **Boletim IPES**, mar/abri, 1965.

QUELER, J. J. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. 2008. 349p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281044>>. Acesso em 29 out. 2020.

RAMÍREZ, H. R. **Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RESENDE, A. L. Estabilização e reforma. In: **A ordem do progresso**. (org.) ABREU, M. P. Rio de Janeiro : Campus, 2014. (cap. 10).

RIBEIRO, D. R. S. **Da crise política ao Golpe de Estado**: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart. 2013. 231p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, R. J. **Extrema-direita avança com ódio os direitos humanos**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/>. Acesso em 19 de jan. 2020.

RIOS, J. A. O que é e o que não é reforma agrária. **Boletim IPES**, outubro, 1963.

_____. Reforma da Política Habitacional. **Boletim IPES**, janeiro, 1964.

ROCHA, C. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 233p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. **Quando velhos atores saem de cena**: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional* (99): 151-186. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>>. Acesso em 4 out. 2022.

SANTOS, W. Declaração de Princípios do Comércio Lojista do Brasil. **Boletim IPES**, set/out, 1964.

SANTOS, W. G. Paralisia de decisão e comportamento legislativos: experiência brasileira 1959-1966. **Revista de Administração de Empresas**, 13(2), 37-46. 1973.

_____. **O Cálculo do Conflito**: Estabilidade e Crise na Política Brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix. 2006.

SIGAUD, D. G. de P. **Carta Pastoral Sobre a Seita Comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente**. 1962.

Disponível em:

<https://www.pliniocorreadeoliveira.info/LIV_1963_Pastoral_seita_comunista_001.htm#.YyzWT3bMLIW>. Acesso 13 abr. 2022.

_____. **Catecismo Anticomunista**. 1963.

_____; MAYER, D. A. de C.; OLIVEIRA, P. C. de.; FREITAS, L. M. de.

Reforma Agrária e o sagrado direito de propriedade. Carta ao Senhor Presidente da República. 1962. Disponível em:

<https://www.pliniocorreadeoliveira.info/manifestos.asp#.Ym_xl-jMLIU>. Acesso em 2 mai. 2022.

SKIDMORE, T. E. **The politics of Military Rule in Brazil (1964-85)**. Oxford University Press. Nova Iorque. 1988. 433p.

_____. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. São Paulo: Paz e Terra. 14ª edição. 2007. 263p.

SILVA, C. da. Novas tecnologias da construção civil. **Boletim IPES**, maio, 1966.

SILVA, G. B. Desconstruindo o “oposicionismo nato” do movimento estudantil: os estudantes de direita (1960-1970). **História e Cultura**, Franca, v. 5, n. 3, p. 267-286, dez. 2016.

SILVA NETA, J. G. da. **Partidos e o regime autoritário militar: uma análise da Arena e do MDB no Piauí, 1964- 1979.** 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2014.

SILVEIRA, J. A formação do professor e a educação para a cidadania. **Seminário sobre Formação para a Cidadania.** 1966.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. de O. **A nova economia brasileira.** 3ª edição. Rio de Janeiro, 1979.

SOARES et al., **A volta dos quartéis:** a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 328p.

SOBRINHO, M. O. F. O mate como fonte de divisa. **Boletim IPES**, jul/ago, 1965.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Um homem, uma obra, uma gesta:** Homenagem das TFPs a Plínio Corrêa de Oliveira. Edições Brasil da Manhã. 1989.

SOUSA, R. C. **República das mulheres de virtude:** um estudo sobre as bases sociais de apoio ao Governo dos Militares (1964-1985). 2016. 219f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2016.

STAVRAKAKIS, Yannis. **Lacan & the Political.** London: Routledge, 1999.

STEPAN, A. **Os militares na política:** as mudanças de padrões na vida brasileira. Tradução Ítalo Tronca. Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1975.

TIBOLA, A. P. L. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966).** Dissertação. 125f. Instituto de Filosofia, Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Departamento de História. 2007. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/57/1/2007AnaPaulaLimaTibola.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2022.

TOLLENS, P. Pela casa própria: pontos fundamentais de um Planejamento. **Boletim IPES**, junho, 1963.

TORRES, J. G. A democratização da empresa no Brasil. **Boletim IPES**, março, 1963.

_____. O investimento público brasileiro: análise e plano. **Boletim IPES**, nov/dez 1965.

TORRES, J. C. de O. A Democracia e os Regimes Totalitários. **Boletim IPES**, maio, 1964.

VELEZ, E. D. **Sentinelas na vanguarda da defesa do futuro do Brasil:** As mulheres da CAMDE entre os anos de 1964/69. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2015.

VENANCIO FILHO, A.; SÁ, F. da S.; CARVALHO, A. de; VIEGAS, M. R.; LUZ, S. B. R. da; A empresa privada como comunidade de trabalho: seu papel no desenvolvimento econômico e na distribuição de renda. **Boletim IPES**, fev/mar, 1964.

VIANA, C. da. R. **Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento** – De Getúlio a Jango. 1980. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

VIANA FILHO, L. **O governo de Castelo Branco**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1975. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/98665>>. Acesso em 23 ago. 2022.

VIEIRA, F. de O. **O discurso anticomunista nos Boletins Mensais do Ipês entre 1963-1966**. 2016. 299f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2016.